



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FRANCISCA DULCELINA FEITOSA CAVALCANTE

**A LUSOFONIA EM AGOSTINHO DA SILVA: DOS IDEAIS DE UMA
COMUNIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA À CRIAÇÃO DA UNILAB**

FORTALEZA

2017

FRANCISCA DULCELINA FEITOSA CAVALCANTE

**A LUSOFONIA EM AGOSTINHO DA SILVA: DOS IDEAIS DE UMA
COMUNIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA À CRIAÇÃO DA UNILAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C3641 Cavalcante, Francisca Dulcelina Feitosa.
A lusofonia em Agostinho da Silva: dos ideais de uma comunidade de Língua Portuguesa à criação da UNILAB / Francisca Dulcelina Feitosa Cavalcante. – 2017.
184 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa.
1. Agostinho da Silva. 2. Lusofonia. 3. Educação. 4. UNILAB. I. Título.

CDD 370

FRANCISCA DULCELINA FEITOSA CAVALCANTE

**A LUSOFONIA EM AGOSTINHO DA SILVA: DOS IDEAIS DE UMA
COMUNIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA À CRIAÇÃO DA UNILAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

A Deus Todo Poderoso, pela vida, força e determinação. Sem a Iluminação Divina não teria chegado até aqui. Foram muitas e muitas adversidades, desilusões, “pedras” no caminho que foram transformadas em “pérolas”; mas, “maquitube”! No traçado divino, Ele permitiu que eu conseguisse. Infinitas Graças te dou ó Altíssimo!

A minha adorada mãe, que tanto me ouviu, consolou e aconselhou.

Ao meu marido, Luiz, sempre presente, em todos os momentos.

Ao meu filho, Samuel Luiz, que também colaborou e ajudou, formatando textos, gravando entrevistas, acompanhando-me até ao *locus* da pesquisa.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas pessoas do Prof. Rodrigo Ordine, da Sra. Socorro Maciel, Assistente Social, da Professora Jaqueline Freire, de Fábio Paulino de Oliveira e Renata Aguiar Nunes que tão bem me acolheram naquela instituição.

Ao Professor Jaques Therrien, pela entrevista concedida.

Aos alunos de Guiné-Bissau, estudantes do curso de Enfermagem, bem como ao aluno angolano, do curso de Ciências da Natureza e Matemática que participaram da pesquisa.

Aos professores da Banca, Jeannette Filomeno Pouchain Ramos, Gisafra Nazareno Mota Jucá e Roberto Kennedy Gomes Franco, pela generosidade e colaboração.

A Maria Anita Vieira Lustosa, pessoa generosa e que tenho em consideração.

Aos meus amigos, David Pereira Cruz, Luiza de Marilac Silva Salvador, Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves e Maria Ângela Marques pela amizade, paciência e pelos momentos de dedicação e zelo.

À amizade presente de todas as Divas, amigas da Faculdade de Direito.

Ao Francisco José Medeiros de Andrade (Franzé), pela paciência de me ouvir e pelo incentivo.

À Professora Maria Juraci Maia Cavalcante, por quem tenho admiração e respeito.

Ao Professor Evanildo Costeski, por sua presteza, colaboração, generosidade a quem devo o empréstimo do acervo para a construção desta pesquisa.

À Professora Patrícia Holanda, por seu profissionalismo e competência.

Aos colegas que fiz no percurso e que, cada um, ao seu modo, ajudaram-me a chegar até ao final, especialmente a Cristina Couto, a Walney Ramos, a Ivaneide Severo, ao Roberto Leite e a Liana Liberato Lopes Carlos, por quem tenho um carinho especial. Trago todos no meu coração!

A Ana Maria do Nascimento, a pessoa que cuida da minha casa com carinho, dois dias por semana e que, diversas vezes, deixando seus afazeres de lado, já tão corrido, surpreendia-me, com uma xícara de chá bemquentinho.

A Gisele Peixoto Bezerra, que logo no início do processo seletivo, tantas discussões acadêmicas tivemos. As circunstâncias não nos levaram a estudarmos juntas, porém as discussões continuaram no nosso ambiente de trabalho.

A Ana Ruth Fernandes Mendes, por toda a compreensão e solicitude.

Aos servidores do Programa, Adalgisa, Geísa, Ariadna e Sérgio, e ao bolsista, José, primeira pessoa a me receber na minha matrícula. Todos muito solícitos.

Ao Sr. Cristovam de Oliveira Salvador, *in memoriam*, pela humildade, paciência e sabedoria que soube deixar para quem com ele conviveu. O seu silêncio expressava uma comunicação de uma dimensão infinita e que num momento importante do meu itinerário, (no qual consegui ver não uma “pedra”, porém pérola) sei que estive comigo, dizendo do jeito que pôde “prossiga”!

Ao jovem, a quem Deus chamou para sua companhia, aos dezessete anos, Francisco Ítalo Marques Santos, *in memoriam*, que, convivi muito pouco, mas o suficiente para aprender o sentimento de fortaleza, coragem e resignação aos desígnios do Altíssimo.

A minha irmã, Célia Guimarães Feitosa, *in memoriam*, que partiu há dez anos para o plano celestial. Foi presença viva na minha formação. Foi minha primeira professora, a que ensinou o “bê a bá”, ajudou a ensinar as tarefas de casa e foi a pessoa que comparecia às primeiras reuniões no jardim de infância e que me deixava no colégio. Presença sempre viva, nos momentos difíceis, a minha eterna gratidão!

Em especial, a minha orientadora, Professora Francisca Geny Lustosa, que em alguns momentos, agiu como uma irmã, que ama, que cuida, que zela, que puxa “orelha”, se preciso for, mais que soube atuar com profissionalismo e dedicação.

A todos, meus agradecimentos e consideração, pois sem vocês esta pesquisa não existiria. Muito obrigada!

“Pensaremos sempre que o melhor mestre é a vida e que só é boa educação a que parte do concreto para o abstracto, a que reflui do real ao mistério, a que se faz no quadro do colectivo sem a menor perda de individualidade e, por outro lado, a que, firmando pé no mito, se não contenta senão com a precisão da matemática.” (Agostinho da Silva)

“Somente em Deus, ó minha alma, espera silenciosa: dele vem a minha salvação. Só ele é minha rocha e a minha salvação, o meu alto refúgio: não serei muito abalado.” (Salmo 62)

RESUMO

A pesquisa em foco traz à tona o pensamento de Agostinho da Silva, pensador português, que morou no Brasil entre os anos de 1944 a 1969, onde teve uma participação política intensa, notadamente em relação ao Ensino Superior; no entanto, ainda não suficientemente estudado e divulgado. Homem com ideias inovadoras para o seu tempo, foi responsável pela criação de algumas universidades federais brasileiras, como a da Paraíba e a de Santa Catarina, também atuante na criação de Centros de Estudos e idealizador de uma comunidade internacional, com noções de cooperação e integração ligada pela língua portuguesa, gérmen da atual Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesse sentido, nos debruçamos sobre a relação entre o pensamento de Agostinho da Silva quanto à lusofonia, delineando uma possível aproximação entre suas ideias e a base fundante de criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). São objetivos específicos: estudar a circulação mundial das ideias de lusofonia, a partir de Agostinho da Silva, em uma perspectiva histórico-comparada; e compreender as ideias filosóficas e pedagógicas do autor (princípio filosófico-educativo), especialmente em destaque, as categorias: “Quinto Império”, “Comunidade Fraternal”, “Espírito Santo” e “Educação”. O referencial teórico remete às obras do autor, especialmente, “Textos Pedagógicos I e II” (2000) e “Dispersos” (2008), além de apontamentos de estudiosos que se dedicaram a biografias e antologias desse autor, como Franco (2015), Cristóvão (2008) e Borges (2006). A relação entre as ideias filosóficas de Agostinho da Silva sobre lusofonia e educação e seu desvelamento na base de implementação da UNILAB teve como fontes metodológicas o levantamento e a análise de documentos que compõem a matriz teórico-metodológica, entrevistas a dois professores que participaram de seu projeto de implantação, além de dois técnicos em assuntos educacionais e alunos (seis estrangeiros e dois brasileiros), e aplicação de questionários. Dessa forma suas ideias aparecem contemporâneas e muito aproximadas dos discursos que se ligam à instituição UNILAB. Encontramos na fundamentação da Universidade, sua perfilação, características peculiares e sua missão, aproximações que denotam relações e que constituem reflexões que se alinham ao pensamento deste, ainda que sem nenhuma menção ou crédito ao seu nome e consideramos, ainda, que a pesquisa contribui para uma maior identificação/divulgação do pensamento do autor no mundo acadêmico e para uma melhor compreensão do fenômeno lusófono no contexto sócio-político-educacional contemporâneo, com acento na UNILAB.

Palavras-chave: Agostinho da Silva. Lusofonia. Educação. UNILAB.

ABSTRACT

The research in focus brings to mind the thought of Agostinho da Silva, a Portuguese thinker who lived in Brazil from 1944 to 1969, where he had an intense political participation, notably in relation to Higher Education; However, not yet sufficiently studied and disseminated. A man with innovative ideas for his time, he was responsible for the creation of some Brazilian federal universities, such as Paraíba and Santa Catarina, also active in the creation of Study Centers and idealizer of an international community, with notions of cooperation and integration Linked by the Portuguese language, germ of the current Community of Portuguese Language Countries (CPLP). In this sense, we focus on the relationship between Agostinho da Silva's thinking about lusophony, outlining a possible approximation between his ideas and the founding foundation of creation of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). Specific objectives are: to study the world circulation of lusophonic ideas, starting from Agostinho da Silva, in a historical-comparative perspective; And to understand the philosophical and pedagogical ideas of the author (philosophical and educational principle), especially in the categories: "Fifth Empire", "Fraternal Community", "Holy Spirit" and "Education". The theoretical reference refers to the works of the author, especially "Pedagogical Texts I and II" (2000) and "Dispersos" (2008), as well as notes by scholars who have dedicated themselves to biographies and anthologies such as Franco (2015) Cristóvão (2008) and Borges (2006). The relationship between Agostinho da Silva's philosophical ideas on lusophony and education and its unveiling in the basis of UNILAB's implementation had methodological sources as the collection and analysis of documents that make up the theoretical-methodological matrix, interviews with two professors who participated in his Project of implantation, besides two technicians in educational subjects and students (six foreigners and two Brazilians), and application of questionnaires. In this way his ideas appear contemporaneous and very approximate of the discourses that bind to the UNILAB institution. We find in the foundation of the University, its profile, peculiar characteristics and its mission, approaches that denote relationships and which are reflections that align with the latter's thinking, even though without any mention or credit to his name, and we also consider that research contributes to A greater identification/dissemination of the author's thinking in the academic world and for a better understanding of the Lusophone phenomenon in the contemporary socio-political-educational context, with emphasis on UNILAB.

Keyword: Agostinho da Silva. Lusophony. Education. UNILAB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	– Vista do Campus das Auroras.....	106
Quadro 1	– Alunos matriculados até maio/2016 nos cursos de graduação	71
Quadro 2	– “Calendarização” da obtenção de dados com indicação da técnica utilizada	72
Quadro 3	– Currículo do Curso de Bacharel em Humanidades – Ementa das disciplinas	94
Quadro 4	– Categoria: UNILAB. Subcategorias: decisão da escolha, satisfação do curso, pretensões com o curso e relação entre a formação aqui e país de origem.....	174
Quadro 5	– Categoria: Integração.....	175
Quadro 6	– Categoria: Cooperação. Subcategorias: Fraternidade e solidariedade.....	175
Quadro 7	– Categoria: Lusofonia	176
Quadro 8	– Categoria: Currículo. Subcategorias: compreensão e conteúdo de textos, História e Cultura brasileira.....	176
Quadro 9	– Língua portuguesa país/origem e relação com o Brasil – subcategorias: oralidade, escrita, metodologia, diferenças.....	177
Quadro 10	– Categoria interesse pela cultura brasileira	177
Quadro 11	– Categoria: CEAO (estudos culturais em afrodescendência).....	178
Quadro 12	– Categoria – Currículo	178
Quadro 13	– Categoria UNILAB como experiência para a vida.....	179
Quadro 14	– Categoria: Agostinho da Silva.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DRCA	Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
GT	Grupo de Trabalho
ICEN	Instituto de Ciências Exatas da Natureza
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
IEDS	Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável
IHL	Instituto de Humanidade e Letras
IILP	Instituto Internacional de língua Portuguesa
MINC	Ministério da Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEAC	Programa de Bolsa de Extensão, Arte e Cultura
PPC's	Projeto Político de Cursos
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Português
SAMBA	Seminário de Ambientação Acadêmica
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
UCCLA	União das Cidades Capitais Luso-Afro-América
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Saúde
UNILAB	Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AGOSTINHO DA SILVA: BIOGRAFIA E CORPUS TEÓRICO- CONCEITUAL DE UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO (1906 A 1994)	16
2.1	Agostinho da Silva: aspectos biográficos de “visionário”	16
2.2	Agostinho da Silva: ideias fundantes e legado de sua obra	28
2.3	O método de Agostinho da Silva	29
2.4	O pensamento de Agostinho da Silva	33
2.4.1	<i>O pensamento filosófico-religioso</i>	33
2.4.2	<i>O “Quinto Império”</i>	36
2.5	O “Quinto Império” da língua portuguesa e da lusofonia	41
2.6	Educação no “Quinto Império”	42
2.7	A comunidade fraternal em Agostinho da Silva	44
2.8	Educação em Agostinho da Silva	46
2.9	Agostinho da Silva e a universidade	50
2.10	Agostinho da Silva: “prefigurador” da Lusofonia, CPLP	54
2.11	Agostinho da Silva e sua relação com o Direito	58
3	PERCURSOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	64
3.1	Apresentação do campo de pesquisa: a UNILAB	66
3.2	Estrutura e funcionamento	67
3.3	Procedimentos e técnicas de coleta da pesquisa de campo	71
3.4	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	74
3.4.1	<i>Professora do ICEN</i>	74
3.4.2	<i>Professor do “GT – Formação de Professores”</i>	75
3.4.3	<i>Diretor do DRCA</i>	75
3.4.4	<i>Secretária da DRCA</i>	75
3.4.5	<i>Alunos guineenses</i>	76
3.4.6	<i>Aluno angolano</i>	76
3.4.7	<i>Alunos do Curso de Engenharia Renovável</i>	76
4	UNILAB: DADOS EMPÍRICOS DA PESQUISA À LUZ DO PENSAMENTO DE AGOSTINHO DA SILVA	78

4.1	Os documentos da UNILAB à luz das ideias agostinianas	78
4.2	Breve análise dos PPC's do curso de Bacharel em Humanidades e Pedagogia .	93
4.2.1	<i>Diretrizes gerais e formação acadêmica: um recorte da integralização curricular</i>	93
4.3	Em diálogo, os sujeitos do processo educativo da UNILAB e o pensamento agostiniano	100
4.3.1	<i>Lusofonia</i>	110
4.3.2	<i>Currículo</i>	117
4.4	Integração	123
4.5	A ideia de “Integração” em Agostinho da Silva	133
4.6	Alunos Guineenses	134
4.6.1	<i>Algumas críticas e outras considerações</i>	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	150
	ANEXO A – QUANTITATIVO DE INGRESSANTES ATÉ 2015.2.....	156
	ANEXO B – QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS	158
	ANEXO C – PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE.....	161
	ANEXO D – RESOLUÇÃO Nº 09/2016/CONSUNI.....	164
	ANEXO E – CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DO ESTUDO DO REGIME TRIMESTRAL	170
	APÊNDICE A – RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS.....	174
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	180
	APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÕES	184

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a lusofonia em Agostinho da Silva e sua relação com a base filosófica fundante da Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

O estudo está inserido na linha de pesquisa “História da Educação Comparada”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), precisamente no Eixo Temático “Instituições, Ciências e Práticas Educativas”. Sua importância na referida linha de pesquisa, se faz por estudar a circulação das ideias acerca da relação Lusofonia e Ensino Superior, Filosofia Humanística e Educação, dentre outras categorias ligadas à temática em foco, relacionando-as com a vida do autor e sua ação política e filosófico-educativa.

As ideias embrionárias desta investigação se delinearam, quando na elaboração do projeto inicial¹, para a seleção de ingresso ao mestrado da UFC, ampliadas e redimensionadas pelo contato com as ideias do pensador português Agostinho da Silva, em estudo na componente curricular de “História da Educação Comparada”, no Programa de Pós-graduação da UFC².

Aliando os interesses, motivações e implicações que foram se estabelecendo com a temática, foi sendo reconfigurado o projeto inicial e optou-se por investigar se na UNILAB, a integração, baseada na lusofonia, quiçá remonta, em alguma maneira, às ideias prenunciadas por Agostinho da Silva.

Pretende-se, com esta pesquisa, fazer uma aproximação entre a teoria humanista e filosófica de Agostinho da Silva, especialmente no tocante aos fundamentos da ideia de lusofonia e à criação da UNILAB, no Estado do Ceará, como resultado da política educacional e diplomática do governo brasileiro, no final do século XX e início do século XXI.

¹ O projeto à época organizado se deu com base no interesse despertado pela criação da UNILAB, ainda em 2008, quando foi divulgado pela imprensa o “Projeto de Lei nº 3.891-A”, de iniciativa do então ministro da Educação Fernando Haddad, que tramitava no Congresso Nacional, o qual tratava da possível instalação de uma universidade federal, no Maciço de Baturité-CE, com sede em Redenção.

² Vale ressaltar que, por certo, nossa formação humanística, em Direito e Filosofia, e a trajetória acadêmica percorrida ao longo das últimas quase três décadas de escolarização, seja a marca principal da relação estabelecida com a temática escolhida para o estudo aqui sistematizado, o que, muito certamente, nos conduziu ao enorme interesse despertado pelo pensador português Agostinho da Silva e suas ideias, quando cursamos o componente curricular de História da Educação Comparada, no programa de pós-graduação da UFC, ministrada pela Profa. Sra. Juraci Cavalcante.

O tema nos parece bem instigante pelo fato de termos, no interior de nosso Estado, fazendo parte de uma estrutura maior de expansão do Ensino Superior no Brasil³, uma universidade como é hoje a UNILAB, com um perfil diferenciado, conforme expresso em suas diretrizes gerais e estatuto.

A propósito, no que se refere à Instituição de Ensino Superior UNILAB, nossa atenção não recai diretamente sobre aspectos políticos ou ideológicos do ponto de vista governamental, que resultaram na sua criação legal, mas na observação dos seus princípios filosóficos-educativos de seu projeto político-pedagógico se aproximam das concepções, das ideias defendidas por Agostinho da Silva, no que se referem a sua compreensão sobre lusofonia, comunidade fraternal humana e práticas pedagógicas. É sob o crivo teórico-ideológico-conceitual que buscamos nos debruçar, na dimensão acadêmica da circulação das ideias.

É sob esta óptica que pretendemos apresentar Agostinho da Silva e buscar uma possível aproximação com a ideia fundante de criação da UNILAB. Afinal, quem foi Agostinho da Silva? Qual a importância deste homem nesta pesquisa? Existirá relação com os princípios estabelecidos na UNILAB? Que importância ele pode ter para a lusofonia e o mundo acadêmico?

Estas indagações são respondidas no decorrer da pesquisa. Todavia, outras indagações são pertinentes quanto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no mundo acadêmico, provavelmente, conhecida: quem foi o criador da CPLP? Qual a relação da CPLP com Agostinho da Silva? E com a UNILAB?

É preciso esclarecer que esta pesquisa não tem como objetivo, na essência, analisar a CPLP. Apenas fizemos neste momento um preâmbulo, por ser um conceito atual, que provavelmente a maioria dos leitores conheçam e fazer um vínculo com o tema principal da dissertação, que é a relação entre o pensamento de Agostinho da Silva – Lusofonia e Educação – e a base fundante da UNILAB.

³ O Ensino Superior, nos últimos dez anos, tem sido alvo de políticas públicas destinadas à expansão da educação. Diversos estudos indicam que ações políticas foram efetivadas, no plano do ensino superior, no qual tivemos programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa da Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), a ampliação da rede federal de ensino, através da transformação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), projetos de Universidades Federais de âmbito internacional, como o da Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA/PR); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/RS); Universidade Federal de Integração da Amazônia Continental (UNIAM/PA) foi um projeto inicial, apresentando em 2007, que se consolidou com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com sede em Santarém e a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/CE), a qual nos despertou particular interesse.

A CPLP, historicamente, foi criada em 1994, pelo embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira. Não foi idealização deste. Muitas mentes brilhantes lutaram por ver concretizada esta ideia; mentes de pessoas que oficialmente a História não registrou. José Aparecido de Oliveira, humildemente, se reconheceu como não idealizador da CPLP, atribuindo o mérito a Agostinho da Silva, o autor-referência desta pesquisa, ainda desconhecido por muitos, no mundo acadêmico, que trazemos agora sua ação política no Brasil.

Exprimimos, nesta pesquisa, a ação e pensamento filosóficos de Agostinho da Silva, no que compreendem as ideias de “Quinto Império”, “Comunidade Fraternal”, “Espírito Santo” e “Educação”, buscando as possíveis relações entre o pensamento do autor mencionado, seu pensamento e a ideia fundante de criação da UNILAB.

Assim, nesta investigação, tem-se como objetivo geral analisar a relação entre o pensamento de Agostinho da Silva, especialmente, desde a sua compreensão sobre Lusofonia e Educação, e uma possível aproximação entre seu pensamento e a base de criação da UNILAB. Como objetivos específicos têm-se:

- 1) Examinar a circulação mundial das ideias de lusofonia, com origem em Agostinho da Silva, em uma perspectiva histórico-comparada;
- 2) Compreender as ideias filosóficas e pedagógicas de Agostinho da Silva (princípio filosófico educativo), especialmente as categorias: “Quinto Império”, “Comunidade Fraternal”, “Espírito Santo” e “Educação”; e
- 3) Investigar a possível relação entre as ideias filosóficas de Agostinho da Silva sobre Lusofonia e Educação e seu desvelamento na base de implementação da UNILAB, com arrimo nos documentos norteadores que compõem sua matriz teórico-metodológica como lei, de criação, estatuto, diretrizes gerais e projeto político-pedagógico.

Assinalamos que é na ideia de Educação como valor e na importância da universidade feito ambiente de formação cultural e cooperação internacional (privilegiadamente no mundo acadêmico pela UNILAB, dentro da sociedade cearense e brasileira, como espaço das comunidades unidas pela lusofonia), que enveredamos nesta pesquisa, procurando buscar as relações entre as ideias agostinianas sobre lusofonia e a criação da UNILAB.

Assim, esta pesquisa compreende a introdução, três capítulos e as considerações. Na Introdução, descrevemos o nosso interesse pela pesquisa, apresentamos os objetivos e o referencial teórico.

No Capítulo 2, o qual intitulamos “Agostinho da Silva: biografia e corpus teórico-conceitual de um homem a frente de seu tempo (1906-1994)” trazemos a biografia sucinta do autor, seu método e pensamento filosófico-religioso, que envolve as categorias “Comunidade fraterna”, “Quinto Império”, “Espírito Santo”, e “Educação” além de mostrar Agostinho da Silva como “prefigurador” da lusofonia e CPLP com o intuito de enaltecer este homem, ainda desconhecido no mundo acadêmico de alguns estados brasileiros, inclusive no Ceará. E, por fim, fazemos, de modo breve, a relação de Agostinho da Silva com o Direito, mostrando, sobretudo, que seu pensamento e ação pragmática também repercutiram no mundo do Direito, fazendo dele um homem muito além do seu tempo.

No capítulo 3, tratamos do percurso metodológico que nos levou à investigação, apresentando o diário de campo, o espaço da pesquisa e seus sujeitos. No Capítulo 4, intitulado “UNILAB: dados empíricos da pesquisa à luz do pensamento de Agostinho da Silva”, fazemos uma análise dos documentos da Universidade, à luz das ideias agostinianas, de forma sintética da Lei de criação, Estatuto e Diretrizes Gerais; apresentamos, sinteticamente, as ementas dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC’s) de Bacharel em Humanidades e Pedagogia e fazemos uma análise discursiva dos sujeitos do processo educativo da UNILAB e o pensamento agostiniano, dando destaque para as categorias “implantação da UNILAB”, “lusofonia”, “currículo”, “integração” e “Agostinho da Silva”. E por fim, trazemos as nossas considerações.

2 AGOSTINHO DA SILVA: BIOGRAFIA E CORPUS TEÓRICO-CONCEITUAL DE UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO (1906 A 1994)

Nesta seção, nosso principal objetivo é trazer o pensador Agostinho da Silva e seus aspectos biográficos, com o intuito de apresentar este homem, pouco conhecido no mundo acadêmico de alguns estados brasileiros, inclusive no Ceará, explicitando suas ideias “visionárias” e ação pragmática.

2.1 Agostinho da Silva: aspectos biográficos de “visionário”

George Baptista Agostinho da Silva, ou simplesmente Agostinho da Silva, como gostava de ser chamado nasceu no Porto na Travessa Barão de Nova Sintra, 67, na Freguesia do Bonfim, em 13 de fevereiro de 1906 e faleceu em Lisboa no dia 3 de abril de 1994. Em 1944, veio morar no Brasil, deixando Portugal por motivos políticos, fugindo do “lazarismo” e aqui ficou até o ano de 1969 (MANSO, 2000).

Fora o primeiro filho de Francisco José Agostinho da Silva, 3º aspirante do porto e de Georgina Baptista da Silva. Com menos de um ano de idade, seus pais mudaram para Barca D’Alva, em Figueira de Castelo Rodrigo, posto fronteiro da Alfândega, local que seu pai foi transferido. Foi ali, uma aldeia rural onde passou a infância, que decerto foi “[...] determinante na formação da sua sensibilidade, tendo aí iniciado a formação escolar com sua mãe” (MANSO, 2000, p. 361).

Em 1915, regressou ao Porto para fazer o exame de admissão ao Liceu, não conseguiu uma primeira inscrição na Escola Industrial Mouzinho da Silveira para a qual tinha intenção de seguir com o curso técnico-profissional. Esse acontecimento colaborou para que ele viesse a se matricular no Liceu Rodrigues Freitas, e teve como professores, entre outros, Francisco Torrinha e Augusto César Pires de Lima. Em 1924, concluiu o Liceu e ingressou na Faculdade de Letras do Porto, inicialmente em Filologia Românica, porém, por desentendimentos com Hernâni Cidade, mudou para Filologia Clássica e terminou em 1928, licenciatura em “Liberdade” com uma tese sobre o poeta latino Catulo. No ano seguinte, retorna à mesma faculdade para se doutorar em “Raiva” com a tese intitulada “Sentido histórico das civilizações clássicas” (MANSO, 2000).

Em 1927, colaborou na revista Renascença Portuguesa a “Águia” e em 1928 iniciou por dez anos, na revista “Seara Nova”. Sua experiência nestas duas revistas proporcionou-lhe um conjunto de ensinamentos e experiências que contribuíram para o seu

pensamento, na fase madura de sua vida. Em 1930, teve a oportunidade de frequentar em Lisboa, a Escola Normal Superior com o intuito de adquirir a habilitação para lecionar, no ensino oficial, o que consegue e é colocado no Liceu Alexandre Herculano. Entre os anos de 1931 e 1933 foi bolseiro da Junta Nacional de Educação, na *Sorbonne* e no *Collège de France*. Neste período, em Paris teve a oportunidade de conhecer e travar amizade com alguns exilados políticos, como António Sérgio e Jaime Cortesão (MANSO, 2000).

Ainda segundo Manso (2000), Agostinho da Silva lecionou no Liceu de Aveiro, no qual já havia colaborado com a revista pedagógica *Labor*, estando trabalhando aí, quando da sua demissão da função pública por se ter recusado a assinar a Lei Cabral⁴, no ano de 1935.

Em 1936, repetiu a experiência de bolseiro, em Madrid, na Espanha, onde a convite de Joaquim de Carvalho, frequentou o Centro de Estudos Históricos, e sob a orientação de Américo de Castro investigou o misticismo; no entanto, veio a desentender com este, regressando à Portugal, onde lecionou em Lisboa, no colégio particular *Infante de Sagres*. Para subsistir, deu explicações, e entre seus explicandos, encontramos Mario Soares que anos depois veio a ser o Presidente de Portugal (MANSO, 2000).

Agostinho da Silva foi um fundador de institutos e universidades. Seu empenho na fundação de movimentos, escolas e institutos com objetivos pedagógicos começou ainda em 1932, quando a “Revista Seara Nova” publicava os seus artigos que continham “crítica mordaz” ao meio acadêmico português na figura das universidades e seus professores. Nesse ano, a Junta Nacional de Educação convidou-o a organizar a abertura do Centro de Estudos Filológicos da Universidade Clássica de Lisboa (MANSO, 2000).

Em 1937, Agostinho da Silva se empenhou na fundação do Núcleo Pedagógico Antero de Quental, para o qual tem como “convicção que o trabalho educativo é basilar e de que grande parte dos esforços do escol de cada país se deve canalizar neste sentido” (SILVA, 2000a, p. 233-234).

É bom ressaltar que Agostinho da Silva escreveu a biografia de Maria Montessori. Baseado nos métodos de Montessori, Agostinho da Silva estabeleceu os seguintes objetivos, quando da fundação do Núcleo Pedagógico Antero de Quental, que são:

⁴ Trata-se da Lei nº 1901, de 21 de maio de 1935, que resultou no Projecto de Lei nº 02, em Portugal, proposto pelo Deputado português, José Cabral, em 1935, que propôs a extinção de associações secretas e adotava uma definição para estas, de modo a atingir a Maçonaria que era o maior objetivo da Lei (CABRAL, José. **Sociedades secretas**. Lisboa: Editorial Império, 1935).

1. Realizar missões de cultura pelas vilas e aldeias, com palestras, leituras comendadas, projecções cinematográficas, concertos, representações, exposições de arte e ciência;
2. Organizar conferências pedagógicas em que se tratem todos os problemas relativos à educação de crianças e adultos;
3. Promover a publicação de um boletim de divulgação pedagógica;
4. Promover a publicação de colecções de iniciação cultural para crianças e adultos;
5. Fundar escolas experimentais em que se estude a adaptação ao nosso país dos métodos modernos;
6. Organizar uma biblioteca pedagógica com serviços de empréstimos domiciliário;
7. Criar nos pequenos centros de população bibliotecas escolhidas que despertem e cultivem o gosto pela leitura;
8. Organizar sessões de cultura por TSF. (SILVA, 2000a, p. 234)

De acordo com Mota (2006, p. 92), Agostinho da Silva, latinista e filólogo de formação, teve o traço explícito de educador e ensaísta, por isso sofreu com a perseguição da polícia política do Estado Novo em Portugal, porque tinha como “imperativo ético, elevar culturalmente ao seu nível ao nível de qualquer cidadão reflexivo e letrado, o seu irmão em humanidade”. Quando escreveu e editou, em 1943, o folheto “Doutrina Cristã”, este homem de ação estava “a apresentar os fundamentos da proposta que repetirá ao longo de toda a vida”, sublinhando “as linhas mestras e os alicerces” do mundo a ser constituído no futuro, “O Mundo Novo radicado no princípio da liberdade”.

A “Doutrina Cristã” foi o motivo que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Português (PVDE) quis para enveredar perseguição política contra Agostinho da Silva, pois:

[...] não aceitava o “cariz revolucionário” do seu trabalho – porque, de facto, Agostinho pretendia (e conseguiu) “agitar”, transformar profundamente (mentalidade, ideologia, campo de cultura, do conhecimento, etc.), causar sensível mudança: inovar no seu país, bem como nos países por onde passou [...]. (MOTA, 2006, p. 92-94)

O resultado desta perseguição política, a fuga do “lazarismo” foi que conduziu Agostinho da Silva às terras brasileiras (MOTA, 2006).

Segundo Oliveira (2007, p. 279), “o Professor Agostinho tinha uma visão do mundo daquele tempo e do mundo do futuro. Ele previa, como pensador que era muito do que está acontecendo por aí”. Agostinho da Silva usava de “imaginação sociológica”. Ele era capaz de ver “que muitos eventos que parecem dizer respeito somente ao indivíduo, na verdade, refletem questões mais amplas” (GIDDENS, 2005, p. 25).

Giddens (2005, p. 25) relata que vivemos num mundo profundamente marcado por mudanças e que a “sociologia mostra a necessidade de assumir uma visão mais ampla sobre por que somos como somos e por que agimos como agimos”, e pensar assim é

“aprender a pensar sociologicamente”. Para ele, um sociólogo “é alguém que é capaz de se libertar da imediatidade das circunstâncias pessoais e apresentar as coisas num contexto mais amplo”.

Compreendemos que Agostinho da Silva, embora isso não seja dito, claramente, tem muito de sociólogo, quando consegue imaginar uma “[...] nova política para a lusofonia, de uma nova política para o desenvolvimento dos povos de Língua Portuguesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 279); ou quando, no governo de Jânio Quadros, influencia a formulação da nova política exterior do Brasil, muito embora este aspecto não seja conhecido na biografia do Professor ou nos documentos do Itamaraty.

No depoimento de Oliveira (2007), temos que a ideia da CPLP surgiu entre o fim dos anos de 1950 e início dos de 60, com Agostinho da Silva, e a concretização desse sonho por ele não foi possível, por questões políticas e históricas da época em que viveu. O importante é salientar que:

O Professor Agostinho foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo que tendia para a globalização. Ele previu com todas as suas nuances e conseqüências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas lusófona com relação à África. Foi ele que, pela primeira vez, naquele tempo, chamou a atenção para as nossas raízes. (OLIVEIRA, 2007, p. 280)

Ainda de acordo com Oliveira (2007, p. 280), Agostinho da Silva advertia-nos com relação ao nosso futuro e entendia que:

[...] era importante fazermos uma política de unidade, de fundamento de nossa língua comum. E isso foi uma abordagem que passou a ser feita e que chegou, inclusive, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. Mas na verdade, o verdadeiro formulador, o homem que deu esse fundamento filosófico, essa mensagem integradora do ponto de vista político, foi o Professor Agostinho da Silva. Ele foi o grande formulador de um tempo novo na lusofonia.

Assim, lançamos reflexões acerca de Agostinho da Silva, com sua imaginação sociológica e idealizações quanto às relações internacionais ligadas à lusofonia: pensamento extremamente provocador de nossas inquietações quanto a sua permanência e atuação no Brasil. E quanto ao interior do Estado do Ceará? Agostinho conhecia nosso Estado. O fato é comprovado na sua obra “Ensaio para uma teoria do Brasil”, quando se refere ao:

[...] Nordeste do Polígono das Secas, dos quase desertos do Ceará e do Rio Grande [...]. É o Nordeste do homem, que, jamais esquecendo o seu sertão, sabe bater-se como ninguém nos urbanismos do Sul e pelo contacto com outros, volta distinto à

terra de que partiu, como um contínuo fermento na massa já predisposta de seus patrícios. (SILVA, Agostinho, 2007, p. 97)

Agostinho da Silva foi filósofo. Em toda a literatura feita acerca do autor, foi considerado este aspecto biográfico. Seguidor do pensamento dos gregos, Platão e Aristóteles e de Espinoza e Hegel, Agostinho da Silva quando escreveu o “Alcorão”, o fez com bastante domínio do pensamento Espinoziano sobre Deus, acerca do que neste momento não nos reportaremos, em função do foco principal aqui buscado.

Hessen (2003, p. 4) exprime que a teoria do conhecimento é uma disciplina filosófica e indaga sobre a sua essência. Exemplifica que em cada época do pensamento a definição de Filosofia foi diferente, ficando algo de comum. Filósofos que constituíram algo em comum formaram sistemas, dentre eles temos, “os sistemas de Platão e Aristóteles, Descartes e Leibniz, Kant e Hegel. Quando nos aprofundamos neles, deparamos com certas características essenciais comuns, apesar de todas as diferenças que apresentam”.

A essência da Filosofia é, conforme Hessen (2003, p. 9) “auto-reflexão do espírito sobre seu comportamento valorativo teórico e prático e, igualmente, aspiração a uma inteligência das conexões últimas das coisas, a uma visão racional de mundo [...]”.

O filósofo de nosso interesse neste estudo, Agostinho da Silva, um representante da lusofonia, pensou sobre a perfeição humana, retratada por ele, em vários textos, dentre os quais, em “Ritmo de Marcha”, que compõe sua obra “As Aproximações”, considerando esta como o único dever do ser humano:

Quanto a nós mesmos, nenhuma vida tem qualquer significado ou qualquer valor se não for uma contínua batalha contra o que nos afasta da perfeição que é nosso único dever. Tão estranha e maravilhosamente somos compostos de eternidade e de tempo que, sendo a nossa única e real vocação a de ser santos, a cada passo nos estamos especializando, nos estamos deixando arrastar e prender por todos os outros fragmentos de vocação ou por todo o passageiro chamamento que por acaso ouvimos. E este é nosso primeiro ponto de combate: o de não deixarmos que o que é puramente temporal tome em nossas vidas o lugar que se deve ao eterno. (SILVA, 1999a, p. 82)

Borges (2006, p. 123) faz um resumo do pensamento filosófico de Agostinho da Silva sobre o ser, conhecer, agir, criar, amar; poesia, filosofia e ciência. Ele nos diz que Agostinho da Silva é “Pensador à margem da tradição acadêmica dos professores de filosofia e dos filósofos profissionais, conversador, ensaísta e provocador de ideias e ações mais do que doutrinador” e exprime que Agostinho considera que a Filosofia é inseparável da vida, na sua dimensão comunitária, prática e dialogante.

É importante, portanto, para chegarmos às ideias agostinianas, traçarmos algumas linhas temporais e delimitarmos alguns elementos espaço temporais e conceituais de comparação, elucidando categorias que emanam de sua obra e constituem os pilares do pensamento, a saber: “Quinto Império”, “Comunidade Fraternal”, “Espírito Santo”, “Educação”. Tais categorias serão aprofundadas, no texto dissertativo, aqui tratado, ainda, em primeiras aproximações.

Cumprido registrar o fato de que Agostinho da Silva entendia a “Comunidade da Lusofonia como Quinto Império”, o qual se concretizava em um ideal de profundas raízes na cultura portuguesa. Segundo Cristóvão (2008), Agostinho da Silva reelaborou o termo, aprofundando-lhe o conteúdo e democratizando-o, uma vez que, na origem, o Padre Antônio Vieira e Fernando Pessoa foram os precursores de sua utilização.

Importante é salientar que, no seu pensamento filosófico, Agostinho da Silva privilegia outra importante categoria, que é a comunidade fraternal. Nela, duas dimensões existem sempre: o amor e a perfeição; além, é claro, do culto ao Espírito Santo, em que, o Espírito Santo é representado pela figura da criança.

Borges (2006, p. 123) assevera que o “amor”, em Agostinho da Silva, é tão forte que:

[...] supera as possíveis mediações que são filosofia, ciência, arte e política na experiência imediata dessa unidade inefável em que fulgura a Verdade oculta a toda a dualidade e antinomia conceptual, a começar pela que se estabelece, em todas as restantes dimensões da experiência humana, entre sujeito e objecto.

O pensamento Agostiniano é o tempo todo voltado para o amor; um amor “omnicomprensivo e unitivo que sendo místico, no sentido de consistir na fusão com o fundo último e inexprimível do real, não deixa de ser criador”, que se consubstancia no “Infinito” agostiniano que compreende “o humano e divino, no qual Deus e as mentes co-inventam a cada instante a si e ao mundo”. Assim, com Agostinho da Silva, temos que pensar “sempre inseparável do exercício desse amor poético que não tanto objectiva o real quanto o transfigura e recria numa ordem superior de possibilidade” (BORGES, 2006. p. 123).

Na defesa idealizada de comunidade em Agostinho, todos os contrários se harmonizam com a presença de Deus e do amor, que supera a Ciência, a Arte, a Filosofia e a Política. Assim, temos em seu texto intitulado “Sete Cartas a um Jovem Filósofo”:

[...] que filosofias pitorescas são essas que pretendem explicar o mundo e têm de bulhar? Uma filosofia, ao que eu entendo, tem de ser uma explicação total do

universo: porque não inclui então aquele que nos apreze como adversário? [...] Dirá você que uma concepção dessas, em que todos os contrários se harmonizam, só é possível em Deus. Vamos então nós desistir de chegar a Deus? Essa, para mim, é que é a grande tarefa filosófica, como é a grande tarefa da arte, da ciência, da religião e da sociologia ou, melhor, da política. Do amor também: do amor sempre, porque, se é verdadeiro, ele supera a ciência e a arte, a filosofia e a política. (SILVA, 1999a, p. 262)

Entendemos que, no ideal de comunidade fraternal que está por vir, conforme assevera Borges (2006, p. 270), teremos uma “Idade Nova, Universidade Nova”, na qual:

[...] não haverá doutrina que se imponha, mas simplesmente amor que se liberte; não haverá mestres que ensinam, haverá simplesmente mestres que estudam; não teremos separação entre os que sabem e os que não sabem e terá a cultura deixando de ser a terrível barreira que se tem levantado entre os homens.

No livro intitulado “Presença de Agostinho da Silva”, temos passagens muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, que mostram, de plano, o quanto o pensador lusitano influenciou o mundo acadêmico brasileiro, na criação de algumas universidades federais brasileiras. Em relação a isso, reproduzimos alguns fragmentos que correspondem a pensamentos e ações de Agostinho da Silva, relatados no referido livro:

Um aspecto muito importante da trajetória de Agostinho da Silva no Brasil é o de sua influência na estratégia de uma política de relações internacionais com a África e Ásia. Foi Agostinho, quando assessor particular do Presidente Jânio Quadros, quem lançou as bases e fundamentos dessa estratégia. (SILVA, Amândio, 2007, p. 19)

Como podemos ver, as primeiras aproximações entre o Brasil e a África aconteceram por influência de Agostinho da Silva. “E o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia foi o motor dessa aproximação e dessa troca entre professores e alunos, brasileiros, africanos e orientais” (SILVA, Amândio, 2007, p. 19).

Silva (2007, p. 19, grifos nossos) assevera que, com Agostinho, foram lançadas as bases da Política Externa Independente do Brasil, especialmente, no que respeita à África e defende a ideia de que:

Agostinho costurou essa teia também intuindo o papel de Portugal, aliás em absoluta coerência com a sua premonição da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, cujo intérprete mais persistente e mais lúcido, algumas décadas depois, foi sem dúvida o Embaixador José Aparecido de Oliveira, a quem presto homenagem. Se Agostinho foi o **avô profético**, **Aparecido foi o pai realizador**.

Agostinho da Silva criou em Goiás, na Universidade Federal de Goiás o Centro de Estudos Brasileiros e, posteriormente, foi montado o Curso de Estudos Goianos, sendo então, a Universidade Federal de Goiás, a primeira a ter um curso de história do seu estado. Goiás saiu na frente, dando exemplo para o resto do País, nessa dimensão,

[...] que chegara a ocasião de se fundar numa Universidade um Centro de Estudos Brasileiros. Assim o propôs, assim o Reitor o aceitou [...] Mas esta Universidade Federal de Goiás é realmente uma Universidade à parte: o Reitor não está contra o que se propõe, mas a favor; os alunos têm voz ativa; e sabe-se acolher o pessoal, com a plena consciência de que ele não é de início da mais alta excelência que se poderia desejar, mas que excelente o farão a boa vontade, a dedicação, a modéstia, o estudo, o ambiente. (SILVA, Agostinho, 2007a, p. 110)

Em citação referida, percebe-se o quanto Agostinho da Silva dava importância à democracia, à participação de todos dentro da universidade, princípios hoje intrínsecos a essa instituição secular.

Agostinho da Silva foi homem pragmático, no sentido da ação, da realização teórica defendida, e, conforme nos aponta Amândio Silva (2007, p. 279), foi pessoa de consciência livre e de vocação libertária. Foi importante sob dois aspectos: como pensador e filósofo; outro, como homem de ação. “Ele conjugou essas duas virtualidades que, geralmente, não caminham juntas”. Era um homem de pensamento e de ação. Agostinho da Silva era um homem que tinha “a visão do horizonte, que tinha a visão da perspectiva”. Ele era um homem que estava realizando um trabalho para o “tempo e para o histórico”.

Também assevera este pensamento pragmático de ação de Agostinho da Silva, Mota (2006, p. 94) quando nos diz que,

[...] Durante os 25 anos que permaneceu em terras sul-americanas foi fiel ao princípio traçado nos seus verdes anos de servir a cultura e o seu semelhante: fundou (ou ajudou a fundar) universidades e centros de estudos e de investigação ou centros de divulgação da língua e da cultura portuguesas, preconizando e propalando sempre a ideia da necessidade de se proceder a uma renovação mundial assente em princípios e valores de amor, de exigência, de obediência e de serviço [...] que haveria de dar origem a uma comunidade, a comunidade luso-afro-brasileira [...].

Decorrente do seu caráter de homem de ação política, aqui, entendemos a política no mesmo sentido em que Platão a defendia, de bem comum, Agostinho da Silva vai nos transmitir, em doutrina Cristã, que, “praticamos o mais elevado dos cultos a Deus quando propagamos a cultura” e para isso é preciso que derrubemos todas “as barreiras que se opõem ao Espírito”; que “Ninguém reprovará o seu irmão por ele ser o que é; mas com paciência e

persistência, com inteligência e com amor, procurará leva-lo ao nível mais alto” (SILVA, 1999a, p. 82).

Em Doutrina Cristã, pode-se pensar que Agostinho da Silva está defendendo questões de religião, mas não é assim. Em um estudo aprofundado, percebemos que ele defende questões políticas, antropológicas do homem, como a liberdade. Ele assevera que,

Para que possa compreender Deus, para que possa, melhorando-se, melhorar também os outros, o homem precisa ser livre; as liberdades essenciais são três: liberdade de cultura, liberdade de organização social e liberdade econômica. Pela liberdade de cultura, o homem poderá desenvolver ao máximo o seu espírito crítico e criador [...]. Pela liberdade de organização social, o homem intervém no arranjo da sua vida em sociedade, administrando e guiando, em sistemas cada vez mais perfeitos à medida que a sua cultura se for alargando [...]. Pela liberdade econômica, o homem assegura o necessário para que o seu espírito se liberte de preocupações materiais e possa dedicar-se ao que existe de mais belo e de mais amplo; nenhum homem deve ser explorado por outro homem [...]. (SILVA, 1999a, p. 82)

A liberdade é essencial para Agostinho da Silva, de modo que ele a divide em três: liberdade de cultura, de organização social e econômica. Não existe para ele liberdade, quando não se tem cultura; aqui, cultura entendida num sentido amplo, que enfoca todo aprendizado na e para a vida e a Educação se estabelece como um valor fundamental, na cultura. Na liberdade de organização social, cada pessoa é um cidadão, é como um aluno de uma escola da humanidade, que um bom governante deveria reconhecer como tal. Na liberdade econômica, não pode haver exploração de um homem pelo outro e ninguém deve, pela posse dos meios de produção e de transporte, pôr em perigo a liberdade de Espírito dos outros. “Doutrina Cristã” não fala de religião, mas de política, por isso que ele foi perseguido pelos defensores do “lazarismo”.

Agostinho da Silva foi um pensador de vontade criativa. Em suas elaborações, emite opinião própria sobre os problemas da universidade de sua época, nos anos de 1960, que, mesmo com seu contexto específico daquele período, não é tão diferente dos atuais, e faz críticas ao modelo de universidade.

Na verdade, segundo Justino Magalhães⁵ o método dele toma como rumo, o caminho da perfeição, “numa permanente inquietude e ousadia”. Nestes termos é que Agostinho da Silva, quando no *Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito*⁶ se pronuncia: “Cada um de nós veio para o mundo para viver sua vida que é única, é, portanto, para ser exemplar, tem que ser ela perfeita, cumprida” (SILVA, 2000b, p. 56).

⁵ Professor Catedrático na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade de Lisboa.

⁶ Houve um momento histórico em que a Universidade de Brasília, atual UNB fechou as portas e Agostinho da Silva foi convidado pela Comissão Parlamentar de Inquérito a responder sobre alguns fatos pertinentes.

Em diversos momentos⁷ Agostinho da Silva formula seu pensamento a respeito das universidades. Quando convocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar, entre outras coisas, a estruturação social do sistema de Ensino Superior, no país, em 23 de maio de 1968, em Brasília, assim se pronunciou:

[...] a Universidade actual [...] é uma Universidade que se alicerça sobre a ideia da fraternidade, [...] da caridade, [...] de esforço comum para atingir uma verdade que não é já apenas uma verdade puramente intelectual, mas uma verdade também de sentimentos, [...] de unidade entre os homens [...], com o evoluir da própria ciência e da própria técnica, com as distorções trazidas ao comportamento humano [...]. A comunidade de professores e de alunos se desfez, não houve mais o esforço conjunto daquele que ensinava e daquele que aprendia [...] para atingir uma verdade que seria a da tal unidade da espécie humana. Introduziram-se elementos [...], o capitalismo, que vieram cindir os homens e que iam [...] contra a própria essência da Universidade [...]. (SILVA, 2000b, p. 35-36)

Agostinho da Silva tece críticas ao fato de as universidades, em seus conteúdos, formarem apenas especialistas, sem ter nenhuma visão humanista. Isto decorre do fato de que em toda a sua teoria se baseia na ideia de um amor fraternal. Assim ele se pronuncia:

[...]. Do que se queixam hoje todas as universidades ou todos os homens que pensam que a Universidade em termos gerais é que ela está quando muito formando técnicos, ela está quando muito formando especialistas, está formando homens cuja linguagem deixa de ser inteligível para outros homens. [...] os homens desaprendem, pelo culto das especialidades, o culto excessivo da especialização, os homens desaprendem a sua tarefa essencial de ser humanos e de entender os problemas fundamentais dos outros homens. Devo dizer que os homens que têm um verdadeiro sentido de Humanidade são homens que se formaram não *pela* Universidade, mas *apesar* da Universidade [...]. (SILVA, 2000b, p. 35-36).

Agostinho critica o fato de a Universidade não se preocupar em formar o homem, fato preocupante, já naquela época:

[...] A crítica que se faz, portanto, à Universidade é que ela está por vários motivos não contribuindo para formar o homem. Esse problema preocupa todos os educadores e naturalmente preocupará mais os educadores brasileiros e preocupará o Brasil onde vêm defeitos particulares, defeitos locais, juntar-se-á os defeitos da Universidade em geral [...]. (SILVA, 2000b, p. 37)

Agostinho da Silva ressalta, talvez, o fato de, na época, não existirem condições econômicas no Brasil, para o bom desempenho das universidades e, ainda

⁷ Quando nos referimos a momento em Agostinho da Silva, queremos nos reportar aos seus textos ou atitudes, que expressam que seu método não é linear, forma uma verdadeira espiral, que somente depois de conhecidos constituem todo um sentido, ou mesmo um sistema.

que houvesse, o fundamental não seria a formação apenas de técnicos, mas uma boa formação humana.

[...]. Enquanto não houver no Brasil condições econômicas suficientes para que todo o povo possa ascender à cultura e tenha possibilidade de chegar às Universidades, nós estaremos fazendo uma Universidade mais ou menos boa tecnicamente – e podemos fazê-la sob o ponto de vista técnico – mas estaremos fazendo sempre uma Universidade deficiente sob o ponto de vista humano. [...]. (SILVA, 2000b, p. 46)

Agostinho da Silva, com sua imaginação sociológica e homem visionário que fora, talvez estivesse vendo os contornos de uma futura globalização, quando se reporta ao fato de que: “[...]. Estamos num mundo em que as fronteiras se tornam, cada vez mais, fronteiras de colaboração e não fronteiras de separação [...]” (SILVA, 2000b, p. 50-51).

Sobre Educação em Portugal, Agostinho da Silva faz uma análise crítica da Educação, naquele país, nos anos de 1970; mas, sua análise não se aplica apenas em Portugal. São muitos aspectos comuns, que podem ser aplicados em todos os países do Ocidente. Sua análise crítica corresponde a um verdadeiro exame comparativo em Educação.

Creio [...] que o mundo em nada nos melhora, que nascemos estrelas de ímpar brilho, o que quer dizer, por um lado, que nada na vida vale o que somos, por outro lado que homem algum pode substituir a outro homem. Penso, portanto, que a natureza é bela, na medida em que reflecte a nossa beleza, que o amor que temos pelos outros é o amor que temos pelo que neles de nós reflecte [...] e que afinal Deus é grande na medida em que somos grandes nós mesmos: o tempo que vivemos, se for mesquinho, amesquinha o eterno [...]. (SILVA, 2000b, p. 90)

Mota (2006, p. 93) corrobora o viés da Educação Comparada, em Agostinho da Silva, quando nos diz que ele conseguiu “agitar”, transformar profundamente (mentalidade, ideologia, campo de cultura, do conhecimento, etc.), causar sensível mudança: inovar “no seu país, bem como nos países por onde passou, ao longo do seu périplo pelo mundo”.

Com base na leitura do intérprete do pensamento de Agostinho da Silva, Paulo Borges, é possível ver, mais claramente, que Agostinho da Silva não tinha uma visão “utópica”, no sentido apenas de sonho, de impossível de realizar, mas como uma “possibilidade em aberto, que se pode realizar mediante uma conjunção do mundo lusófono e ibérico e sua aproximação à África e ao Oriente”. É isso que a pesquisadora em História da Educação Comparada nos adverte sobre o filósofo Agostinho da Silva:

Estamos diante de um esboço de perspectiva comparada, que por ter sua raiz no olhar daquele filósofo sobre cinco séculos de história da globalização, não terá sido acometida do mal do pessimismo e da cisma da inferioridade, da cópia e da

imitação, que caracterizam o pensamento de literatos do século XIX e de sociólogos e historiadores da educação do século XX, em Portugal e no Brasil. A razão disso está, certamente, na ênfase que a Filosofia social de Agostinho da Silva dá ao papel que Portugal teve na expansão da modernidade e capitalismo europeu, em função do fenômeno colonial, resultante do seu encontro com a América, no século XVI. (CAVALCANTE, 2008, p. 79-80)

Agostinho da Silva produziu também muita literatura⁸, usando de seu potencial criativo, imaginário, erudição, no qual, se utilizou de heterônimos como personagem para representar o seu pensamento, considerado genuíno e anunciador dos novos tempos.

Em seus escritos, Agostinho, retrata seu interesse pela educação das crianças. Publica, por exemplo, sobre Maria Montessori⁹ e defende seu “Método Pedagógico”, no qual difunde esse novo “olhar” sobre a infância, ao que se incorporou também as ideias rousseauianas:

A criança que se serve constrói-se para a liberdade; só o homem independente é livre e os estados sociais de opressão explicam-se, em geral, pela dependência econômica ou moral, ou intelectual em que se encontram os indivíduos; a confiança da criança em si mesma, o saber que é capaz de praticar um certo número de actos, o

⁸ A relação entre História e Literatura foi se modificando ao longo dos tempos. A essência da História, na concepção tradicional, seria a verdade. Esta era uma concepção muito rígida e positivista sobre o que seria História. A História foi movida como narração dos acontecimentos, dos fatos considerados como verdadeiros, enquanto, a Literatura se preocupava com a narração de fatos imaginários, produtos da imaginação do autor que este representava sob a forma de ficção. Hoje, sabemos que História e Literatura têm suas especificidades, mas a Literatura é uma fonte histórica, desde o momento em que se compreende que por intermédio dela encontramos os sentimentos, as ações e o pensamento do autor que a narra. O que se encontra na Literatura não é apenas ficção, antônimo da realidade, na verdade é a expressão da realidade. Muito do que está escrito, na ficção, representa os sentimentos, a memória do autor. A subjetividade do autor representa muito o seu olhar de como vê a realidade, da época. Por sua vez, Pesavento (2014, p. 82) exprime que a Literatura é uma fonte especial que dá ao historiador algo a mais que outras fontes não fornecem. A Literatura permite o “acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época”. Por ela é possível ver as sensibilidades, perfis, valores. A Literatura é fonte privilegiada para a leitura “do imaginário”. Jucá (2014) ressalta que “[...] a produção literária nos transmite [...] os recônditos da vida privada [...]. As narrativas [...] nos induzem a temas antes inexplorados na história”. Nossos estudos sobre Literatura e Romance, Narrativa e Educação na obra de Agostinho, foram realizados no decorrer da disciplina História da Educação Comparada I e História Cultural, ministrada pelos Professores Juraci Cavalcante e Gisafran Jucá, respectivamente, no Programa de Pós-graduação em Educação/UFC, no ano de 2015.

⁹ Em 1909, Maria Montessori publicou a obra “O Método da Pedagogia Científica”, em que sistematiza sua teoria, cuja influência e difusão se estendem em diversos países (abandona totalmente o trabalho como médica passando a se dedicar exclusivamente à sistematização de sua Pedagogia; realiza uma série de viagens para a Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha, com o objetivo de divulgar suas ideias e formar professores em suas concepções e princípios). Sua Pedagogia encerra a defesa da observação, da disciplina ativa e liberdade, movimento e independência, atividades de vida prática, como condições favorecedoras do desenvolvimento geral, da dignidade, da cultura, das dimensões fisiológica e psicológica das crianças (MONTESSORI, 1952, p. 35-49). A atenção à saúde “*mens sana corpore sano*” e a preocupação ao desenvolvimento global da criança pequena, é precursora do paradigma atual da Educação Infantil nas ideias de integralização da responsabilidade de “educar e cuidar” das instituições de ensino. Para Montessori (1952, p. 82), a natureza da educação escolar da primeira infância deve se guiar pelo princípio de ajudar o desenvolvimento “natural” das crianças: “A Educação Geral propõe, com efeito, um propósito biológico e um propósito social: auxiliar o desenvolvimento natural do indivíduo a usar o seu ambiente”, posto que “[...] o desenvolvimento dos sentidos precede as atividades intelectuais superiores, e as crianças 3 a 6 anos está em formação nesse período”. Assim, estando no período essencialmente sensorial, sua educação deve se dar como sendo algo natural e de respeito às necessidades fundamentais da infância (LUSTOSA, 2013, p. 123).

conhecer também pelo exercício as suas limitações, os meios de as vencer, dão-lhe uma consciência de personalidade, uma noção do valor próprio que a não deixarão submeter-se mais tarde a ordens arbitrárias e injustas. (SILVA, 2000a, p. 209)

Agostinho da Silva se aproxima de Rousseau, destacadamente, pela incorporação do conceito contemporâneo de infância. Segundo Streck (2008), Rousseau ocupa um lugar importante na Pedagogia moderna, pois foi com o “Emílio”, considerado um verdadeiro Tratado para a Educação, que se pensou na educação das crianças, que até então era considerada como um “adulto em miniatura”.

No meio pedagógico, sua obra, “Emílio”¹⁰ é um referencial, pois é através dela que, pela primeira vez, na história da Humanidade, a criança é pensada como um ser social, antes mesmo do avanço dessa compreensão pela Psicologia, que, como sabemos, na época, ainda não estava sendo desenvolvida como ciência. “Emílio” é um romance pedagógico, no qual aparece como personagem em que Rousseau idealiza o que deveria ser o “novo homem” a viver depois de firmado o “Contrato Social”.

2.2 Agostinho da Silva: ideias fundantes e legado de sua obra

Nesta seção, apresentamos o estudo de suas principais categorias, procedida sob o remonte de suas principais obras¹¹ que, embora sejam constituídas de muitos textos fragmentados, em virtude mesmo ao método que o autor utiliza, posto ao que parece-nos ser na essência uma discussão progressiva de diversos temas, conjugados, muitas vezes, em um mesmo texto, como que “divagando”, discorrendo sobre tudo que pensava, sem separação, em uma espécie de unidade discursiva de pensamento “livre”. No estudo mais aprofundado que realizamos, descobrimos/entendemos sua lógica de sistematização.

Para a composição desta seção, ressaltamos, ainda, a importância das obras consultadas de Cristóvão (2008) e ainda Epifânio (2012), que organizou Actas do Colóquio Internacional intitulado “Agostinho da Silva e o Pensamento Luso-Brasileiro”, importantes para que formássemos um entendimento maior do *corpus* teórico desse autor.

¹⁰ Para Rousseau, às mães cabe à tarefa de Educar; O Emilio é destinado a elas.

¹¹ Para o estudo teórico-bibliográfico em Agostinho da Silva, temos, inicialmente, como aporte teórico principal, as obras descritas, a saber: “Dispersos, 1988”; “Reflexão à margem da literatura portuguesa, 1956”; “Carta Vária, 1990”, “Textos e Ensaios Filosóficos I, 1999”; “Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I”; “Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II”; Textos Pedagógicos I, 2000”, “Textos Pedagógicos II, 2000”; “Textos e Ensaios Filosóficos II, 1999”. Quanto às biografias e antologias: “Agostinho da Silva. Uma Antologia, 2006”; “Agostinho da Silva. Um Perfil Filosófico, 2006”; “Agostinho da Silva e o pensamento Luso-Brasileiro, 2006”; “Presença de Agostinho da Silva no Brasil, 2007”.

Assim, trazemos Agostinho da Silva, seu método e pensamento filosófico-religioso, que envolve as categorias Comunidade fraterna, Quinto Império, Espírito Santo, e Educação além de apresentar Agostinho da Silva como “prefigurador” da lusofonia e da CPLP. Também fazemos uma breve relação de Agostinho da Silva com a área do Direito.

2.3 O método de Agostinho da Silva

Inicialmente, não nos parece fácil compreender a obra de Agostinho da Silva. Antes de adentrarmos propriamente o seu pensamento filosófico, que é denso, é preciso que conheçamos o seu método. Na busca de conhecimentos sobre sua teoria filosófica e pedagógica deparamos a dificuldade de reunir obras sobre o referido autor, uma vez que essa é composta por textos dispersos, ensaios, correspondências epistolares. A obra do autor se constitui de fragmentos e não, verdadeiramente, de imediato, um sistema compilado.

Cristóvão (2008, p. 165) informa que a obra de Agostinho da Silva é uma verdadeira espiral que aos poucos vai formando todo um sentido. “Não é linear, nem direta, ora ao ‘estilo’ de Pessoa”¹², usou de estratagemas dos heterônimos, de forma complexa. Outras vezes afirmava, ora negava, recorrendo às múltiplas possibilidades que a retórica possibilita. Agostinho da Silva usava de símbolos, em espiral ou em formulações dilemáticas ou hiperbólicas.

Esse perfil metodológico do autor é resultado de sua formação, pois estudou os clássicos. Muitas vezes, usava do método socrático, por meio da maiêutica. Apresentava-se em lugares públicos, expondo seu pensamento, ou então, usando símbolos, ou espirais, nas escritas, de modo que seu pensamento não é linear, porém, uma vez que o seu estudioso consegue vencer o desafio de interpretá-lo, reconhece, no autor, a presença de um sistema.

Outro viés de compreensão da metodologia do autor é o fato de ele apresentar biografias de educadores, tais como Maria Montessori, Montaigne, Pestalozzi, Sanderson, Tostoi nos quais ele coloca as ideias pedagógicas do biografado, que são muito o que seu pensamento também representa.

Ainda no que diz respeito ao método de Agostinho da Silva, Magalhães (2010) considera um grande desafio compreender sua obra e personalidade, mas se recusa a abdicar de assim o fazer. Pelo contrário, assume como motivo de estímulo. O método de Agostinho da Silva não é em nenhum momento linear, ou superficial. Na verdade, segundo Justino

¹² Trata-se do poeta Fernando Pessoa, de quem Agostinho da Silva era um profundo admirador.

Magalhães, o método dele toma como direção o caminho da perfeição, “numa permanente inquietude e ousadia”. Nestes termos é que Agostinho da Silva, quando no Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito¹³ se pronuncia: “Cada um de nós veio para o mundo para viver sua vida que é única, é, portanto, para ser exemplar, tem que ser ela perfeita, cumprida” (SILVA, 2000b, p. 56).

Em outro momento, ao tratar sobre Educação de Portugal, Agostinho da Silva também fala sobre a perfeição:

Mas o caminho do perfeito passa pelo imperfeito; e, no imperfeito, a única perfeição que se pode fazer florir é a de que o expediente de que se lançou mão agrade ao maior número possível de homens e os satisfaça, mesmo que julguemos nós, com ou sem razão, que já poderíamos estabelecer o melhor quando eles se contentam ainda com o rudimentar e o tosco. Urge, portanto, que são imponham remédios prontos [...]. (SILVA, 2000b, p. 111)

Agostinho da Silva, para dizer o que pensa, não o faz linearmente, pois ora diz aqui, ora acolá, de maneira meio que circular, ou mesmo em forma de espiral, não importa, o importante é que há uma inter-relação, sempre com o mesmo propósito. Vejamos, pois, o que foi mencionado sobre “perfeição”. Em um momento, ao referir-se à Comissão Parlamentar de Inquérito; noutro, quando se refere à educação de Portugal. E é desta forma que vamos localizar esse grande marco do autor pesquisado, no que diz respeito ao seu método.

Acrescentando ainda o formato de seu método, da circularidade, e para corroborar o que diz a literatura sobre o autor de **ser um homem muito além do tempo**, vejamos só esta assertiva, quando ele, em 1968, nos fala sobre “espaço ecológico”, quando, no Brasil, oficialmente, como relata Carvalho (2011, p. 52), a Educação Ambiental aparece na legislação desde 1973, como atribuição da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Foi nos anos de 1980 a 1990 que houve um avanço da Educação Ambiental que cresceu e se tornou mais conhecida. Agostinho da Silva acreditava numa convivência humana sustentável e já pensava bem antes sobre os problemas relacionados com a ecologia.

Quando se faz um estudo profundo de seus escritos, verifica-se que o tempo todo seu pensamento é complexo, usa estratégia de heterônimos; é heterodoxo e paradoxal ao mesmo tempo, e nele, como salienta Cristóvão (2008, p. 166), “as ideias avançam e recuam, formam-se por aproximações, contrastadas por sentenças inesperadas que provocam o leitor ou ouvinte [...] para logo o apaziguar com justificações envolventes”.

¹³ Houve um momento histórico em que a Universidade de Brasília atual UNB fechou as portas e Agostinho da Silva foi convidado pela Comissão Parlamentar de Inquérito a responder sobre alguns fatos pertinentes.

Ele próprio gostava de se definir, assim, como paradoxal, conforme estabelece Cristóvão (2008, p. 166): “não sou do ortodoxo ou do heterodoxo: cada um deles só exprime metade da vida, sou do paradoxo que a contém no total”.

Ainda com base no seu método, Agostinho da Silva costumava se comunicar, com amigos, através de cartas. Cartas a São Félix, referência à cidade que fica na Bahia. Foram doze cartas escritas e publicadas no Jornal Correio de S. Félix, na Bahia, quando este tinha regressado a Portugal, de forma definitiva, não mais retornando ao Brasil. Há, geralmente nelas, um conteúdo sempre de cunho pedagógico ou religioso. Trazemos um breve resumo, sobre alguns desses escritos, por considerarmos relevante para melhor compreensão do autor.

Na primeira carta, datada de 1º de maio de 1971, Agostinho da Silva fala do fato de se encontrar longe do Brasil, e das grandes qualidades humanas, de acolhimento e simpatia encontradas aqui, especialmente na Bahia que ele entende serem predicados “que possam exercer em todas as nações do universo a influência de paz e entendimento que tão necessária lhes é” (SILVA, 2001, p. 110).

Na segunda carta, Agostinho da Silva fala da qualidade de vida das pessoas, que se encontra relacionada com o local que se mora. Ele assevera que:

[...] Espero também que São Félix seja o vosso assunto quotidiano; nenhum homem pode deixar de se interessar pela maneira por que decorre sua própria vida: e a vossa vida decorre em primeiro lugar em São Félix visto que aí morais e depende ela muito das condições que em São Félix houver; e se todo o mundo nos deve tocar, porque acima de tudo somos e devem ser cada vez mais cidadãos do mundo, acho que o primeiro lugar do universo em nossas atenções deve ser aquele em que estamos, em que podemos exercer a nossa influência e que entregaremos, melhor do que encontramos, a colaborar com o progresso geral da Humanidade quando nos tocar a hora de deixar a terra ou de nela nos aconchegamos e dormir. (SILVA, 2001, p. 110)

Agostinho se refere a esta cidade porque lá, foi durante muito tempo uma área de plantação de fumo, inclusive tinham indústrias de cigarros o que Agostinho condenava, pois, o cigarro causa câncer. Ele assevera: “Só a vida pode ser alicerce de vida; São Félix, com a indústria que tinha, vivia afinal da morte; e isto, por ser falso, havia de acabar; e felizmente acabou. Temos de inventar o novo, o que não me parece impossível [...]” (SILVA, 2001, p. 110).

Na terceira carta, Agostinho volta a falar da cidade de São Félix, o fato de a indústria do fumo ter acabado e diz: “[...] se tudo que a manteve [...] durante tanto tempo se foi de vez, e acho que foi bem, pois não era bom ofício o de envenenar o mundo com o fumo [...]”. Então, ele propõe outra alternativa como fonte de rendimento e sugere a **indústria do**

turismo. Aqui assinalamos um detalhe: a carta foi escrita em 11 de maio de 1971, e o nosso autor já falava em “indústria do turismo”.

Ao que se percebe o quanto este homem era muito além do seu tempo. Usou o termo há mais de quarenta anos atrás e, note-se, também chamou à atenção para o cuidado no fazer, para que as características do lugar não fossem perdidas:

Quanto ao turismo tem muito que se pode fazer a favor quanto às pessoas que o fazem, pois vão ver coisas que não conhecem, distrair-se e educar-se, e nisso é ele muito bom, oxalá o pudéssemos fazer todos. Mas para a terra que receba turistas é preciso muito cuidado no fazer, para que as características do lugar se não percam, para que não se fixem costumes que podem ser muito bons para os outros, mas o não são para nós, e para que as pessoas, no desejo de agradar, se não tornem servís, não curvem de mais a espinha e não fiquem sempre concordando com o que os de fora querem ou achem melhor, perdendo assim a sua personalidade, que é o mais precioso dos bens que podemos ter. (SILVA, 2001b, p. 112)

No fragmento descrito percebemos a preocupação de Agostinho da Silva com o meio ambiente, com a liberdade, um valor que ele considera fundamental no homem e que vai se referir a ela, em vários momentos e a dignidade da pessoa humana, que é um corolário da liberdade.

Na carta de nº 5, Agostinho da Silva faz um relato de uma reunião de professoras primárias, de Aveiro, em Portugal, para discutirem suas experiências feitas em suas classes e que, posteriormente, o resultado desta reunião foi discutida em Lisboa e que Ele considerou como uma das maiores lições de sinceridade, coragem e de apego á tarefa de professor. O resultado ele assevera:

[...]. Pois foi a tal reunião [...] já que recebi carta de uma professora vossa sobre todos estes assuntos, carta interessantíssima [...] foi a tal reunião uma das maiores lições que tenho recebido de sinceridade, de coragem e de apego à tarefa que se está desempenhando. No meio das maiores dificuldades, econômicas e outras, tentaram o que se lhes tinha comunicado como pedagogia mais moderna e obtiveram resultados extraordinários de crianças na maior parte das vezes sem alimentação adequada, sem amparo familiar e sem estímulo do ambiente: uma situação aqui do género da que tendes entre vós; e que é a situação real de quase toda a Humanidade. Provaram que se pode fazer muito, mesmo em condições desfavoráveis, quando há decisão, paciência e humildade, e, naturalmente, que muito mais se poderia conseguir se as condições se modificassem [...]. (SILVA, 2001b, p. 113-114)

A paciência, a humildade e sua visão de futuro era um marco. Agostinho da Silva realmente foi um homem visionário. Tinha sempre em mente o pensamento voltado para o futuro. Citamos o seu pensamento sobre o futuro, exposto na entrevista concedida a Joaquim Letria, jornalista português, “Conversas vadias com Agostinho da Silva”, no qual assinala:

Quando eu próprio digo que o futuro será de tal maneira, estou apenas a dar a ideia de um presente melhorado ao máximo que eu possa imaginar. Mas nada garante, que este seja o futuro, e que o futuro não vá para além daquilo que eu não possa nem sequer imaginar. No universo a palavra indica que todas as coisas estão ali juntas. É um dos vários lados um movimento para ser um; universo. Então o que é o mundo diferente do universo? Mundo chamamos nós aquilo que entendemos do universo. É, portanto, necessário vermos a ideia do futuro não como muita gente a vê, como uma coisa impossível de se realizar, mas sobretudo, como uma coisa possibilíssima de ser ultrapassada de tal maneira, que nós nem a pudemos entender. (SILVA, 2012, *online*)

Interessante a descrição que faz sobre o futuro; não como algo inatingível, porém possível de realização. Ele não diz, mas entendemos que está implícito que o futuro, pela sua possibilidade, chega muito mais rápido que nossa expectativa, o que nos deixa a incapacidade de entender, que o futuro, é o “presente melhorado”.

2.4 O pensamento de Agostinho da Silva

Para compreender Agostinho da Silva, são necessárias duas coisas importantes: compreender o seu método e o seu pensamento filosófico-religioso, que consideramos totalmente imbricado com as categorias que discutimos nesta pesquisa, “Comunidade Fraterna”, “Quinto Império” e “Educação”.

Já falamos sobre o método complexo e em espiral de Agostinho da Silva, de modo que uma mesma categoria aparece, em vários textos, repetidas vezes. São temas recorrentes em Agostinho da Silva, Deus, Espírito Santo, Quinto Império, Amor, Perfeição e Educação.

Quanto à Educação, falamos da “Educação do Quinto Império” e da Educação vista sob o ângulo da Educação Comparada. Esclarecemos que não estamos discutindo categorias distintas, mas de categoria estanque. No momento próprio, esclarecemos melhor o sentido de ambos os termos, desde já, enfatizando que entendemos que, quando o autor se refere à Educação do Quinto Império, o faz de modo mais utópico, referindo-se a um Portugal que ele via com um viés do século XVI. Compreendemos que a Educação descrita para a comunidade fraterna se aproxima mais de nosso tempo, que é o contemporâneo.

2.4.1 O pensamento filosófico-religioso

Ao procurar interpretar Agostinho da Silva, descobrimos que só é possível compreender o seu pensamento, de maneira ampla, se considerarmos o seu pensamento filosófico-religioso como fonte primordial, imbricado com todos os outros aspectos pelos

quais enveredou a sua vida, como o pensamento, sobre comunidade fraterna, Quinto Império, Educação, sua ação política e pedagógica.

Assim, nossa interpretação do pensamento filosófico-religioso de Agostinho da Silva é que este traz uma mensagem ecumênica, forte, mas não no sentido religioso em si. Sua mensagem ecumênica é de cunho racionalista-filosófica, de “cariz cristão” (PINHO, 2007), que se faz transitar por diversas correntes teológicas, uma vez que se interessou por religiosidades clássicas (Agostinho era um *expert* estudioso dos clássicos), greco latina, pelas religiões monoteístas, cristianismo, budismo, islamismo e, no Brasil se interessou pelo candomblé-afro brasileiro.

No artigo “O Cristianismo”, Agostinho da Silva faz uma análise muito interessante sobre o Cristianismo, no qual fez pesquisas histórico-científicas e afirma, então, que não há certezas quanto à existência histórica de Jesus¹⁴:

O primeiro texto pagão que nos fala dos cristãos é uma carta que Plínio o Moço [...] enviou a Trajano, no ano 112, a comunicar-lhe que tinha mandado prender um certo número de pessoas que se reuniam de madrugada para entoar hinos a Cristo; não há na carta de Plínio nenhuma referência, nenhuma garantia da existência histórica de Jesus; apenas se fala da existência de cristãos, mais de um século depois do nascimento de Cristo [...]. (SILVA, 1999a, p. 67)

Os Evangelhos, segundo Agostinho da Silva, não são fontes seguras, porque, como documentos essenciais, são divididos em dois grupos: o Evangelho de São João é diferente totalmente do Evangelho de São Marcos, de São Mateus e São Lucas;

[...] é uma elaboração culta, toda repassada de teologia e de misticismo, de alguns dos dados fornecidos pelos outros Evangelhos; a aproximação ou tentativa de aproximação com doutrinas gregas, de modo a tornar mais fácil a assimilação do cristianismo, é patente em todo o texto [...] escritos entre cinquenta e cem anos depois da morte de Cristo; devem ter sido redigidos fora da Palestina e o texto é pouco seguro [...]. (SILVA, 1999a, p. 69)

Agostinho da Silva nos informa que, nas Epístolas de São Paulo, há poucos informes sobre Jesus, pois o que interessava a São Paulo, “não era o Jesus que nascera na Galileia, mas o Cristo que morre para salvar o gênero humano e que ressurge para voltar à plena glória”, o que corrobora o princípio da substituição do “Jesus terrestre pelo Cristo

¹⁴ Resta salientar que não queremos trazer em discussão a existência ou não existência de Jesus. O que trazemos é o pensamento do autor estudado, que coloca, de forma mística e científica, suas ideias sobre Cristo feito homem, e entendemos que estas ideias estão imbricadas com as categorias discutidas nesta pesquisa.

teológico e místico, o que interessou a São Paulo e a seus doutrinadores [...]” (SILVA, 1999a, p. 68-69).

No texto, Agostinho não quer discutir a existência ou a inexistência histórica de Jesus. Ele não considera isto como algo relevante ou irrelevante para compreender a ação e o pensamento de Jesus, pois, apesar de a doutrina cristã apresentar alguns aspectos que não são claros, para ele, existem pontos, que “parecem poder afirma-se com alguma segurança” como “o caráter religioso do pensamento de Jesus: se se considerar religioso o que falar em Deus ou mostrar veneração por um lugar de ritos, certamente que Jesus tem de ser contado entre os religiosos” e o “caráter sócio-político de sua ação”.

Agostinho da Silva considera a doutrina de Cristo religiosa, na medida em que Jesus reconhece Deus presente em tudo, nos céus, na terra, nas plantas e nos meninos; mas Jesus também considera “a ideia de um mundo absolutamente distinto de Deus”. Como conciliar esta contradição? Agostinho resolve da seguinte maneira, pois considera que:

[...] o Deus de Cristo não aparece definido com clareza; a ele que vem pregar uma transformação social, basta-lhe a ideia de um Pai, Senhor do mundo, Criador dos homens, extremamente bondoso e extremamente justo, que ajudará seus filhos a possuírem o Reino e castigará os que se opuserem à vitória dos pobres; quanto ao resto, Deus é a um tempo pessoal e impessoal, transcendente e imanente, e ficam por resolver, até, nalguns casos, por tocar, problemas ligados ao de Deus e tão importantes como o das relações entre o homem e o espírito divino, o do bem e do mal, o do livre arbítrio e do fatalismo, o da conciliação de uma suprema bondade com uma suprema justiça. (SILVA, 1999a, p. 76)

Agostinho da Silva interpreta a doutrina Cristã de modo que encara o pensamento de Jesus com relação aos homens como um ser superior aos outros, não aos outros homens, mas aos outros animais, pelo fato de o homem ter uma alma. Assim, o homem “servir-se-á de tudo o que o mundo lhe apresenta, ou para as necessidades materiais, que sempre terá”, não querendo isso significar que essas necessidades tomarão conta do pensamento do homem, ao ponto de absorver totalmente o seu pensamento, impedindo, que por meio da criação, “possa compreender e louvar o Criador”. Agostinho assevera que,

[...] para Cristo, o homem é o centro da vida na Terra e tem o direito de utilizá-la para viver bem; esse viver bem poderá dar-lhe um dia a possibilidade, que não tem hoje, de se comprazer no espírito, de adorar o Eterno, ou tomado como um Deus – pessoa ou tomado como o pensamento do universo; Jesus acha que o homem não tem ao seu dispor outra “linguagem de Deus” que não seja a do mundo, a do conjunto das coisas que lhe impressionam os sentidos, o que não pode ser contraditório com a ideia da existência de uma alma; é esse mundo que tem de conquistar para ser homem, para revelar toda a bondade, toda a beleza que lhe são inerentes [...]. (SILVA, 1999a, p. 76)

Adiante, vemos que, na opinião de Agostinho da Silva, o que vai afastar o homem de sua própria natureza, que é a imagem e semelhança de Deus, corrompendo-o, são as organizações sociais fundadas na injustiça e na opressão, onde a Economia e a Educação passam a ter um valor importante. Agostinho considera que o homem com fome não pode se aproximar de Deus, assim como um homem sem saber, sem conhecimento, também se afasta do Reino de Deus, da perfeição. No tópico pertinente falaremos mais sobre isso.

Sobre o Reino dos Céus ou Reino de Deus, Agostinho compreende que Jesus o empregou para designar a humanidade futura, não significando, em nenhum momento, ascensão do homem, após a morte. Agostinho acredita que o paraíso é aqui mesmo na terra, que é aqui que o homem pode realizar o pensamento de Deus. Ele entende o significado de Reino de Deus como “plenitude de vida”.

Para Agostinho da Silva (1999a, p. 77), “o Reino é um momento do mundo, uma fase final de uma longa evolução em que os homens, sem necessidades materiais por satisfazer, se sentirão plenamente de acordo consigo e de acordo com o universo [...]”.

Assim, é preciso saber um pouco sobre a teoria cristã, elaborada por Agostinho da Silva, para que se possa compreender, que todo o seu pensamento será pautado imbricadamente, com base nessa teoria. Nos ensinamentos dessa doutrina cristã a que se prende nosso autor, para quem o amor, a fraternidade, a coragem, a audácia, a crença na humanidade, são traços bem característicos e que são delineados, numa metodologia, em forma de espiral, que perpassa todo o seu pensamento, ao longo de sua vida, que o leva a enfrentar as dificuldades, sabendo aproveitar as oportunidades que aparecem, sonhando, “utopizando” e, muitas vezes, concretizando um mundo a advir, no qual o homem é responsável pela construção na terra pela sua santidade.

2.4.2 O “Quinto Império”

Sobre o “Quinto Império”, podemos dizer que tem suas origens na Bíblia e, ao longo do tempo, teve diversas interpretações. É um sonho mítico do padre Antônio Vieira, para o qual Portugal consumaria a realização do reino universal de Cristo pela ação do rei D. João IV. Os quatro primeiros impérios, segundo o Padre Antônio Vieira, foram, respectivamente, os Assírios, os Persas, os Gregos e os Romanos. A teoria do “Quinto Império” se encontra na obra póstuma de padre Antônio Vieira, denominada “História do Futuro” (MANDUCO, 2005).

Como mencionado, o mito do “Quinto Império” ao longo do tempo teve diversas interpretações. Fernando Pessoa, na obra “Mensagem”, também se dedicou ao tema. “O ‘Quinto Império’ foi uma forma de dar legitimidade ao movimento autonomista português, que conseguira o fim da União Ibérica”. Para Fernando Pessoa, os quatro primeiros impérios foram o Império Grego, o segundo, o Império Romano, o terceiro, o Cristianismo e o quarto, a Europa.

Não nos interessa falar sobre o “Quinto Império” na visão do Padre Antônio Vieira, na sua obra, História do Futuro, que é bastante densa, nem muito menos, a de Fernando Pessoa, pois estudá-las, em si, cada uma, já seria uma tese de doutoramento.

Falamos, sucintamente, sobre o “Quinto Império” de Agostinho da Silva, que, de maneira humilde, quando indagado a respeito da definição de Quinto Império, em entrevista dada ao Jornal Correio da Manhã, em maio de 1986, assim se reporta: “[...], pois não inventei o nome, mas para o padre Antônio Vieira e para Fernando Pessoa, o Quinto Império foi coisa perfeitamente definida e cada um a definiu da sua maneira” (SILVA, 1988, p. 127).

Compreender a teoria sobre o “Quinto Império” de Agostinho da Silva requer uma compreensão sobre sua teoria filosófico-religiosa acerca de Política, Economia, Educação e o apego à História de Portugal. Não nos cabe falar sobre a História de Portugal nesta pesquisa, que é muito densa, apenas faremos breves citações quando se fizerem necessárias, sem maiores discussões. Afinal, o que caracteriza o “Quinto Império”? De onde surgiu esta teoria? Como devem ser a Economia, a Política, a Educação, no Quinto Império? Por que Agostinho da Silva se refere à criança? Que criança é essa?

No texto escrito por Agostinho da Silva, em 1985, denominado “Uma Carta de Ajuda”, ele nos informa sobre a existência de três pontos que lhe parecem essenciais na história da cultura portuguesa: o “Culto Popular do Espírito Santo”, o do “Pensamento messiânico do Padre Antônio Vieira” e a “heteronímia” do Poeta Fernando Pessoa.

Nesse texto, que é uma Comunicação apresentada a “Los Encuentros/Encontros de ajuda por las ciudades Hermanas de Leiria Y Olivenza, I^{as} Jornadas Ibéricas de Investigaciones em Ciencias Humanas y Sociales, Olivenza”, Agostinho assinala a existência do Culto com a vinda da Princesa Isabel, quando casou com El-Rei Dom Dinis e durou até meados do século XVI. O costume passou para as Ilhas Atlânticas dos Açores, e da Madeira, principalmente nos Açores e propagou-se, depois, por emigração, ao Brasil e América do Norte.

O Culto do Espírito Santo foi trazido, portanto, por Isabel de Aragão, conhecida como Rainha Santa, que teve contado em algum momento, com as teorias de Joaquim de

Flora, que foi um teólogo, abade cisterciense que desenvolveu uma sistematização doutrinal baseada na interpretação da literatura apocalíptica de São João. Este teólogo considerava que a história não se esgotaria no tempo institucional presente, continuando aberta, na expectativa da “Idade Paraclitiana”, que marca a “dispensação abundante do Espírito que liberta e santifica” (FRANCO, 2000, p. 76). No texto escrito para a Comunicação mencionada há pouco, Agostinho da Silva assevera:

Embora as considere de extrema importância, deixarei de lado a teologia de Joaquim de Flora, geralmente vista como herética, e a sua teoria da história humana que estão na raiz do Culto do Espírito Santo – o Popular, acentuemo-lo – e que tem como características fundamentais o surgir uma criança como imperador do Império do Espírito Santo, que um dia se instaurará no mundo, a celebração de um banquete gratuito de que todos podem participar, e o abrirem-se as portas da cadeia local, entendendo-se que, com o Império, se banirá da terra o crime. (SILVA, 1988, p. 763)

Quanto ao Império, que para Agostinho seria o Quinto, seria diferenciado do idealizado pelo Padre António Vieira. De acordo com Cristóvão (208, p. 167), o “Quinto Império” de Vieira é uma “predestinação”. O termo vem da Teologia e foi posto por São Tomás. Assim, predestinação é a “ordem preexistente na mente divina para conduzir as criaturas racionais ao fim sobrenatural, isto é, a vida eterna”. Assim era que o Padre António Vieira entendia a sua ideia de Quinto Império.

Em Agostinho da Silva, Cristóvão (2008, p. 167) assevera que a ideia de predestinação é traduzida “antropologicamente em ecúmena fraternidade, perspectivada numa filosofia/teologia da História em que a fé na Providência conduz ao mesmo destino [...]”. Agostinho da Silva vê no “Quinto Império” um sentido providencial na História. Numa entrevista, cujo teor está em “Dispersos”, ele assevera:

Todo eu sou, no sentido de estar na acção, entregue à ideia de que existe um sentido providencial na História. Se não tivesse a quase certeza de que, em última instância, as coisas vão suceder bem, porventura não me empenharia em agir, em agir pensando, em agir quieto nesta cadeia, sem escrever nem falar. O que perante mim mesmo justifica o sentido da minha acção é a convicção de que a história é providencial e irá dar certo um dia. Só que, para mim, o dar certo se confunde com o desaparecimento total de todas as coisas, naquilo que é indefinível e incapaz de receber qualquer adjectivo. É como se fosse correndo, entusiasmado, para um ponto de completo desaparecimento, tendo, por outro lado, a ideia de que, nesse desaparecimento, a consciência continuaria a existir. [...]. (SILVA, 1988, p. 71)

Na sua idealização utópica, Agostinho da Silva, quanto ao “Quinto Império”, prega uma utopia, na qual estipula um período estimado de dois a vinte séculos. Não

importando o tempo para isso, ocorrerá uma transformação do Mundo inteiro, resultante de possibilidades técnicas e que também não haverá mais vestígio do capitalismo, onde “todos terão a sua casa, as suas calorias e as suas roupas, os seus esportes, a sua possibilidade de educação, a sua garantia de ter um belo corpo e de o usar [...]” (SILVA, 1988, p. 194).

Ressaltamos que esta idealização é a exaltação de sua crença, que há “um fundo bom na humanidade” e de que é possível construir na terra um paraíso; que é possível, neste mundo o “Reino de Deus” que é “plenitude de vida” do homem, o que ele fez pontuar, de modo contundente, em “O Cristianismo” (SILVA, 1999a, p. 73).

É muito forte em Agostinho da Silva a ideia de que, não só Portugal, mas todos os falantes da língua portuguesa têm uma missão no Mundo, quando ressalta que:

[...] A missão de Portugal, agora, se de missão poderemos falar, não é a mesma do pequeno Portugal, quando tinha apenas um milhão de habitantes, que se lançou ao Mundo e o descobriu todo, mas a missão de todos quantos falam a língua portuguesa. Todos estes povos têm de cumprir uma missão extremamente importante no Mundo. [...]. (SILVA, 1988, p. 127)

Nesta sua utopia, Agostinho da Silva se reporta à Política, à Economia, à Educação, à criança, à religião. Na verdade, o “Quinto Império” é toda uma organização social e política idealizada, que ele reconhece que Portugal seria o local idealizado, mas não o Portugal de hoje, o Portugal que hoje o mundo fala e sentem os portugueses, o que nos leva a ver, nesta literatura, a idealização da comunidade lusófona. Falamos, a seguir, sucintamente das características do “Quinto Império”, que dão destaque à economia, à criança e à política.

a) A economia

Agostinho da Silva compreende que, no regime capitalista, existem três princípios, “o de pobreza, o de obediência e o de continência” que ou “são impostos pela natureza do regime” e que geram revolta, aproximando-se mais do “Diabo do que de Deus” ou são “a característica de ordens religiosas que sempre se defendem mal contra a pressão constante do mundo da propriedade privada”. O autor ressalta que se estes princípios fossem abolidos para a “grande massa, pela revolução econômica”, veríamos um progresso, cujo “remédio para impedir que a humanidade se escandinavize é:

[...] a nova pregação de que não há felicidade para o homem que não esteja submetida à observância rigorosa dos três princípios: homem deve dominar as coisas e não ser dominado por elas [...] o homem deve obedecer ao que o transcende e não aos seus caprichos; nenhum corpo deve fazer o que a alma reprova, nenhuma alma fazer o que reprova o corpo. (SILVA, 1988, p. 195)

Assim, a supor a concretização do “Quinto Império”, num prazo estipulado de dois a 20 séculos, a humanidade verá, na visão agostiniana, um mundo no qual não haverá fome, nem miséria, nem injustiça. A fraternidade prevalecerá, uma vez que não poderá haver santos, com fome, nem educação a brotar em estômagos famintos, na concepção agostiniana.

b) A criança

Agostinho da Silva toma a criança como simbologia para a formação do “Quinto Império” porque criança não tem que ter com o que se preocupar, tem uma inocência pura, natural, não precisa se importar com o que terá que comer ou para vestir. Agostinho ressalta que: “Para transpor a ideia em palavras de adultos, diremos que se tomará da criança a confiança em Deus, no seu Amor, na sua Providência, na sua Misericórdia”. E assim ele assevera que:

Restaurar a criança em nós e em nós a coroarmos Imperador, eis aí o primeiro passo para a formação do Império. Por ele também atenderemos ao anúncio de S. João, aquele cujo Evangelho está nos Painéis, o anúncio de que depois de Cristo viria a grande consolação do Espírito Santo, e poderemos admitir, sem a heresia de Joaquim de Flora, a ideia de uma terceira Revelação: a Revelação que os homens não têm querido ou não têm podido entender, de que a criança deve ser o modelo de vida e de que por ela se estabelecerá na terra o Reino do Espírito Santo [...]. (SILVA, 1988, p. 196)

É importante salientar que Agostinho da Silva considera a criança materialmente assistida. No “Quinto Império” de Agostinho da Silva, idealizado para o “Reino do Espírito Santo”, não existe espaço para a miséria, para a fome, para a falta de educação. Assim, a “criança é materialmente assistida, e não as crianças de dois terços do Mundo, com que tão pouco se importa a civilização realmente capitalista e falsamente cristã de nossos dias [...]” (SILVA, 1988, p. 196).

c) A política

Na nova ordem idealizada, em que os homens tiverem passado fatalmente a ser criança; uma nova organização política ocorrerá, haverá uma nova “organização colectiva”, e o tipo de organização “terá que ser o de ordem religiosa, não de uma religião, mas de qualquer religião”. E Agostinho considera uma nova religião já o próprio fato de se estabelecer criança. Ele considera uma só ordem, de todas as religiões, fundada nas três liberdades tradicionais e essenciais, que ele considera votos: “o de não possuir coisas, de não possuir pessoas e de não se possuir a si próprio” (SILVA, 1988, p. 197-198, grifos nossos).

Nesta nova Ordem para o Mundo, terá que se “jogar três grandes jogos do universo”: o **primeiro, “criar beleza”**, e aqui ele considera a importância das ciências e das

técnicas, valoriza a matemática, a engenharia, a cultura, a literatura e as artes plásticas; “Todo o indivíduo pode ser um criador de beleza: a única coisa de que precisa é não ter medo” **o segundo, “é o de servir”**, no qual compete àqueles à tarefa de criar o “Quinto Império o tomar conta de tudo o que for administração dos serviços públicos” e governar, de modo que seja uma “tarefa de natureza religiosa moral e litúrgica e não, como hoje, a detenção do poder ou emprego apenas”. E, finalmente, o **terceiro grande jogo, é o “de rezar**, o que significa que todo o melhor se concentrará na meditação do Espírito e na instauração do seu Reino” (SILVA, 1988, p. 198, grifos nossos).

2.5 O “Quinto Império” da língua portuguesa e da lusofonia

De acordo com Cristóvão (2008, p. 171), Agostinho da Silva via o tema da língua portuguesa como vital na construção do “Quinto Império”, “Entender a Comunidade da Lusofonia como Quinto Império é a concretização de um ideal de profundas raízes na cultura portuguesa, que ele reelaborou, aprofundando-lhe o conteúdo e democratizando-o [...]”.

Vale ressaltar que: “o Quinto Império a que Agostinho da Silva se refere é o “Império do Espírito Santo, a que iam os portugueses do século XV e a que podem, quando quiserem, ir os portugueses de hoje, o que significa os que hoje no Mundo falam e sentem português” (SILVA, 1988, p. 197).

Com a citação, percebem-se a valorização e o empenho que Agostinho da Silva dá à língua portuguesa, não só para os falantes de Portugal, mas também a todos aqueles que falam o português no mundo. É a antecipação de uma idealização de uma comunidade lusófona, que ele vê possível, a começar pela tarefa do Brasil e, em geral, a cidade e Universidade de Brasília, responsáveis pela propagação da língua, fazendo alargar este império, como mencionado por Cristóvão (2008, p. 171-172):

Agostinho, repetidas vezes, volta ao tema da língua – fundamento do Quinto Império – tarefa em que o Brasil, em geral, e a cidade e Universidade de Brasília, em especial, ocupam lugar importante. Daí que propagar a língua era alargar o Império.

Este fato pode ser verificado, no texto de Agostinho, denominado “Presença de Portugal”, no qual ele assevera:

Quanto a mim, creio que deve ser esse, a partir de Brasília, o esforço central – ensinar a língua a quanto mais gente melhor, e o melhor possível, para que se

aprenda o que há de fundamental na psicologia dum povo através da língua que ele fala. Porque se fizermos isso, a Cultura Portuguesa estará assegurada para todo o futuro. (SILVA, 1988, p. 209)

Outro momento importante para a difusão da língua portuguesa é expresso por Agostinho da Silva, que considerava importante para Brasília:

[...] o do interesse porque a língua portuguesa tenha um conteúdo cultural e outro interesse mais forte, o de que ela se difunda o mais possível, que nós teremos a possibilidade não só de trazer para Brasília esses ensinamentos, como de levar de Brasília para fora um grande e eficiente movimento, no sentido de que o nosso esforço cultural principal consista no ensino e na aprendizagem da língua portuguesa em todo o local onde seja possível ensiná-la e onde haja gente para aprendê-la. (SILVA, 1988, p. 209)

2.6 Educação no “Quinto Império”

Quanto à Educação, nos reportamos a “Educação do Quinto Império” e à Educação vista, dentro da comunidade fraterna, que entendemos ser a que flui para a Educação comparada. Esclarecemos que não estamos falando de categorias distintas, mas de categoria estanque.

Compreendemos o sentido axiológico de “Educação no Quinto Império” no texto escrito “Barca D’Alva – Educação no Quinto Império”, o qual, por decorrência do seu método em espiral e usando do heterônimo João Cascudo, Agostinho exprime um diagnóstico crítico da escola, que para ele se mostrava mal.

Como solução, idealiza para a escola de Portugal um modelo de escola de formação de crianças portuguesas, nas quais se exprimem “elas próprias, quanto possível, felizes, ou pelo menos, em paz”, que ele chama de cooperativa escolar, denominada Barca D’Alva. Neste modelo de educação, ele propõe juntar cooperativa, que são traços da economia com escola e formar uma:

[...] cooperativa escolar de que os alunos fossem sócios, e cooperativa que se fosse desenvolvendo à medida que os alunos fossem crescendo para outros graus de estudo até que fosse uma cooperativa de crianças e de adultos que plenamente tivessem sido crianças [...] e ser fim último do homem não ser dono de nada, mesmo em conjunto com outros, seguro de que no fim de tudo se é sempre possuído por aquilo que se possui. (SILVA, 1988, p. 478)

Agostinho da Silva (1988, p. 479), usando o heterônimo João Cascudo, pensa a escola como “um barco encarregado de transportar para povos de ocidente um claro nascer de

sol e, dando a volta ao mundo, o levar também para o oriente, que às vezes fica bem às escuras”. A ideia-chave desse texto é a liberdade. Agostinho define o que é um povo livre, que para ele é “um povo composto de indivíduos que possam exprimir em qualquer momento e de qualquer modo a sua opinião; sem a falta de meios, sem o medo de sanções; e sem ausência de opinião”, assim, um povo só é livre quando pode exprimir a sua opinião, em qualquer momento, pelos meios adequados, usando inteligência crítica e informação atualizada.

Para que haja a liberdade, faz-se necessária uma reforma econômica, de todos os sistemas, desde o mais atrasado dos capitalismos até o mais avançado socialismo, que ele considera que só ocorre nas “relações interiores das ordens religiosas, dos colectivos de Israel” e em algumas aldeias chinesas, “todos os sistemas não são mais do que degraus ascendentes que espero nos levem um dia ao grande patamar, livre e sem escadas, de terem todos o que é preciso para todos, sem que ninguém tenha de ser o escravo de ninguém [...]” (SILVA, 1988, p. 476).

Ainda sobre a liberdade, esta influencia em todos os sentidos e a leitura não poderia ficar de fora. Assim Agostinho considera que o povo para ser livre é preciso ainda que se

[...] raciocine sobre o que se lê, para o que é preciso inteligência desperta e crítica; de outro modo o que se obtém é um passar adiante de puras crenças [...] Nunca é porém, demais chamar a atenção [...] pode um povo ter toda a liberdade política, toda a liberdade económica, toda a liberdade de informação; se não for capaz de, por si só, entender o que lê ou ouve, comparar, compreender, criticar, então nada feito, será sempre a vítima de professores, jornais, rádios, televisões, cinemas e autores. (SILVA, 1988, p.477)

Agostinho da Silva vê em Portugal o lugar ideal, para implantar a Educação de Barca D’Alva, do Quinto Império. É o seu ideal de futuro para a humanidade. Ele quer uma “terra povoada de indivíduos livres que livremente se agrupam, jamais procurando no grupo o auxílio de que precisam, mas a oportunidade de chegarem com seu contributo criador, e possam ser tudo para os outros sem que nada percam de si próprios” (SILVA, 1988, p. 483).

Para Agostinho, “O Quinto Império está em embrião nos meninos de todo o mundo [...]”, por isso que sua filosofia educacional não se reporta apenas a Portugal, atingindo o âmago da Educação Comparada. Nesse ápice de seu pensamento vemos que sai do foco da utopia pura, da idealização, e entra na esfera da comunidade fraterna, que entendemos estar próxima da realidade do mundo atual, da contemporaneidade.

Enfim, podemos concluir o entendimento sobre o “Quinto Império” de Agostinho da Silva, enfatizando que é uma organização social, que ele compreende como “Reino” no qual o Imperador é simbolicamente representado pela figura da “criança”, que, pela pureza de espírito, representa o adulto com esta capacidade de se tornar criança, que ele considera, uma verdadeira religião.

O “Quinto Império” é um “Reino” possível, no qual não há miséria, provocada pela fome, pois a economia é baseada no coletivo, há o fim da propriedade privada, a religião é a do Espírito Santo, o ideal de governo é o “não haver governo”, que a educação seja voltada a formar com o fim (não existência) de antinomias: “produtor e consumidor”, “liberdade e segurança” e onde a fraternidade, o amor e a Educação fossem vivenciados numa cooperativa escolar.

Nessa cooperativa escolar, as crianças são sócias e, à medida que forem crescendo para outros graus de estudo, fossem uma cooperativa de crianças e de adultos que plenamente tem sido crianças. Agostinho da Silva acredita que, com as práticas pregadas pela sistematização da doutrina de Cristo, este Reino é possível, aqui na terra, onde é o verdadeiro paraíso.

2.7 A comunidade fraternal em Agostinho da Silva

Na interpretação da essência dos textos de Agostinho da Silva, podemos fazer uma hermenêutica de seu pensamento acerca de comunidade fraterna humana¹⁵. Como salienta Ferreira (2009), Agostinho da Silva projetou um tempo a advir para esta comunidade que, com origem nela, temos o mundo que vivemos, pois ela se caracteriza por ser imperfeita, com limitações, na qual se buscam melhoramentos, visando à perfeição.

Agostinho da Silva, por ser um excelente educador e acreditar no valor incomensurável de cada ser humano, entendia a comunidade a “advir” como resultado de um processo, no qual as categorias perfeição, amor, liberdade e educação constituem metas a alcançar.

A Comunidade Fraterna de Agostinho da Silva exprime traços antropológicos, em que a Educação é um valor fundante que leva a ética do amor e santidade e se inspira nos ideais paracléticos do “Quinto Império” e na “Idade do Espírito Santo”. O amor, como

¹⁵ O termo comunidade fraterna humana em Agostinho da Silva ficou por nós compreendido melhor, a partir da leitura da Dissertação de Sílvia Marisa Gonçalves Ferreira, intitulada “Agostinho da Silva: passos para a construção de uma comunidade por-vir”.

categoria fundante, está em diversos momentos de seus escritos, assim como a perfeição, que ele considera o único dever do ser humano.

Existe profunda interconexão das ideias de comunidade fraterna, educação, amor, “Quinto Império” e “Idade do Espírito Santo”, o que perpassa todo o pensamento de Agostinho da Silva. Embora se apresentem como textos muitas vezes fragmentados, esparsos, a partir de um “olhar” cuidadoso do estudioso de seu pensamento, descobre-se um sistema, que constitui uma “filosofia educacional”.

Nessa maneira de pensar sobre como seria essa comunidade, temos que considerar alguns pontos chaves, de Agostinho da Silva, para uma melhor compreensão, como, por exemplo, o fato de ele ser um verdadeiro asceta, que, como nos diz Borges (2006, p. 97), “exorta a uma ética da assunção” na qual o homem não é só capaz de “realizar a transcender todo o possível” como ser capaz de ir além, realizando o “impossível como o valor e fim supremo a consumir ou manifestar em vida, traduzido num pôr-se ao serviço da promoção do mesmo em todos os homens, sem esquecer o cuidar o bem de todos os seres vivos”.

O pensamento de Agostinho da Silva sobre essa comunidade envolve uma crença na compreensão e união em cada pessoa e em cada povo, para que “se levantem as barreiras”, lancem estradas de paz e que toda a nossa energia seja empregada em um mútuo entendimento. É preciso que “ponhamos de lado todo o instinto de particularismo e de luta, alarguemos a todos a nossa simpatia”. Compreensão e união caracterizam essa comunidade. Assim, Silva (1999a, p. 117) assevera:

Reservemos para nós a tarefa de compreender e unir; busquemos em cada homem e em cada povo e em cada crença não o que nela existe de adverso, para que se levantem as barreiras, mas o que existe de comum e de abordável, para que se lancem as estradas da paz; empreguemos toda a nossa energia em estabelecer um mútuo entendimento; ponhamos de lado todo o instinto de particularismo e de luta, alarguemos a todos a nossa simpatia.

Agostinho da Silva considera a **perfeição** como o único dever do ser humano; uma característica fundamental de seu pensamento, para a existência da comunidade fraterna. Nessa esteira, ele se pronuncia:

Quanto a nós mesmos, nenhuma vida tem qualquer significado ou qualquer valor se não for uma contínua batalha contra o que nos afasta da perfeição que é nosso único dever. Tão estranha e maravilhosamente somos compostos de eternidade e de tempo que, sendo a nossa única e real vocação a de ser santos, a cada passo nos estamos especializando, nos estamos deixando arrastar e prender por todos os outros fragmentos de vocação ou por todo o passageiro chamamento que por acaso ouvimos. E este é nosso primeiro ponto de combate: o de não deixarmos que o que é

puramente temporal tome em nossas vidas o lugar que se deve ao eterno. (SILVA, 1999b, p. 82)

Ele considera que a perfeição está ínsita a esta comunidade fraterna, tornando-a uma organização humana mais perfeita, que ele compara com um “Reino Divino”, no qual não haverá nenhuma restrição de cultura, nenhuma coação de governo, nenhuma propriedade. A tudo isto se poderá chegar gradualmente e pelo esforço fraterno de todos (SILVA, 1999b, p. 82).

Por fim, trazemos o amor, uma categoria própria de Agostinho da Silva, para a formação desta comunidade. Afinal, que amor é esse? É bom lembrarmos que Agostinho da Silva segue a tradição dos clássicos. É adepto de Platão e Sócrates. “Diotima” é uma obra de Platão que se refere ao amor e Agostinho da Silva, durante algum tempo de sua vida, traduziu os clássicos. Em várias obras ele se refere ao amor. Vejamos.

[...] a acção só vale quando é feita como um exercício, e um exercício com amor, quando é feita como uma ascese, e uma ascese por amor de que se liberte o Deus que em nós reside. E se a acção implica amargura, o que há a fazer é mudar de campo: porque não é a acção que estará errada, mas nós próprios. (SILVA, 1999b, p. 63)

2.8 Educação em Agostinho da Silva

O discurso de Agostinho da Silva sobre educação é encontrado em praticamente todos os seus textos, mas é, sobretudo, em “Educação de Portugal”, que constatamos uma presença mais contundente, de maneira que visualizamos uma verdadeira Filosofia da Educação, embora o autor não se tenha reconhecido, em nenhum momento, como filósofo, ou mesmo criador de sistema. O teor das discussões ali contidas é tão atual e, ao mesmo tempo, universal, que serve para ser contextualizado em qualquer país.

Creemos que em “Educação de Portugal” Agostinho da Silva faz uma análise que não se aplica apenas em Portugal. São muitos aspectos comuns, que podem ser aplicados em todos os países do Ocidente. Sua análise crítica corresponde a uma verdadeira análise comparativa em Educação. Assim, ele aduz:

Creio [...] que o mundo em nada nos melhora, que nascemos estrelas de ímpar brilho, o que quer dizer, por um lado, que nada na vida vale o que somos, por outro lado que homem algum pode substituir a outro homem. Penso, portanto, que a natureza é bela, na medida em que reflecte a nossa beleza, que o amor que temos pelos outros é o amor que temos pelo que neles de nós reflecte [...] e que afinal Deus

é grande na medida em que somos grandes nós mesmos: o tempo que vivemos, se for mesquinho, amesquinha o eterno [...]. (SILVA, 2000b, p. 90)

Em face do método do autor constituir-se em espiral, procuramos, nesta dissertação apresentar alguns tópicos considerados relevantes sobre Educação, na obra “Educação de Portugal”, mas não exclusivamente nela, pois mencionamos outros textos. Assim, ressaltamos os tópicos abaixo:

a) Ser professor

Agostinho da Silva considera que todos devemos ser professores de todos. Cada um deve ensinar um pouco do que sabe, “quer na alfabetização, quer no entendimento do mundo em que se vive”, não ficando nenhum aspecto ignorado.

Ele considera obsoleto o conceito herdado de uma falsa educação dos séculos XVII e XVIII, de que ser culto é saber Pintura, História ou Música, e não Geologia, Astronomia, Física. Ainda acrescenta uma crítica ao fato da Filosofia ter de ser ensinada nas faculdades de Letras e não nas de Ciências, pois se assim fosse levado em conta, nas faculdades de Ciências, entender-se-iam o que significam os conceitos fundamentais da Matemática. Ele assevera que:

Ninguém sabe tão pouco que não possa igualmente ser professor; os que forem das cidades a ensinar o povo, cujas aldeias também estão nas favelas e nos bairros de lata, deverão ir com apetência e a humildade necessárias para entender que o povo lhes pode ensinar a eles muito mais; inclusive a mais animadora das lições: a de que são melhores do que pensavam. Como igualmente não devem esquecer que a suprema lição que podem dar a quem ensinam é a de que [...] a humanidade não morreu [...]. (SILVA, 2000b, p. 117)

Com este pensar, Agostinho da Silva assevera em “Educação de Portugal” toda a sua fé, na Educação, que constitui um fundamento, na formação de um mundo novo; um mundo não apenas de Portugal, mas de todos aqueles que falam a língua portuguesa. Vejamos, portanto, o que ele contextualiza:

[...] a humanidade não morreu e, por ser ter conservado oculta por mais tempo, pode agora socorrer os que comprometeram a sua em tarefas de técnica; gente de língua portuguesa, e quanto mais carregada a cor maior a possibilidade, é a que, por conduzir pacificamente à vida plena povos dela destituídos, mais pode ser vista como a guia de todos os que procuram construir um mundo novo; urge despertá-la e prepará-la. (SILVA, 2000b, p. 117-118)

Ainda sobre o que pensava sobre ser professor, podemos dizer que Ele defendeu a carreira docente, o ofício de pesquisador e a tendência de admitir os homens pelo mérito e não

pela capacidade de discurso. Segundo ele, o professor tem que ter “apetência pelo saber”, pelo trabalho e não apenas fazer do ensino alguma coisa que é “apenas um episódio da sua vida” (SILVA, 2000b, p. 68).

Sobre ser professor, em entrevista concedida ao Programa Zip-Zip-RTP¹⁶, quando foi pedido para que Agostinho da Silva falasse sobre a “Cultura e a Língua Portuguesa”. Ele asseverou que, “um professor é um homem que sobretudo aprende a falar de qualquer maneira mesmo que não tenha assunto [...]” (SILVA, 1988, p. 21).

Ainda podemos dizer que Agostinho da Silva condenava veemente o fato de o aluno ter somente teorias, não conjugando com a prática. Ele defendia veemente a pesquisa dentro da universidade e considerava absurdo o aluno ser obrigado a acreditar, em Química, que há oxigênio porque o professor falou e não iria lhe mentir. Para ele, o aluno que:

[...] nunca viu, que nunca olhou, com o qual nunca fez nenhuma experiência, que tem que acreditar na palavra do professor, que não tem acesso a um microscópio, a instrumentos que o façam acreditar no que está na teoria, no livro de Química, como pode então aprender?.

Ele defendeu a pesquisa como fundamental dentro de uma universidade. Salientou ainda a grande dificuldade que o professor universitário tem de levar o aluno a ler, pois o “aluno universitário lê o menos possível, uma vez que não foi treinado para a leitura e pesquisa o menos possível” porque não foi “treinado para a pesquisa, quando isso é na realidade aquilo que responde à sua psicologia íntima”.¹⁷

b) O valor da leitura

Agostinho da Silva também nos informa sobre o valor da leitura. Para ele, a leitura não deve ser divorciada da realidade das coisas, da capacidade de sonhar e de se realizar projeto. Professor, ou a Universidade precisa estar atento ao preparo de textos que informem do que se passa, que tragam a totalidade dos fatos ao nosso conhecimento. Para ele, tal tarefa poderia ser dada à imprensa, mas na verdade, esta, que à época se referia, aos jornais, estão subordinadas a interesses econômicos que não são os do povo.

Por isso Agostinho da Silva vê uma responsabilidade muito grande para o professor e para quem é aluno, quando ele assevera que:

¹⁶ Não fica evidente pelo texto quem é ZIP nem o significado da sigla, o que se percebe que é supostamente o repórter que faz a entrevista com Agostinho da Silva, quando este era Diretor do Centro de Estudos Portugueses de Brasília, em 25.08.1969.

¹⁷ A opinião de Agostinho da Silva sobre a leitura e pesquisa no Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, texto inserto em “Textos Pedagógicos II”.

[...] Muito podemos comunicar ao povo do que nós próprio estudamos e aprendemos, resumindo, ampliando ou comentando, sem que tenhamos de recorrer a jornais ou imprimir o que escrevemos; podemos suprimir muito do tempo que gastamos em correspondência social ou na composição do que apenas servirá para engalanar os nossos currículos e aproveitá-lo, como saibamos e possamos, que menos sabem e podem aqueles a quem nos dirigimos, para dizer ao povo que se está avançando sempre apesar dos inevitáveis retrocessos, que há luz brilhante no extremo do túnel e que é na medida em que nos esforçamos por que se realize, plena, a nossa humanidade que corresponderemos ao que de nós espera o Espírito; ao qual, se me dão licença os críticos, continuarei chamando Santo. (SILVA, 2000b, p. 117-119)

Ainda sobre a leitura, temos que Silva (1988) considera livre o povo que raciocina sobre o que lê e sabe tecer críticas sobre a leitura, porque se assim não for capaz, será sempre vítima de professores, dos meios de comunicação e de autores.

c) O respeito às diferenças

Agostinho da Silva foi um homem muito além do seu tempo, que desde muito já sabia o valor do respeito às diferenças, às crenças religiosas, à tolerância. Branco (2006, p. 69) corrobora o nosso pensamento, ao afirmar que o conteúdo de ideias legado por ele, adquiriu “os mais recentes acontecimentos mundiais constitutivos de um tempo pós-11 de Setembro de 2001, uma pertinência e uma actualidade particularmente fortes”, citando por exemplo a “hodierna problematização dos conflitos civilizacionais e inter-religiosos”.

Corrobora o nosso entendimento o texto escrito por Agostinho da Silva “Fontes e Pontes do Futuro”, escrito em 1972, no qual ele nos diz que “cada homem, cada ser, é um e diferente” e tudo vai convergindo para a “unidade divina” e que devemos considerar, cada um,

[...] como indivíduo, com sua espantosa riqueza de predicados, a que eu, pelo menos agora, não chamo qualidades ou defeitos, por me parecer que são uma coisa conforme a ocasião, o emprego e o modo, embora provavelmente a causa do pecado contra o Espírito não seja modal mas essencial [...]. (SILVA, 1998, p. 578)

Em outro texto, “Nota a Cinco Fascículos”, Agostinho da Silva vai tratar de religião e Educação. No que diz respeito à religião, ele relata que considera um dos assuntos mais difíceis do mundo. Mesmo assim, concede sua opinião. É sempre convicto de que servir ao próximo é um grande testemunho de fé, que os homens tenham plena liberdade, econômica, de saber e de pensar e que os homens pensem que “a vida inteira tem de ser escola para todos e que o caminho para isso é o de escolas mais abertas, cada vez com menos predomínio dos professores”, e cada vez “mais centradas nas possibilidades criadoras da criança”.

Assim, Agostinho da Silva relaciona seu pensamento religioso e educacional, de modo que tenhamos que travar uma revolução em nós mesmos, que usemos de um diálogo, de maneira que:

Temos de estudar muito, de pensar muito e, sobretudo, de ser muito, com todas as dificuldades que nos levantam ou natureza ou hábitos ou ambiente ou ambições; tem de nos ser pão quotidiano a diária humilhação de nos sentirmos piores do que queríamos ser; temos de saber e sentir e nos convertermos ao que são os homens do zen ou do candomblé, até que encontremos, e sejamos, a essência que a tudo liga; se formos incapazes de o dizer ou escrever, sejamo-lo, o que vale mais, e rezemos, para que o sejam os outros. Se o não fizermos, não cumpriremos o ao que viemos; e que dirá quem nos mandou quando chegarmos de mãos vazias e olho baixo?. (SILVA, 1988, p. 544)

Desse modo, cada um precisa fazer, internamente, a sua revolução pessoal, reconhecendo suas limitações, diferenças e imperfeições, para quem sabe chegar à perfeição. Nesta revolução interna, de buscar a si próprio, o respeito às diferenças, às religiões devem ser levadas em considerações.

Para corroborar o pensamento de Agostinho da Silva como de um homem muito além de seu tempo, que influenciou a Educação não só em Portugal, mas extrapolando a esfera da Educação Comparada de outros países, inclusive a do Brasil, e que muito contribuiu para a nossa cultura, trazemos à cola a contribuição de Mota (2006, p. 93), para quem há traços em Agostinho da Silva que foi um “prefigurador de cidadania”, revelando-se ainda como “um verdadeiro antropagogo, ao manifestar-se claramente empenhado no desenvolvimento integral de todo(s) o (s) ser(es) humano(s), bem como na sua efectiva acção desmultiplicadora e ‘contagante’ a nível da escola, da família, da sociedade, do mundo [...]”.

Sob a perspectiva desta estudiosa, ficamos a saber que, ainda nos anos de 1930, Agostinho, inicia um trabalho pedagógico de publicação e divulgação, por meio dos Cadernos, vendidos a preços módicos e, posteriormente, com a publicação das Biografias de personagens que foram de muita importância para o desenvolvimento cultural da humanidade como Montaigne, Pestalozzi, Montessori, com o intuito de promover cultura e cidadania.

2.9 Agostinho da Silva e a universidade

Agostinho da Silva foi um homem que teve muita experiência com a instituição “universidade”, não necessariamente uma vivência como professor, embora também tenha sido, dentre inúmeras funções/cargos em que atuou, mas, basicamente, o vivenciar o mundo

universitário por ter trabalhado na constituição de algumas, aqui no Brasil, como a da Universidade Federal da Paraíba, a Federal da Bahia e a Universidade Federal de Santa Catarina.

A visão desse pensador sobre esta instituição é bem peculiar. Ele considerou como Universidade o espaço e aqui considera não somente o espaço físico, mas o temporal também, no qual predomina a fraternidade, e como tal, ele considerou que a primeira Universidade que a história humana registra acontece na Antiguidade clássica, na Grécia e Roma.

[...] ensino que é para além daquele formativo do cidadão médio. Uma época que podemos referir à antiguidade clássica, Grécia e Roma; uma época que se iniciou com o estabelecimento da Idade Média e uma época que provavelmente estamos iniciando agora [...]. (SILVA, 2000b, p. 34)

Agostinho considera que, embora o ensino superior não tivesse forma, ou não fosse estruturado, não sendo, portanto, organizado, se dirigiu com um esforço no qual existiu uma comunidade de professores e alunos, que muitas vezes não se sabia distinguir quem era o professor e quem era o aluno, pois existia uma fraternidade, e isso se dirigiu “a estabelecer os fundamentos daquilo que poderia ser a cultura e a ciência do futuro”. Os gregos procuraram e depois os romanos espalharam pelo mundo a base do que viria ser a Ciência, para a Filosofia de modo geral, um pensamento organizado, de modo que viesse organizar o mundo.

Oriundo de seu método espiral, também encontramos este posicionamento em outro texto:

Universidade mesmo, e a primeira, foi a da Grécia, estabelecida em qualquer canto, com mestres mais esquináticos que catedráticos, com aventureiros das aventuras que valiam a pena, e por ela ficou estabelecido que é possível entender o mundo, que o podemos de alguma forma modelar e que vale a pena o esforço de o fazer. (SILVA, 1999a, p. 364).

Outro espaço-tempo em que Agostinho da Silva considera como Universidade é a Revolução Cristã que provocou uma verdadeira revolução social no mundo. Ele considera a Revolução Cristã como um ensino superior, que classifica como uma Universidade, pois:

[...] homens se congregam, outra vez, numa comunidade de professores e alunos para elevar não uma ideia simplesmente científica, essa da ideia geral, não apenas alguma coisa que unisse os homens pelo intelecto, mas para explorar todo o pensamento possível e toda a energia possível à volta de uma ideia nova que aparecera e que é a ideia da fraternidade, a ideia da irmandade dos homens. Podemos dizer que a Universidade actual que vem da Universidade medieval é uma

Universidade que se alicerça sobre a ideia da fraternidade, sobre uma ideia, digamos de caridade, sobre uma ideia de esforço comum para atingir uma verdade que não é já apenas uma verdade puramente intelectual, mas uma verdade também de sentimentos, uma verdade de unidade entre os homens [...]. (SILVA, 2000b, p. 34)

Como expresso quando nos reportamos ao pensamento filosófico-religioso de Agostinho da Silva imbricado, encontramos, no seu entendimento de universidade a presença de uma comunidade fraterna muito forte. Em outro fragmento de texto, temos que:

Universidade segunda a tivemos na Idade Média, quando o objetivo central era o de entender o Deus-Pai, não o Deus-Chefe que se revelara a Moisés, ou ele o inventara como primeiro dos Poetas Condutores de Homens [...] e até a ciência e a técnica que a partir da Universidade medieval se desenvolveram ajudaram nessa fraternidade, tornando menos ásperas as relações entre os homens, e até as relações dos homens com os outros seres seus companheiros [...]. (SILVA, 1999b, p. 364)

Agostinho da Silva, em 1968, convidado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise que assolava o sistema de Ensino Superior no Brasil expôs o seu pensamento sobre o assunto e, em linhas gerais, o que ele pensava a respeito do problema, persiste, em muito até hoje.

O registro é documentado na Câmara dos Deputados e foi publicado pela Editora Âncora, fazendo parte do livro, “Agostinho da Silva. Textos Pedagógicos II”, o qual nos dá suporte para uma análise de seu pensamento.

A crise da Universidade ou o problema da Universidade é uma questão que preocupa não só o Brasil como todo o mundo onde a instituição Universidade ganhou raízes. O que de facto acontece em todo o ponto em que a Universidade se estabeleceu é que a instituição está se revelando velha, ultrapassada. Naturalmente tem havido várias fases de ensino superior no mundo do ensino que é para além daquele formativo do cidadão médio. Uma época que podemos referir à antiguidade clássica, Grécia e Roma. [...]. (SILVA, 2000b, p. 34)

Vemos, na interpretação de Agostinho da Silva (2000b, p. 44) é que ele prega o tempo todo sua preocupação com a humanidade. Por isso, não adianta a constituição de uma Universidade excelente do ponto de vista técnico, se não houver o ponto de vista humano. Dessa premissa, a liberdade é importante. Assim ele assevera: “A Universidade tem que ser completamente livre” e, para quem vive a Universidade, o verdadeiro homem de Universidade não deve ter medo do “confronto”. O essencial para o “homem verdadeiramente de universidade” não é ter quem o apoie e sim quem o contradiga, “é ter quem esteja sempre junto dele não deixando que a sua imaginação o leve por caminhos errados”. Nessa liberdade a contradição é muito importante.

Assim, para o verdadeiro homem de Universidade, segundo Agostinho da Silva, “cada passo esteja dentro dele como contrário, para que da soma dos dois possa resultar alguma coisa de útil”. Ele defende o diálogo sem medo.

Agostinho da Silva foi muito crítico da atuação da Universidade, para a qual defendia profundas reformas. Em vários textos, enaltece o fato de Portugal não ter permitido a criação de universidade no Brasil, que, para ele, não significou nenhum atraso. Assim ele asseverou:

[...] a Universidade serviu apenas para criar um falso escol e os que se comportaram de outro modo o conseguiram apesar da Universidade, não por ela. O que os portugueses fizeram depois no Brasil, não fundar Universidade alguma, era o que D. Dinis devia ter feito em Portugal [...] e se o comportamento português foi, no Brasil, o que devia ser, a razão é ter o Brasil sido feito pelo povo e não pelos dirigentes e saber muito bem o povo que a Universidade nunca lhe serviu para nada e ter o instituto de que, muito ao contrário, só lhe tem sido prejudicial; prejudicial não quando forma médicos ou engenheiros ou qualquer outro técnico, mesmo aí com atraso que tanto lhe tem sido reprovado; já, porém, discutível quando forma professores, que então começa ela a deixar de ser simplesmente escola técnica de terceiro grau, para principiar a não ser, como devia, o organismo que pensa a comunidade e seu lugar no mundo, e caminhando para resultados mais graves com os juristas e filósofos. (SILVA, 2000b, p. 120)

Agostinho da Silva quis dizer é que sobre o fato de durante séculos o Brasil ter ficado sem universidade é que, para ele, não significou nenhum atraso. Atraso seria se tivessem sido implantadas aqui universidades com Filosofia velha, desatualizada, própria da Europa, que não serviria à estrutura do povo brasileiro. No Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, quando convocado para falar sobre o fechamento da Universidade de Brasília, que não nos interessa aqui comentar, ele deixa seu ponto de vista sobre isto bem clarificado. Por isso ele é a favor de reformas, dentro da universidade, que é emergente, na sua concepção, não só em Portugal, mas em todo o mundo.

Agostinho critica o fato de a Universidade não se preocupar em formar o homem, fato preocupante, já naquela época:

[...] A crítica que se faz, portanto, à Universidade é que ela está por vários motivos não contribuindo para formar o homem. Esse problema preocupa todos os educadores e naturalmente preocupará mais os educadores brasileiros e preocupará o Brasil onde vêm defeitos particulares, defeitos locais, juntar-se-á os defeitos da Universidade em geral [...]. (SILVA, 2000b, p. 37)

Agostinho da Silva ressalta, talvez, o fato de, na época, não existirem condições econômicas no Brasil, para o bom desempenho das universidades, mas, ainda que houvessem, o fundamental não seria a formação apenas de técnicos, mas uma boa formação humana.

[...]. Enquanto não houver no Brasil condições econômicas suficientes para que todo o povo possa ascender à cultura e tenha possibilidade de chegar às Universidades, nós estaremos fazendo uma Universidade mais ou menos boa tecnicamente – e podemos fazê-la sob o ponto de vista técnico – mas estaremos fazendo sempre uma Universidade deficiente sob o ponto de vista humano. [...]. (SILVA, 2000b, p. 46)

Por ser, inegavelmente, um experto em assuntos educacionais, embora não se reconhecesse como tal, foi convocado para depor na Comissão Parlamentar de inquérito e deste depoimento ficam registrados aspectos de seu pensamento sobre universidade, muito importantes que até hoje estão sendo discutidos e são bastante atuais.

2.10 Agostinho da Silva: “prefigurador” da Lusofonia, CPLP

Nos estudos dos referenciais teóricos desta investigação, passamos a enveredar pelas ideias de Agostinho da Silva e percebemos que suas exposições e escritos, denotam um método complexo. Ele utiliza símbolos, em espiral, recorrendo a múltiplas possibilidades que a retórica possibilita, como ressalta Fernando Cristóvão (2008, p. 166). Neste patamar, em diversos escritos e textos esparsos, ele volta sempre a defender uma comunidade idealizada e unida pela mesma língua. Assim, prevalece a crença numa comunidade ligada pela língua. Em suas palavras, uma meta final a “União Internacional de Povos”, na Língua Portuguesa.

É nesse sentido que ele se pronuncia, no seu texto “Carta chamada Santiago”, escrita em 1974:

[...] um dia, mais ou menos longínquo, constituamos todos, desde Lisboa ao Acre, ou desde os Açores a Timor, ou desde Luanda a Macau, senhor cada um de seus caminhos e todos do total, uma Comunidade que sirva de base a uma final União Internacional de Povos [...]. Ensairemos depois Federações regionais, quem sabe se começando por uma Confederação Atlântica que uniria Brasil, Angola, Guiné e Portugal e a que poderia vir tanta outra nação já não, ou ainda não, de língua nossa, mas que devesse, como nós, defender acima de tudo Justiça e Paz. Um dia estará nisto o mundo inteiro, e um Inteiro Mundo; por enquanto, bem ao fundo de um túnel: já, porém, com sua alma, ou esperança, de luz. (SILVA, 1988, p. 587)

Cristóvão (2008, p. 165-166) ressalta que Agostinho da Silva não usou a palavra lusofonia¹⁸, porque esta somente passou a se impor, perto do seu final de vida, com a criação de estruturas organizacionais, como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a CPLP, a criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo Asiáticas (UCCLA), e de outras instituições de caráter nacional ou internacional.

Cristóvão (2008, p. 165) assevera que Agostinho da Silva teve uma contribuição

[...] notável para a construção da lusofonia porque fez avançar muito os seus ideais, consagrando a língua portuguesa e a tradição do Quinto Império cultural com sua base fundadora, e acrescentando-lhe uma visão mais idealista e motivadora de criatividade e ecumenismo simbolizado pelo Espírito Santo.

Cumprir registrar o fato de que Agostinho da Silva entendia a “Comunidade da Lusofonia como Quinto Império, o qual se concretizava em um ideal de profundas raízes na cultura portuguesa”. Segundo Cristóvão (2008), Agostinho da Silva reelaborou o termo, aprofundando-lhe o conteúdo e democratizando-o, uma vez que, na origem, Padre Antônio Vieira e Fernando Pessoa foram os precursores de sua utilização.

Silva (2000b, p. 50-51), com sua imaginação sociológica de homem visionário que fora, talvez estivesse vendo os contornos de uma futura globalização, quando se reporta que: “Estamos num mundo em que as fronteiras se tornam, cada vez mais, fronteiras de colaboração e não fronteiras de separação”.

Com base na leitura do intérprete do pensamento de Agostinho da Silva, Paulo Borges, é possível ver mais claramente que Agostinho da Silva não tinha uma visão “utópica”, no sentido apenas de sonho, de impossível de realizar, mas como uma “possibilidade em aberto, que se pode realizar mediante uma conjunção do mundo lusófono e ibérico e sua aproximação à África e ao Oriente”.

Sá (2013, p. 47) corrobora nosso pensamento, uma vez que ela também entende que Agostinho da Silva, ao se dedicar à criação do CEAO, bem como ao CBEP (Centro Brasileiro de Estudos Portugueses), com objetivos de estabelecer elo de “pertencimento (*sic*) histórico entre as diferentes coletividades que receberam influência de Portugal e a promoção de eventos que alargavam a relação diplomática entre os países lusófonos”, estava a historiar

¹⁸ Agostinho da Silva não criou a palavra lusofonia, nem mesmo chegou a usá-la, referindo-se sempre à questão da língua portuguesa.

o porvir da CPLP, cujos passos iniciais para a constituição aconteceram em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, a convite do Presidente José Sarney.

Na opinião da pesquisadora, a CPLP é uma concepção agostiniana, constituída em uma comunidade democrática, com objetivos de elaborar ações, respeitando:

[...] as variáveis condizentes e específicas a cada região lusófona, que reconduzam a riqueza gerada a quem de direito lhe pertence: a todo e a cada cidadão luso-afro-timorense, bem como os de Macau, Goa, Málaga e Galiza e de outros quadrantes filiados à cultura de língua portuguesa.

Conforme assevera Sá (2013, p. 49),

Agostinho da Silva, também, planeou a legalidade e a funcionalidade do Passaporte Lusófono para dar livre trânsito às gentes entre os Estados-membros da CPLP. O uso deste passaporte, em larga escala, favoreceria a elaboração de projetos de intercâmbio de base recíproca e de interesses transversais, mas todos produzindo conhecimento criativo para melhor driblarem os fluxos comerciais e de investimentos que geram valores comuns de ação humanitária [...]. Para garantir e ampliar a integração entre povos lusófonos [...]. Agostinho da Silva acreditava ser necessário unir as Universidades dos Países de Língua Portuguesa, formando-se uma Associação das Universidades de Língua Portuguesa a fim de que se mantivessem as raízes comuns e o desencadeamento de empresas mistas. Isto foi praticamente realizado quando se inaugurou em Redenção, cidade cearense [...]. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Por certo, Agostinho da Silva, com sua imaginação sociológica e idealizações quanto a relações internacionais ligadas à lusofonia: pensamento extremamente provocador de nossas inquietações quanto a sua permanência e atuação no Brasil, deve ter em algum momento de sua vida conhecido o Ceará. Comprovadamente, ele se refere, ao interior do Estado do Ceará, quando se reporta aos quase desertos do Ceará e do rio Grande do Norte, de acordo com (SILVA, Agostinho, 2007b, p. 97):

[...] Nordeste do Polígono das Secas, dos quase desertos do Ceará e do Rio Grande [...]. É o Nordeste do homem, que, jamais esquecendo o seu sertão, sabe bater-se como ninguém nos urbanismos do Sul e pelo contacto com outros, volta distinto à terra de que partiu, como um contínuo fermento na massa já predisposta de seus patrícios.

Ao pensarmos nesta possibilidade, é possível sim, que, como homem de visão, Agostinho da Silva tenha imaginado uma universidade no interior do Ceará, com características de integração, interiorização e lusófona, nos moldes em que a UNILAB foi criada.

Assim, compartilhamos do entendimento de que a UNILAB denota muitos dos princípios e pensamentos defendidos por Agostinho da Silva e acreditamos que esta instituição veio para consolidar a efetivação dessa idealização e demonstramos, no tópico em que se analisam os documentos que a fundamentam, que existem pontos convergentes do pensamento do autor, ali formalizados.

Na linha de raciocínio de que Agostinho da Silva foi “prefigurador da Comunidade Lusófona”, trazemos a contribuição de Epifânio (2012, p. 14), estudioso do pensamento agostiniano de muito tempo.

Como enaltecido por Epifânio (2012), Agostinho da Silva foi um grande teórico da “via lusófona”, tema discutido, em vários textos, desde os anos 1950, antecipando, “a criação de uma verdadeira comunidade lusófona”. Epifânio não deixou passar oportunidade, em 1996, em fazer recordar e homenagear Agostinho da Silva quando registrou, em sua obra “Perspectivas sobre Agostinho da Silva”, a influência que este teve para a concretização da CPLP. A idealização foi de Agostinho da Silva, na opinião de Epifânio (2008, p. 108). Assim,

No dia 17 de julho desse ano, criar-se-á finalmente a CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, facto que será noticiado, com destaque, na generalidade dos jornais. Na maior parte deles, realça-se igualmente o contributo de Agostinho da Silva para essa criação, por via do seu pensamento e acção. Eis, nomeadamente, o que acontece na edição desse dia do Diário de Notícias – como se pode ler no texto de abertura da notícia: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje instituída em Lisboa, foi premonitoriamente enunciada por Agostinho da Silva em 1956 como ‘modelo de vida’ assente ‘em tudo aquilo que (Portugal) heroicamente fez surgir do nada ou na América ou na África ou na Ásia’.”. Depois, aparece a foto de Agostinho, ladeado pelas fotos de Jaime Gama e José Aparecido de Oliveira, com a seguinte legenda: “Pioneiros da CPLP: Agostinho da Silva (enunciação original), Jaime Gama (primeiro texto diplomático único dos Sete na língua comum) e Aparecido de Oliveira), formalização política da proposta).

Epifânio (2012, p. 14) comenta no artigo que, decorridos 15 anos de criação da CPLP, esta ainda não é uma verdadeira comunidade lusófona, mas nem por isso “Portugal deve apostar enquanto desígnio estratégico” e se há “inevitabilidades históricas”, a criação da CPLP foi uma delas, pois, “se os países se unem [...] por afinidades linguísticas e culturais, nada de mais natural que os Países de Língua Portuguesa se unissem num projecto comum”, objetivando, de imediato a defesa da língua e, “gradualmente”, visando à cooperação aos mais diversos níveis. Se há alguma estranheza quanto à criação da CPLP, para o referido autor, esta se deve ao fato de ter “nascido tão tarde” e reconhece que Agostinho da Silva foi, “de facto, desde os anos cinquenta, o grande prefigurador de uma comunidade luso-afro-brasileira”.

Em vários fragmentos, encontramos a alusão de Agostinho da Silva sobre esta comunidade. Borges (2006, p. 226) nos traz estes excertos:

[...] o que me parecia que se devia fazer era uma comunidade luso-afro-brasileira com o ponto africano muito bem marcado. Quer dizer, se pudesse, eu poria o ponto central da comunidade, embora cada um dos países tivesse a sua liberdade, a sua autonomia, em África, talvez Luanda ou no interior de Angola, no planalto, de maneira que ali se congregassem Portugal e o Brasil para o desenvolvimento da África e para que se firmasse no Atlântico um triângulo de fala portuguesa – Portugal, Angola, Brasil – que pudesse levar depois a outras relações ou ao oferecimento de relações de outra espécie aos outros países [...] de maneira que eu continuo a pensar que, aquando da revolução em 1974, se poderia talvez ter tentado isso [...].

Na mesma linha de raciocínio, temos Mota (2000) ao fazer a introdução das obras de Agostinho da Silva, na reunião de Textos Pedagógicos II. Ela assevera que ele foi “Preconizador da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa” e que ao longo de toda a sua obra, não deixou de pensar e propor “o sistema educativo passível de ser implementado em outras terras que não as lusas”.

Assim, chegamos à conclusão de que Agostinho da Silva foi um homem muito além do seu tempo, foi um homem do porvir e que, com seu ideal de ação, sua imaginação, idealizou, não utopicamente, mas possível de concretude, uma comunidade em que a presença da fraternidade e a cooperação entre os povos falantes da língua portuguesa existem. Esta comunidade é a CPLP, que ainda está em desenvolvimento, mas que vai se consolidando, aos poucos, na concretização do ideal agostiniano.

2.11 Agostinho da Silva e sua relação com o Direito

Como homem que pensava muito além do seu tempo, ressaltamos ainda que Agostinho da Silva foi um assaz defensor dos direitos humanos. Este fato é notório, conforme assevera Mota (2006, p. 97) quando ainda nos anos de 1930 (1938), por sua ação revolucionária, promoveu “a divulgação cultural e o despertar de consciências”. Com o seu jeito de fazer, de agir, realiza um trabalho inaugural, em Portugal, o qual conduz a uma efetiva democratização educacional com “a defesa dos direitos dos seus concidadãos no acesso ao saber e à cultura”. Mota (2006, p. 97) ressalta que:

Através dos Cadernos, vendidos a preço muito acessível, inicia Agostinho uma ação pedagógica cultural: inicialmente, surgem as *Biografias* (1938-1946), logo seguidas das obras destinadas aos jovens, os *Cadernos À Volta do Mundo* (1938-

1943); quase que em simultâneo, edita-os para a grande maioria da população, com sede de saber e sem grande acesso à cultura, para quem escreve os *Cadernos Iniciação*, *Cadernos de Divulgação Cultural* (1940-1947), os *Cadernos Antologia de Grandes Autores* (1941-1947).

Ao longo da história da humanidade, temos vários relatos de grandes homens, que, com sua conduta, em muito contribuíram para a luta da conquista de direitos. Ihering (2008, p. 27) nos assevera que “o fim do direito é a paz, o meio que se serve para consegui-lo é a luta”. Reportamo-nos ao fato de que, na publicação de “Doutrina Cristã” Agostinho da Silva defende questões políticas e antropológicas do homem, como a liberdade de cultura, a liberdade social e a liberdade econômica. E isso foi uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que proporcionou reflexão aos leitores, despertou no governo português ditatorial da época, perseguição a Agostinho da Silva, que culminou com sua saída de Portugal. Mas este fato não cerceou a luta deste homem, que, conforme acentua Mota (2006, p. 97):

[...] preconizou e implementou uma efectiva Educação em e para a Cidadania tanto em Portugal como na América do Sul, formando e influenciando gerações que hoje têm, nas suas mãos, a oportunidade, o contexto, a possibilidade – mas também a responsabilidade –, mãos que implementar as ideias por si congeminações, de abrir, alargar, recriar e reinventar as vias por si propostas e desbravadas.

Segundo Mota (2006, p. 98), as ideias de Agostinho da Silva, sobre a importância da Educação como valor, empreendem uma dignificação da pessoa e de “efectivo respeito pela sua liberdade e de acesso à informação, conducente à construção, à promoção e ao aperfeiçoamento da pessoa integral”, num processo que Agostinho desejava que viesse a ocorrer, “nacional e internacionalmente, ao nível pessoal, mas também a nível individual, colectivo e social”.

Conforme acrescenta Mota (2006), Agostinho lutou por estes princípios ainda nos anos de 1930, os quais em 1948 foram explicitados na “Declaração Universal dos Direitos do Homem” e, mais tarde ainda, vieram a figurar na Constituição da República Portuguesa, proclamada na era pós-salazarista e constar, expressamente, na Lei de Bases do Sistema Educativo, de Portugal, Lei nº 46/86, 14 de outubro, denominada de LBSE.

Agostinho, ainda na visão de Mota (2006, p. 102), ao promover a cultura, divulga e induz experiências e atitudes assentes em valores, tais como a Educação, a compreensão, a tolerância, o valor da amizade, o valor dos grupos raciais ou religiosos, os quais estão inseridos na Declaração dos Direitos Humanos, no artigo 26.

Agostinho da Silva (1988, p. 602) reconhece a “liberdade de pensamento” como o direito que tem todo o homem de pensar todo o pensamento possível, inclusive, o que pareça impensável aos outros”, desde que se tenha inteira responsabilidade sobre si mesmo, ou seja, assumir seus atos como decorrência.

Silva (1988, p. 602) assevera que “Todo o Poder reside no Povo, sem distinção de economia, cultura ou tipo de pensamento entre os indivíduos que o constituem”. Agostinho, com seus ideais de liberdade, fraternidade foi um adepto da democracia. Com Mota (2006) tomamos conhecimento da importância de Agostinho da Silva para o Direito em Portugal, que teve muitos de seus princípios insculpidos na Constituição portuguesa.

No âmbito do Direito Comparado, nossa Constituição Federal traz no seu bojo, princípios importados de outros países. A mercê do que dizemos, temos, no parágrafo único do artigo 1º da nossa Constituição, expresso que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Nossa Carta Magna tem filosofia democrática e podemos dizer, que tem base nos princípios da Constituição portuguesa, que serviu em muitos artigos importantes, de parâmetro. Portanto, temos o viés das ideias agostinianas também em nossa Constituição.

Temos num outro fragmento de Agostinho da Silva o seu pensamento voltado para o Direito.

No campo do Direito Internacional, podemos enfatizar a influência na política externa do Brasil com os países da África, durante o governo de Jânio Quadros, quando Agostinho da Silva criou o Centro de Estudos Afro-Oriental (CEAO), com sede em Salvador-BA, buscando uma aproximação não só com a África, mas também com o Timor Leste.

Mencionamos, também, a idealização da integração de uma comunidade de falantes da língua portuguesa, o que mais tarde se consubstanciaria na concretização da CPLP. A propósito sobre o assunto, ele se pronuncia, no seu texto “Carta chamada Santiago”, escrita em 1974:

[...] um dia, mais ou menos longínquo, constituamos todos, desde Lisboa ao Acre, ou desde os Açores a Timor, ou desde Luanda a Macau, senhor cada um de seus caminhos e todos do total, uma Comunidade que sirva de base a uma final União Internacional de Povos [...]. (SILVA, 1988, p. 587)

Silva (2007, p. 279), por sua vez, relata que José Aparecido de Oliveira, que conviveu com Agostinho da Silva, foi Secretário da Presidência da República no Governo

Jânio Quadros, Ministro da Cultura no Governo José Sarney, Embaixador do Brasil em Portugal e participou efetivamente de todo o processo que culminou na fundação da CPLP¹⁹.

Cumpramos registrar o fato de que a criação da CPLP, oficialmente, aconteceu em 17 de julho de 1996 (dois anos após o falecimento de Agostinho da Silva), quando os Chefes de Estado e de Governo dos sete países mencionados, na “Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”, imbuídos dos valores da “Paz, da Democracia e do Estado de Direitos, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social”, reafirmam que a língua portuguesa constitui um “vínculo histórico” e um “patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular” e que deve, dentre outros objetivos, contribuir para o “reforço dos laços humanos”, a “solidariedade e a fraternidade entre os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos” (CPLP, 2015a, *online*). Os princípios e valores insculpidos na Declaração que criou a CPLP, decerto, têm implicitamente os valores defendidos pelo autor comentado nesta pesquisa.

Podemos ainda mensurar a própria valoração da Educação, situada por ele como um princípio fundamental, dentro da comunidade fraterna idealizada, que seria um processo, ao longo de toda a vida, aceito pela UNESCO. Para corroborar o tema citamos, mais uma vez, Mota (2006, p. 103) ao nos esclarecer que Agostinho da Silva por tratar, de grandes questões relacionadas à cidadania, à defesa dos direitos do homem e da criança, ao respeito pelas minorias, às questões concernentes à conservação da natureza e das espécies em perigo, à defesa e ao questionamento que envolvam as liberdades e as responsabilidades individuais, mesmo antes de qualquer constituição ou qualquer decreto regulamentar, propiciou

[...] os instrumentos culturais, científicos e técnicos, a assegurar as bases morais e éticas necessárias à construção pessoal e profissional futura de cada ser, a contribuir para a realização pessoal e para a constituição do ser de cada um dos seus leitores. E, porque esta ação se desenvolve em contexto extra-escolar, está igualmente Agostinho a contribuir e a fundar aquilo que a UNESCO virá, décadas depois, a promover e a denominar de uma “educação ao longo de toda a vida”.

Temos como princípios²⁰ de Direito Internacional defendidos por Agostinho da Silva (1988, p. 604) que:

¹⁹ Em pesquisa feita no site da CPLP, encontramos o registro de que o primeiro passo para a concretização de tal intento foi dado em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por ocasião do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do então Presidente José Sarney. Na ocasião foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que tem como função a promoção e difusão do idioma comum da Comunidade (COMUNIDADE DE PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA. Processo histórico. CPLP, 13 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2016).

- a) sobre as organizações internacionais, ele as denomina “organizações internacionais abertas que tenham por objetivo a resolução pacífica dos conflitos, o desenvolvimento económico igualitário, a educação geral e o estreitamento de laços entre os homens”. Toda a sua vida Agostinho defende sempre, um espírito de união, de igualdade, de fraternidade. Entendemos que aqui também está imiscuído o princípio democrático defendido em nossa Constituição Federal;
- b) sobre a ajuda entre os povos – considera que “toda a ajuda que, por meios políticos, de outros povos vier deve ser olhada como um meio” que conduzam a uma dignificação humana e não como uma “dádiva de superior a inferior”.
- c) não existência de laços políticos entre os povos – por este princípio Agostinho da Silva estabelece que:

Não creio que seja necessário um laço político entre os vários Povos: são apenas um grupo de irmãos; e basta, para que o processo de fraternidade se apure, que haja encontros frequentes e amplos dos interessados nos vários sectores, fazendo-se que toda a instituição, por muito precisa que pareça, seja sempre, menos do que um objetivo a atingir, um nível a ultrapassar. (SILVA, 1988, p. 604)

Consideramos, portanto, nas ideias de Agostinho da Silva, um viés humanitário, de cunho antropológico, cuja ação sempre foi pautada na luta por direitos, como a cidadania, da dignidade da pessoa humana, no direito à educação, à democracia que, segundo alguns de seus estudiosos ele foi preconizador da cidadania, um defensor dos direitos do homem, da criança e das minorias, temas estes bem atuais que não só a sociedade brasileira vem discutindo, mas o mundo em escala planetária.

Suas ideias aparecem contemporâneas e muito aproximadas dos discursos que se ligam a instituição UNILAB, cujas indagações materializadas nessa investigação resgatamos nesse momento: existirá relação das ideias de Agostinho da Silva com a os princípios estabelecidos na UNILAB? Que importância ele pode ter para a lusofonia e o mundo acadêmico? Qual a possível relação entre as ideias filosóficas de Agostinho da Silva sobre Lusofonia e Educação e seu desvelamento na base de implementação da UNILAB?

²⁰ Estes princípios estão inseridos no Texto de Agostinho da Silva denominado “Proposição”, escrito em 1974 e que está em “Dispersos”, reunido por Paulo Borges. No presente texto Agostinho trata de proposições ou princípios que se referem aos direitos à liberdade, aos partidos políticos, á educação, à democracia, aos professores, à ecologia, ao Direito Internacional e Direito Constitucional, tanto é, que relacionamos com os princípios de nossa Constituição.

A fim de respondermos tais indagações percorremos um caminho metodológico orientado para o conhecimento da UNILAB como instituição que, ao que se divulga, assenta-se sobre os referenciais exponencialmente constatados no corpus teórico de Agostinho da Silva. Esses percursos explicitamos na seção seguinte, procedida mais adiante, da discussão sobre os “achados” da pesquisa.

3 PERCURSOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Pesquisar não é uma tarefa simples, uma vez que “a construção do saber é um longo caminho”, no qual o pesquisador se depara com “atalhos”, “bifurcações”, “obstáculos”, “flores”, “pontes” e “abismos”. É um caminho conduzido para uma “viagem” na qual o pesquisador se vê diante de vários sentimentos: ora o otimismo, ora o pessimismo, determinação ou desânimo, acompanhado ou sozinho. O que importa é que neste caminho, “o conhecimento, seja ele empírico ou científico, é construído com o objetivo de tornar o mundo melhor” (BASTOS, 2005, p. 27).

Com base no que a literatura em Metodologia classifica, este estudo se enquadra como um estudo de caso. Gil (2002, p. 141) salienta que:

Pode-se dizer que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de dados de gente, quanto de dados de papel. Com efeito, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos.

Gil (1991, p. 113) também contribui com nossas definições metodológicas quando define a entrevista e a técnica em que o investigador se mostra perante o investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação qualitativa, bastante utilizada no âmbito das Ciências Sociais, inclusive por pedagogos. Como técnica de coleta de dados, a entrevista se faz bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam. Por isso, elegemos a sua realização neste estudo, considerando o potencial de informação presentes nos sujeitos-profissionais dessa instituição, como registro investigativo no que tange ao nosso interesse de pesquisa.

Nesse sentido, sob tal inspiração, a pesquisa em tela tem duplo eixo de investigação, em termos comparativos, teórico-conceitual, em termos de comparação e circulação das ideias e em termos de desenvolvimento, operacionalização de coleta dos dados: sobre os documentos que orientam a UNILAB, sobre a correlação (aproximações necessárias) entre o pensamento de Agostinho da Silva sobre lusofonia.

Compreendemos que a Universidade referida se constitui uma “janela” analítica privilegiada, pois se mostra de maneira diferenciada de todas as demais universidades públicas, instaladas no Estado do Ceará, pois reflete uma inovação, a peculiaridade que é o

seu perfil de atender alunos ser constituída, preferencialmente, de professores estrangeiros oriundos de países participantes da hoje consolidada CPLP.

Nesse sentido, em razão da natureza e complexidade deste objeto de análise, nos oferece um desenho metodológico o qual corresponde a uma tríade quanto às dimensões **de fontes**: bibliográfica, documental e de campo. A **pesquisa bibliográfica** assume um duplo eixo de discussão conceitual: as ideias filosóficas e pedagógicas de Agostinho da Silva e o conceito de lusofonia, analisado sob o aspecto histórico até se chegar à compreensão contemporânea.

A **pesquisa documental** incidiu na análise sistemática e aprofundada, desde o projeto de criação da UNILAB, em 2008, compreendendo a Lei de criação, em 2010, abrangendo seu estatuto, suas diretrizes gerais, projeto político-pedagógico, portarias, resoluções, enfim, o acervo documental, postos à nossa disposição, durante o desenvolvimento desta pesquisa, quer no ambiente virtual (*sites*), quer diretamente, na sede da UNILAB, de modo que pudemos compreender a matriz teórica fundante de seu projeto ético-político-pedagógico e tecer uma análise histórico-crítica.

A **pesquisa de campo**, em atendimento às peculiaridades do objeto, fez uma articulação de abordagens qualitativas, de modo que planejamos um trabalho investigativo, baseado no diálogo com os distintos sujeitos que compõem os espaços da UNILAB. Buscou-se observar, se os princípios filosóficos-educativos das diretrizes gerais da UNILAB, no seu estatuto e no seu projeto-político de curso, se aproximam das concepções, das ideias defendidas por Agostinho da Silva, no que se referem a sua compreensão sobre lusofonia, comunidade fraternal humana e práticas pedagógicas.

Nesse contexto, foram feitas abordagens qualitativas, de modo que um trabalho investigativo, baseado no diálogo, com diferentes sujeitos que compõem o espaço da UNILAB foi efetivado. Com efeito, foram aplicadas entrevistas semiabertas, a dois professores: um deles, participou diretamente do Grupo de Trabalho destinado à criação do curso de Ciências da Natureza e Matemática, especificamente, na formação de professores, enquanto a outra, participou diretamente, na elaboração do Estatuto da UNILAB, e ambos participaram das reuniões e discussões das diretrizes gerais da academia.

Compreendemos que toda pesquisa envolve uma aproximação com a totalidade de sujeitos que podem estar direta ou indiretamente inseridos com seu objeto. Neste argumento, entendemos também que não é um processo individual, porquanto envolve um diálogo com muitos sujeitos. Assim, todos aqueles que contribuíram para a elaboração do projeto político-pedagógico da instituição ou mesmo aqueles que podem aparecer apenas como “informantes”,

que, desde o momento da criação da instituição estão em nossas intencionalidades. Assim, nesta condição, foi possível entrevistar dois servidores técnicos em assuntos educacionais, o Diretor da DRCA e a Secretária da DRCA.

Ainda na esteira de diálogos entre os sujeitos, participaram alunos estrangeiros, de duas nacionalidades: angolano e guineenses. Brasileiros foram dois alunos que participam como informantes e, extra-instituição, um senhor que tem uma barraca de lanches, do lado de fora da UNILAB, em Acarape, em frente à fachada principal.

Os alunos guineenses são do curso de Enfermagem e os de Angola do curso de Ciências da Natureza e Matemática, com habilitação em Biologia. Também aplicamos questionários para quatro alunos guineenses, do curso de Enfermagem e uma entrevista coletiva, envolvendo três alunos guineenses, sendo que, destes três, dois também responderam ao questionário.

3.1 Apresentação do campo de pesquisa: a UNILAB

O campo de pesquisa a ser investigado é a UNILAB. Ela foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. É uma lei composta de 15 artigos, que estabelecem a missão, objetivos, a estrutura organizacional, o patrimônio, os recursos financeiros, os quantitativos de cargos a compor, inicialmente; a administração superior exercida pelo Reitor e Conselho Universitário e estabelece o prazo para a constituição do seu estatuto. Conforme referenda a respectiva Lei, o **objetivo** da UNILAB é “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária” e sua **missão** institucional específica tem por finalidade:

[...] formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (UNILAB, 2016b, p. 5)

A UNILAB é uma instituição autárquica pública federal, de Ensino Superior, com sede e foro na cidade de Redenção, no maciço do Baturité, Ceará. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e com gestão financeira, orçamentária e patrimonial, nos termos da Constituição Federal e de seu Estatuto. É uma universidade singular, vocacionada para a cooperação internacional, comprometida com a interculturalidade, a cidadania e

democracia. Suas ações estão fundamentadas no intercâmbio acadêmico e solidárias com os países que compõem a CPLP, especialmente os africanos.

3.2 Estrutura e funcionamento²¹

A UNILAB, no Ceará, hoje possui seis institutos: o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), o Instituto de Ciências da Saúde (ICS), o Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (IEDS), o Instituto de Humanidades e Letras.

O ICSA compreende os cursos de **Administração Pública (Graduação)**, no qual possuem 315 alunos ativos²² matriculados, dos quais 206 são brasileiros, 19 são angolanos, 26 são cabo verdeanos, 55 são guineenses, 3 são moçambicanos, 15 são de São Tomé e Príncipe e dez são timorlenses; **Administração Pública à Distância**, o qual tem pólos de funcionamento nos Municípios cearenses de Aracati, com 29 alunos ativos, Aracoiaba, 32, Limoeiro do Norte, 104, Piquet Carneiro, 36 e Redenção, 152, com um total de 353 alunos ativos, no Ceará.

Também fazem parte do ICSA os cursos de **Pós-Graduação Presencial Lato Sensu**: Especialização em Gestão Municipal, com pólo em Redenção e com 53 alunos ativos; o curso de Especialização em Cultura e História Afro-Brasileira, Indígena e Africana, com pólo em Redenção e 37 alunos ativos; os cursos de **Pós Graduação Lato Sensu a Distância**: Especialização em Gestão Pública, com pólos em Limoeiro do Norte, com 54 alunos ativos e Redenção, 40 alunos ativos, totalizando 94 alunos ativos; o curso Gestão Municipal, com pólos também em Limoeiro do Norte e Redenção, com 23 e 72 alunos ativos, respectivamente, totalizando 95 alunos ativos neste pólo e, finalmente, o curso Gestão em Saúde, com pólos em Limoeiro do Norte e Redenção, cada um com 17 e 79 alunos ativos matriculados, respectivamente.

²¹ Os dados referentes a estrutura e funcionamento se referem ao estatuto vigente em maio de 2016, ocasião em que estavam acontecendo audiências públicas para mudança no estatuto. Conforme estabelecido no seu Estatuto (2013, p. 6), a UNILAB é uma universidade com “estrutura multicampi”, no qual o *Campus* sede e instalações estão nos municípios do Maciço de Baturité, em Redenção e Acarape. A reitoria está em Redenção. A denominação, de *Campus* Universitário, conforme o estatuto (artigo 16, §1º), compreende “cada uma das bases físicas integradas e com estrutura administrativa própria em que são desenvolvidas as atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão”. Os *Campi* localizados fora da sede são constituídos de uma Unidade Acadêmica. Assim, o *Campus* de São Francisco do Conde, na Bahia, constitui uma Unidade Acadêmica. As Unidades Acadêmicas são os Institutos e os *Campi* e constituem unidades autônomas (art. 36).

²² A expressão alunos ativos se refere aos alunos que, efetivamente se encontram com matrícula ativa, não necessariamente se encontrando estudando, na UNILAB, neste momento. Eles podem estar em mobilidade acadêmica, em intercâmbio, ou com trancamento parcial de disciplinas. A informação foi prestada pelo Diretor do DRCA.

A universidade também oferece, por meio da Coordenação de Pós-Graduação, os cursos à distância, Lato Sensu (Aperfeiçoamento e Especialização). No Aperfeiçoamento, está sendo oferecido o curso Educação para as Relações Étnico-Raciais (Uniafro) com 119 alunos e, para a Especialização, também curso com o mesmo nome: Educação Para as Relações Étnicos-Raciais (Uniafro), com 119 alunos. Não foi informado, quanto a estes cursos, quais os pólos e distribuição das vagas, especificamente. Aparece como ofertados no Ceará e Bahia.

Ainda vinculado à Coordenação de Pós-Graduação, a UNILAB oferece o Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, em Redenção, com 29 alunos ativos. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação, a universidade oferece, atualmente, dois mestrados: O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e o Mestrado em Enfermagem, ambos em Redenção, com 28 e 14 alunos ativos, respectivamente. Esses três cursos de mestrado são oferecidos na modalidade presencial. Pelo documento²³ que nos foi enviado, observamos que apenas nos cursos da Graduação Presencial há estrangeiros; nos demais, os alunos são todos brasileiros.

O IDR é constituído pelo curso de Agronomia e possui, atualmente, 260 alunos ativos, dos quais 185 são brasileiros, quatro angolanos, oito cabo-verdeanos, 43 guineenses, um moçambicano, dez são de São Tomé e Príncipe e nove timorlenses.

O ICEN, quando da implantação da UNILAB, teve seu primeiro curso, o Ciências da Natureza e Matemática. Hoje também tem os cursos de Biologia, Matemática, Química e Física. Todos estes cursos são de licenciatura. O curso de Ciências da Natureza e Matemática objetiva formar professores não só para ensinar Matemática, mas também as demais disciplinas, como Biologia, Matemática, Física e Química, nas séries do ensino fundamental. Foi um curso defendido pelo professor entrevistado, que, segundo ele, denotou alguns problemas, quando para implantação, do que falaremos no tópico Análise e Discussão de Resultados.

Quando analisamos o documento, Planilha, enviado pela DRCA, observamos que o curso Ciências da Natureza e Matemática, é o que apresenta o maior número de alunos ativos. Isto porque foi o primeiro curso, e os demais tiveram sua criação desde 2014. Este curso, atualmente, tem 133 alunos ativos, dos quais 71 são brasileiros, nove 9 são angolanos, quatro cabo-verdeanos, 17 guineenses e 32 timorlenses,

²³ “Planilha Para Divulgar” contendo o quantitativo de alunos ativos matriculados em todos os cursos da UNILAB, tanto no Ceará quanto na Bahia, em 04.05.2016, pela Secretária do DRCA. O documento está no anexo desta pesquisa.

Na sequência, dentro do ICEN, tem os demais cursos, criados em 2014, a seguir listados em ordem alfabética, seguidamente, do total de alunos ativos e suas nacionalidades, respectivamente:

- Biologia: 41 alunos, sendo 38 brasileiros, dois guineenses e um de São Tomé e Príncipe.
- Física: 41 alunos, todos brasileiros.
- Matemática: 32 alunos, sendo 30 brasileiros e dois guineenses.
- Química: 28 alunos, sendo 25 brasileiros, um angolano e dois guineenses.

O ICS, atualmente só possui o curso de Enfermagem, no entanto, conforme previsão das Diretrizes Gerais e informação obtida junto a alguns servidores, técnicos administrativos e mesmo professores, além de notícias veiculadas na mídia, também se encontra em processo de instalação o curso de Medicina, que pertencerá a este Instituto. Conforme informações, o curso de Medicina será implantado, se as condições econômicas e políticas do País permitirem, ainda este semestre, caso não ocorra, estão esperando sua implantação para o primeiro trimestre de 2017.

O curso de Enfermagem funciona com 247 alunos ativos, dos quais 177 são brasileiros, 12 cabo-verdeanos, 43 guineenses, dois moçambicanos, quatro de São Tomé e Príncipe e nove timorlenses.

O IEDS envolve o curso de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável o qual compreende o curso de Engenharia de Energias, que possui o total de 274 alunos ativos, dos quais, 169 são brasileiros, 14 angolanos, 19 caboverdianos, 29 guineenses, 12 moçambicanos, 22 são de São Tomé e Príncipe e nove timorlenses.

O IHL compreende duas áreas: Humanidades e Letras. A área de Humanidades, por sua vez, possui duas subáreas: Humanidades, com o curso de Humanidades (Bacharelado)²⁴, e Humanidades, ramificando-se em quatro outros cursos, recentes, que são: Antropologia, História, Sociologia e Pedagogia, este último, o mais recente e com algumas peculiaridades discutidas na análise de resultados.

Por meio da Portaria nº 383/2010, da Secretaria de Ensino Superior, a UNILAB definiu a formação graduada em Humanidades em dois ciclos: o primeiro acontece no Bacharelado em Humanidades, o segundo é chamado de “terminalidades”, é opcional ao egresso do bacharelado, sendo formado, em sua maioria, por licenciaturas.

²⁴ O primeiro curso a funcionar, na UNILAB, quando de sua criação, foi o curso de Humanidades-Bacharelado. Dentro do IHL é o curso que mais tem alunos ativos, em razão desta peculiaridade.

O curso de Humanidades-Bacharelado possui, atualmente, 596 alunos ativos, dos quais 467 são brasileiros, oito angolanos, três cabo-verdeanos, 113 guineenses, cinco de São Tomé e Príncipe e nove timorlenses.

Os quatro cursos do IHL, criados em 2014, exprimem um número pequeno de alunos ativos. O curso de Antropologia possui apenas três alunos brasileiros; o de História, 32, sendo 31 brasileiros e um aluno guineense; o de Pedagogia, dez alunos, nove brasileiros e um cabo-verdeano; o curso de Sociologia, indicação dos dados, é o curso que apresenta, no momento, maior presença de alunos ativos: são 35 no total, dos quais 24 são brasileiros, dois angolanos, dois cabo-verdeanos, seis guineenses e um de São Tomé e Príncipe.

O curso de Letras, que foi criado em 2011, com a primeira turma começando em 2012, conta, na data da pesquisa, em maio, com 192 alunos, sendo 147 brasileiros, dois angolanos, três cabo-verdeanos, 36 guineenses, um moçambicano e três de São Tomé e Príncipe. Não há timorlenses neste curso.

Assim, a UNILAB, no Estado do Ceará, atende a 2.496 alunos na Graduação presencial, 481 alunos da Graduação a Distância; 680 na Pós-Graduação *Lato Sensu* a Distância, 90 na Pós-Graduação *Lato Sensu* presencial; 71 alunos na Pós-Graduação *Stricto Sensu* Presencial, perfazendo o total de 3.824 estudantes.

A secretária da DRCA também nos enviou um documento²⁵, denominado “Quantitativo de Ingressantes até 2015.2”, no qual é possível fazermos algumas análises. Em primeiro lugar, o conceito de ingressantes, como nos foi explicado pelo Diretor da DRCA, é um conceito diferente de aluno ativo. Aluno ingressante é o que procurou uma das formas de seleção da UNILAB, para qualquer curso, da graduação, em todas as suas modalidades, extensão, aperfeiçoamento ou mesmo pós-graduação, mas não necessariamente veio a se matricular, ou está com matrícula ativada²⁶.

Nestas condições, é possível dizer que o curso de graduação mais procurado, até 2015.2, foi o curso de Humanidades-Bacharelado, com 1120 alunos “ingressantes” e atualmente, com 596 alunos. Com relação a este curso, sabemos que já houve a colação de grau da primeira turma da UNILAB.

O curso de **Administração Pública** contou com o ingresso de 698 alunos, tendo 315 alunos ativos. Este curso também já formou a primeira turma. O curso de **Agronomia** teve o ingresso de 363 alunos, e conta hoje com 260 alunos ativos. O curso de **Ciências da**

²⁵ Para efeito desta pesquisa, consideramos as informações enviadas, via e-mail, pela secretária da DRCA como fonte de dados para a pesquisa e se encontram, ao final, nos anexos desse estudo.

²⁶ Não vamos analisar as nacionalidades nem comentar sobre as possíveis causas da não transformação na categoria “aluno ativo”, nem dados relativos a “evasão”, porque não dispomos.

Natureza e Matemática teve o ingresso de 212 alunos e atualmente conta com 133 alunos ativos. O curso de **Enfermagem** teve o ingresso de 364 alunos e atualmente conta com 247 alunos ativos. O curso de **Engenharia de Energias Renováveis** teve o ingresso de 364 alunos e tem 274 alunos ativos e, finalmente, o curso de **Letras-Língua Portuguesa** contou com o ingresso de 285 alunos e tem 192 alunos ativos (Quadro 1).

Quadro 1 – Alunos matriculados até maio/2016 nos cursos de graduação

Cursos	Alunos	
	Ingressos	Ativos
Administração Pública	698	315
Ciências da Natureza e Matemática	212	133
Agronomia	363	260
Enfermagem	364	247
Engenharia de Energias Renováveis	364	274
Letras	285	192

Fonte: Elaborada pela autora.

Com os dados quantitativos de alunos analisados, entendemos que a UNILAB, em seus seis anos de existência, vem, quanto à presença de cursos na graduação paulatinamente se expandindo, ainda que lide com dificuldades mais particulares, as quais traremos a baila na seção de discussão dos resultados.

A UNILAB Conta com 48 grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 21 pertencem ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL); sete pertencem ao Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), sete são do Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS); cinco do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) e três do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

3.3 Procedimentos e técnicas de coleta da pesquisa de campo

Entendemos que o pesquisador deve estar atento às oportunidades que o campo apresenta, por isso nos dedicamos com afinco às observações sistemáticas, travamos conversas (in) formais, realizamos entrevistas sistematizadas a vários atores de diversos segmentos, desde a gestão da instituição, professores, técnicos administrativos e estudantes.

Para dar uma compreensão maior da metodologia adotada, fazemos breve descrição das estratégias, técnicas e instrumentos utilizados.

Assim, explicitamos de antemão o fato de que procuramos apresentar as discussões, os diálogos e os resultados, fazendo, quando possível, uma comparação entre as

diversas falas dos sujeitos envolvidos, procurando sempre relacionar a fala destes com os documentos da UNILAB analisados e tecendo aproximações entre o pensamento de Agostinho da Silva, em seus vários textos consultados, dispostos nas referências bibliográficas.

Seguindo a ordem cronológica de como ocorreram as entrevistas e a aplicação de questionários, informamos que a primeira entrevista foi realizada no dia 12 de abril de 2016, no período da tarde, no *Campus* dos Palmares, localizado em Acarape.

Este foi um dia em que, efetivamente nos apresentamos à UNILAB, em Redenção, no *Campus* da Liberdade, no Gabinete da Reitoria e fomos recebidas pelo Assessor do Reitor, Prof. Rodrigo Ordine porque o Reitor ali não estava. Feitas as devidas apresentações, fomos encaminhada, por sugestão daquele, até o *Campus* dos Palmares, em Acarape, a fim de, se possível, agendar entrevista com a Pró-Reitora de Pós-Graduação e também para a Professora do ICEN, a mais antiga, e que poderia perfeitamente ajudar na pesquisa, por ter participado da elaboração do Estatuto da UNILAB.

Não foi possível, todavia, efetivar a entrevista com a Pró-Reitora de Graduação, em virtude de várias circunstâncias, restando concretizada a entrevista com a Professora do ICEN.

Em 28 de abril de 2016, no período da tarde, foi realizada entrevista com o professor que elaborou o PPC da UNILAB, no que diz respeito à parte pedagógica do curso de Ciências da Natureza e Matemática. Para efeito de identificação, nos reportamos ao entrevistado como professor do “GT Formação de Professores”. A entrevista aconteceu na residência deste, em Fortaleza.

Em 2 de maio de 2016 foram realizadas, no *Campus* dos Palmares as entrevistas com o Diretor da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), chamado Fábio Paulino de Oliveira, a entrevista com a a Secretária da DRCA, de nome Renata Aguiar Nunes, entrevistas com alunos guineenses (individual e coletiva) do curso de Enfermagem, entrevista com aluno angolano do curso de Ciências da Natureza, com habilitação em Biologia.

Acrescentamos ter considerado no trabalho de campo também conversas informais realizadas, as quais incluímos em nossas percepções. Nesta linha de raciocínio, consideramos também as conversas realizadas com duas professoras vinculadas ao ICEN e com dois alunos do curso de Engenharia de Energias Renováveis. Salientamos, a título de conhecimento, que referida conversa ocorreu quando estivemos, pela segunda, no *Campus* dos Palmares, em Acarape, para entrevistar uma professora conforme estava agendado, mas, que por contratempo, não esteve ali na oportunidade. Na ocasião, aproveitamos o tempo

disponível para essa conversa com os dois referidos alunos do curso de Engenharia de Energia Renovável.

Outra atividade que consideramos importante foi a observação de uma aula de sua disciplina “Práticas Educativas”, do curso de Licenciatura em Química, a convite da professora da turma.

Tais momentos, aliados aos demais previamente planejados, trouxeram a possibilidades de tecermos percepções mais amplas, que serão expressas, quando na discussão dos resultados.

Informamos, ainda, a título de ilustração, que estas percepções se somam as vivências de aluna ativa do curso de Especialização em Gestão Pública da UNILAB, na modalidade a distância, de 2013 a 2014, quando desde então, fazíamos já algumas observações desta instituição, inseridas no contexto deste trabalho.

São estes os sujeitos desta pesquisa e os instrumentos de coleta a eles destinados:

1. Entrevista

- Professora do ICEN, a mais antiga, e que participou da elaboração do Estatuto da UNILAB.
- Professor que elaborou o PPC da UNILAB
- Representante da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA),
- Secretária da DRCA

2. Estudantes

- Três alunos guineenses (entrevista coletiva) do curso de Enfermagem;
- um aluno angolano do curso de Ciências da Natureza, com habilitação em Biologia.

3. Questionários

- 4 alunos guineenses.²⁷

4. Conversas informais

- dois alunos do curso de Engenharia de Energias Renováveis.

5. Observação/participação de eventos, aulas, etc.

- observação de uma aula da disciplina “Práticas Educativas”, do curso de Licenciatura em Química, a convite da professora da turma.

²⁷ Dos quatro alunos que responderam ao questionário, dois também participaram da entrevista coletiva.

Consideramos importante contextualizar os períodos de realização de coleta de dados. Assim, fazemos em um quadro-síntese a indicação das técnicas utilizadas e seu respectivo período, conforme apresenta a Quadro 2:

Quadro 2 – “Calendarização” da obtenção de dados com indicação da técnica utilizada

Técnica utilizada	Período de obtenção de dados
Levantamento de bibliografia	jan/2015 a set/2016
Levantamento documental, categorização e análise	jan/2016 a maio/2016
Observação-participante	abril a maio/2016
Entrevistas	abril a maio/2016
Questionários	maio/2016

Fonte: Elaborada pela autora.

Ressaltamos que procuramos abordar em todos os momentos de coleta de dados as categorias “lusofonia”, “integração”, “cooperação”, “autonomia”, sempre juntamente ao conhecimento sobre Agostinho da Silva.

No decorrer das análises, outras categorias foram imbricadas e, a maioria das que queríamos analisar foram surgindo com muita importância, e também foi conferida ênfase em analisá-las; assim, as categorias “interiorização”, “trimestralidade”, “currículo” e “pretagogia” que também são discutidas por serem pertinentes à UNILAB, como campo empírico, e terem emergido das falas e enunciações dos sujeitos.

3.4 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram professores, Diretor da DRCA, Secretária da DRCA e alunos. Quanto a estes, foram seis estrangeiros, que tiveram participação direta, na forma de entrevista e questionários, e dois, indiretamente, numa conversa que denominamos de “informal”. Quanto aos professores, entrevistamos uma professora, a qual participou da fase de implantação da universidade, chamada Jaqueline Freire que aqui será identificada como Professora do ICEN, e o professor responsável pelo “GT – Formação de Professor”.

3.4.1 Professora do ICEN

A professora do ICEN foi uma das 15 primeiras selecionadas, no primeiro concurso para ingresso de docentes, efetivos, brasileiros, a constituir a UNILAB, ocorrido em 2009. Ela participou da elaboração do Estatuto, não das diretrizes. As diretrizes foram

elaboradas pela Comissão de Implantação, escolhida diretamente pelo ministro da Educação à época. Já era professora da Universidade Federal do Pará e teve experiência internacional, com estudantes de Guiné-Bissau, pois trabalhou naquele País, dois anos, a serviço da Universidade Federal do Pará.

3.4.2 Professor do “GT – Formação de Professores”

O professor Jaques Therrien entrevistado tem formação em Pedagogia, é estrangeiro, canadense, e professor aposentado da UFC, que, logo após se aposentar, recebeu o convite para participar da Implantação da UNILAB, para participar no Grupo de Trabalho responsável pela Formação de Professores. Teve um papel muito importante no início da instalação da UNILAB, pois em vários momentos atuou como articulador, em ocasiões de conflito que aconteceram durante os trabalhos de implantação da universidade.

3.4.3 Diretor do DRCA

O Diretor da DRCA, chama-se Fábio Paulino de Oliveira, é um jovem, de aproximadamente, uns 28 a 30 anos. Está na UNILAB desde 2012. Fez o concurso em 2011, mas tomou posse no início de 2012. Antes de trabalhar na instituição investigada, teve experiência na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Ele é pernambucano, formado em Letras e passou na UNILAB para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Mora em Redenção. O fato de já ter trabalhado em ambiente universitário dá-lhe oportunidade para comparar as duas instituições. Há uma ocasião em que ele cita que as realidades das duas universidades são bem distintas.

A entrevista, assim como as demais, também foi semiestruturada. E foi pedido para falar, inicialmente sobre: O perfil socioeconômico dos estudantes, lusofonia, as diretrizes gerais da UNILAB, integração, interiorização, metodologia, pretagogia, interiorização, da experiência de trabalhar na UNILAB e o conhecimento sobre Agostinho da Silva.

3.4.4 Secretária da DRCA

A entrevistada é Secretária da DRCA, chama-se Renata Aguiar Nunes, trabalha há dois anos e 8 meses na UNILAB é Técnica em Assuntos Educacionais e é formada em Letras. Sua experiência anterior foi como professora. Foi uma entrevista que durou dez minutos,

gravada, semiestruturada, e foi-lhe perguntado se acreditava no Projeto UNILAB.; outra pergunta foi sobre a integração: se, na opinião da entrevistada, existia integração entre a comunidade acadêmica, professores, alunos. Foi pedido que falasse sobre o tema da lusofonia, de como a definia e, por último, sobre a experiência de trabalhar na UNILAB, especialmente, o sentimento de pertença à instituição.

3.4.5 Alunos guineenses

Salientamos que, inicialmente, foi feita uma entrevista com um aluno guineense, individual, pois este se recusou a responder ao questionário, enquanto quatro preferiram colaborar com este instrumento; Acrescentamos que, dos quatro alunos respondentes do questionário, dois deles também participaram de entrevista coletiva. Para efeito de identificação, chamamos o aluno, que respondeu somente à entrevista, de João; quanto aos que responderam somente ao questionário, chamamos de Lucas e Tiago; os outros dois que participaram de entrevista coletiva e questionário, chamamos de Jesus e Mateus.

A entrevista coletiva aconteceu, naturalmente, sem ter sido programada, no térreo do Bloco novo do Campus dos Palmares. Enquanto João concedia a entrevista, os demais alunos guineenses respondiam, quase que de forma grupal, ao questionário para a pesquisa. Quando aqueles terminaram, João ainda estava sendo entrevistado e, para não deixar a oportunidade passar, aproveitamos e entrevistamos Jesus e Mateus, coletivamente.

3.4.6 Aluno angolano

O aluno angolano, identificado como Felipe, encontrava-se no último trimestre do curso de Ciências da Natureza e Matemática, com habilitação em Biologia, já concluído o estágio, aguardando apenas o período da colação de grau, pois tinha feito sua última prova (no período em que estivemos no Campus, o trimestre estava findando. Alguns ainda se encontravam fazendo prova, mas, no caso de Felipe, já tinha terminado suas atividades).

3.4.7 Alunos do Curso de Engenharia Renovável

Conversamos de modo informal, como já mencionado, com dois estudantes, uma aluna e um aluno, do curso de Engenharia Renovável, notadamente, sobre as categorias integração, interiorização e currículo de seu curso.

Dessa forma, com base no conjunto de dados composto pelos contatos estabelecidos com o campo, por meio da escuta aos sujeitos que protagonizam o cenário educativo da instituição, e com arrimo nos documentos norteadores (lei de criação, estatuto, diretrizes gerais e projeto político-pedagógico) que compõem a matriz teórico-metodológica da UNILAB, são postos à luz do remonte do pensamento de Agostinho que procedemos nesse estudo. Documentos norteadores (lei de criação, estatuto, diretrizes gerais e projeto político-pedagógico) que compõem a matriz teórico-metodológica da UNILAB são postos à luz do remonte do pensamento de Agostinho que procedemos nesse estudo. A seção seguinte, alia tais informações aos objetivos desejados na pesquisa.

4 UNILAB: DADOS EMPÍRICOS DA PESQUISA À LUZ DO PENSAMENTO DE AGOSTINHO DA SILVA

Neste capítulo, temos a intenção de dialogar com os dados obtidos por meio da análise documental da UNILAB, das entrevistas realizadas junto aos professores e técnicos-administrativos, estudantes estrangeiros (aplicação de questionários e/ou entrevista coletiva) e conversas informais (com dois alunos brasileiros), buscando aproximações com o pensamento agostiniano.

4.1 Os documentos²⁸ da UNILAB à luz das ideias agostinianas

A UNILAB foi criada através da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. É uma lei composta de quinze artigos que estabelece a missão, objetivos, a estrutura organizacional, o patrimônio, os recursos financeiros, quantitativos de cargos a compor, inicialmente, a UNILAB, a administração superior exercida pelo Reitor e Conselho Universitário e estabelece o prazo para a constituição do seu estatuto.

De forma sucinta, apresentamos alguns pontos que consideramos importantes constantes nesta lei.

No artigo primeiro, a lei menciona uma alteração quanto ao nome da UNILAB, em relação a proposta do projeto de lei inicial. A sigla continuou a mesma, porém ao nome foi acrescida a palavra internacional. Assim o nome veio a ser “Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira”.

O *Caput* do artigo segundo, comparando também com a proposta enviada no projeto de lei de criação, sofreu algumas alterações, quanto ao objetivo e missão, assim, textualizado nesse documento que o objetivo da UNILAB é “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária”. A princípio, nada que a diferencie de qualquer outra IES do país.

Quanto à sua missão institucional específica da UNILAB esta tem por finalidade: “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países

²⁸ Consideramos neste tópico analisar os documentos Diretrizes Gerais da UNILAB, Estatuto, Lei de Criação, Projeto do curso de Humanidades e de Pedagogia (analisamos apenas as ementas de algumas disciplinas componentes destes PPC's), além de também considerarmos como documentos, as resoluções e portarias que encontramos no site da instituição, que se encontram no anexo.

africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional”.

O parágrafo primeiro, do artigo segundo, da referida lei, remete à singularidade da UNILAB, aquilo que a diferencia das demais universidades brasileiras, com exceção de sua irmã congênere, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que foi criada um pouco antes, mas, cujos projetos de criação tramitaram na mesma época. Um dos aspectos desta singularidade diz respeito à cooperação internacional, o intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, promovendo o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

O parágrafo segundo do referido artigo se refere aos cursos que a UNILAB deveria oferecer, ministrados em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, privilegiando as áreas²⁹ de formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas.

No que se refere à estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UNILAB, tem os artigos terceiro e quarto, seguidos dos que se reportam ao patrimônio da universidade e forma de transferência (artigo quinto), e o que regimenta recursos financeiros (sexto artigo), além do sétimo, à criação dos cargos: apresenta a criação de os cargos de Reitor e de Vice-Reitor; 150 (cento e cinquenta) cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior; 69 (sessenta e nove) cargos efetivos para técnico-administrativos de nível superior e 139 (cento e trinta e nove) cargos efetivos técnico-administrativos de nível médio.

O artigo nono se refere à criação de Cargos de Direção (CD) e das Funções Gratificadas (FG). O artigo dez se refere à comprovação de dotação orçamentária suficiente para prover as despesas de pessoal os acréscimos dela decorrentes. O artigo onze se reporta à administração superior e ao Conselho Universitário e suas respectivas competências que serão colocadas dentro do estatuto da UNILAB. O artigo doze se refere aos cargos de Reitor e Vice-Reitor

Quanto aos cargos de Reitor e Vice-Reitor, no início, providos de forma *pro tempore* até que a UNILAB fosse implantada na forma de seu estatuto. Até o presente estes cargos permanecem nesta condição.

²⁹ Atualmente, no ano de 2016, funcionam os cursos que nos referimos na seção anterior (dados obtidos pela DRCA).

No tocante à forma de ingresso de professores, com relação a países parceiros envolvidos e o processo seletivo, versa sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos, promovendo a diversidade do corpo docente; a contratação de professores visitantes com reconhecida produção acadêmica, composição de banca internacional, representativa dos países membros da CPLP e também da seleção dos alunos estrangeiros, que obedecem os mesmos princípios para a seleção dos professores, ou seja, concorrência em igualdade de condições e formação de banca internacional (art. 13 da Lei nº 12.289/2010).

Já sobre o Estatuto da UNILAB, cabe registrar que durante a pesquisa empírica, este se encontrava em fase de mudança, ocorreram várias audiências públicas, com discussões junto à comunidade universitária para esse propósito. Já ao final da pesquisa, referido documento veio a público, conforme notícia veiculada no site da instituição: “Reitoria publica nota sobre estatuto reformado e paridade e divulga versão final do documento” (UNILAB, 2016f). Não analisamos esta versão final, uma vez que este novo Estatuto, estabelecia a necessidade de homologação do MEC, prevista para até 180 dias subsequentes à aprovação e publicação, fato que ainda não aconteceu.

Então, face às atuais circunstâncias, a universidade tem dois estatutos, chamamos o que está em vigor, com vigência e legalidade desde a criação, de Estatuto Inicial da UNILAB³⁰, o qual mantivemos como material de informação básica para apresentação da instituição nessa dissertação.

O Estatuto Inicial da UNILAB (no art. 3º), assim como as Diretrizes, conforme estabelecido, à página 12, textualizam sua missão, que enfatiza e enaltece a perspectiva de:

Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de

³⁰ O documento é composto de sete títulos. O Título I com dois capítulos: o capítulo I, que trata da Universidade e o II se refere à missão, aos princípios e objetivos. O Título II se refere ao patrimônio e das finanças. É composto de três capítulos e se refere à autonomia, ao patrimônio e dos recursos financeiros. O Título III se refere à Universidade e sua estrutura organizacional. É composto por seis capítulos, os quais dizem respeito à autonomia administrativa, à administração e da estrutura organizacional da universidade, à administração, coordenação, delegação, aos conselhos superiores, à Reitoria, e às unidades acadêmicas. O Título IV trata do regime didático e científico em quatro capítulos, quais sejam: da autonomia didático-científica; do ensino superior; da pesquisa e da extensão. O Título V trata dos diplomas, certificados e títulos. O Título VI se refere à comunidade universitária e é composto por três capítulos: O capítulo I trata do corpo docente, o capítulo II, do corpo discente e o capítulo III, do corpo técnico-administrativo em educação. O Título VII trata das disposições gerais e transitórias. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf, acesso em 28.04.16, às 18h.

superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente. (DIRETRIZES, 2010)

As Diretrizes gerais estabelecem, ainda, o seguinte objetivo:

promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social. (DIRETRIZES, 2010, p. 13)

Quanto ao documento “Diretrizes Gerais da UNILAB”, este em sua estrutura, é composto por duas partes, além dos anexos³¹. A parte I compreende a Missão, Objetivos e Diretrizes da UNILAB. A parte II compreende as Diretrizes relacionadas à estrutura, políticas acadêmicas e de infraestrutura, projeto de formação.

Na definição de sua missão e objetivo, contidos em suas diretrizes, a UNILAB tem uma característica bem peculiar que a torna singular, segundo o texto oficial analisado, que é sua vocação para a cooperação internacional, a cooperação sul-sul, o respeito à diversidade, o pluralismo de ideias, a promoção da interculturalidade, etc., fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com os países membros da CPLP.

Ao que está posto, a grande “novidade”, em termos de universidade, de modo geral é a integração entre o Brasil e a CPLP, visto que o ensino, a pesquisa e extensão, a *priori*, são fins da concepção atual de Universidade.

Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes:

- Atuar em áreas estratégicas que permitam a produção de conhecimento e a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de cooperação solidária Sul-Sul;
- Promover mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;
- Incorporar às práticas docentes e acadêmicas uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes (formais e informais, científicos e tradicionais) e promotora da integração de atividades artísticas, culturais e esportivas no processo formativo;
- Desenvolver recursos pedagógicos e metodologias que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;
- Adotar princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento.

³¹ Formam os anexos, a exposição de motivos do projeto de lei de criação da UNILAB direcionado à Presidência da República, a lei de criação da UNILAB, previsão inicial do quadro de pessoal efetivo em nível superior e intermediário e, por fim, síntese das atividades da comissão de implantação da Universidade.

Os objetivos específicos almejam concretizar as características que lhe são peculiares, que a tornariam singular, diferenciando-se, portanto, das demais universidades brasileiras.

Para tanto, os princípios atinentes à formação em nível superior, estabelece que, “como instituição científica, tecnológica e cultural de cooperação e integração”, atue como “foco disseminador da cultura e do saber entre o Brasil e os países parceiros”, fazendo-se “ponto de convergência e integração universitária afro-brasileira”. Dessa maneira, “desenvolverá permanente relação com instituições e universidades, em cooperação solidária, de forma que a integração alcance as demandas e interesses de todos os envolvidos”, de modo que, no alcance dessa relação cooperação/integração, o estudante esteja no centro da proposta afirmativa, “respeitando-se o desenvolvimento de competências técnicas, políticas, culturais e humanas”, além de “vocação e perfil de interesse dos alunos pelas diferentes áreas de conhecimento” (DIRETRIZES GERAIS, 2010, p. 25).

Assim, são princípios da formação superior buscada pela UNILAB: o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social; o reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar; o reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero etc.; inclusão social com qualidade acadêmica; interdisciplinaridade; articulação teórico prática.

Sobre cada um desses aspectos nos reportamos, a seguir, a explicitar o que dizem os documentos, em linhas gerais.

Quanto ao princípio do “desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social”, no que se reporta à graduação, a instituição visa formar estudantes em “nível de excelência científica e tecnológica”, no qual também intenciona ser “o local de estudo e difusão das culturas dos países parceiros”, com respeito e valorização de suas identidades e diversidades culturais. A ciência e tecnologia são compreendidas como “produção social e humana, resultado e produto de determinados contextos econômico-culturais”, que caracterizam o desenvolvimento das sociedades (DIRETRIZES GERAIS, 2010, p. 26).

O princípio de “reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar” espera que seja um “espaço contínuo” no qual se reconheça as diferenças entre os povos e culturas, mas que sejam problematizadas essas diferenças, a partir de “programas” que estejam inseridos nos currículos da universidade, capazes de formar um sujeito social crítico, capaz de analisar e participar de seu contexto político e econômico e abertos a processos permanentes de aprendizagem (Idem, ibidem, p. 26).

O princípio do “reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero etc.”, se insere no contexto da “superação de desigualdades, de resgate de aprendizagens decorrentes do passado colonial e de construção de um futuro autônomo” (Idem, *ibidem*, p. 26-27). Por este princípio, o reconhecimento e respeito às diferenças devem perpassar todas as atividades da UNILAB, o que dá fundamento para a adoção de “ações afirmativas”, na sua concretude e em seus “programas curriculares”.

O princípio da “inclusão social com qualidade acadêmica” imputado à Educação Superior, está textualizado que deve se dar de “forma criativa e sustentável, políticas que reforcem o compromisso social da Educação Superior com qualidade acadêmica e inclusão social”. A qualidade se faz vinculada à “pertinência e a responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade” (DIRETRIZES GERAIS, 2010, p. 27).

O princípio da “interdisciplinaridade” se diz afirmar-se no “diálogo entre diversos campos do saber, com atitude de colaboração”, gerando “novas dinâmicas e atitudes frente ao conhecimento”, vencendo “distâncias entre os campos científicos, técnicos, humanísticos, sociais e artísticos” com promoção da “multidimensionalidade e a complexidade dos seus fenômenos, favorecendo a transversalidade dos enfoques e a integralidade da formação” (Idem, *ibidem*, p. 27).

Já o princípio da “articulação teórico-prática”, também princípio de sua fundamentação, é designado como “uma unidade, na qual a prática não é simples aplicação da teoria”, pelo contrário, é “ponto de partida e de chegada”, onde se possibilita a reformulação da teoria “em conta de necessidades concretas da realidade à qual busca responder”. Teoria e Prática não podem estar dissociadas. O saber é “algo” ao “lado da teoria” que é “produzido fora da prática, em uma relação de aplicação”. Neste princípio tem-se uma concepção integrada, no qual o ensino-aprendizagem corresponde a um “espaço prático e específico de produção, transformação e de mobilização de saberes e de teorias”, o que faz o “estudante tornar-se ator de seu processo de aprendizagem” capaz de rever sua realidade, planejar e intervir para mudá-la (Idem, *ibidem*, p. 27-28).

E, finalmente, o último princípio de formação superior abordado pelo documento, é “articulação ensino-pesquisa-extensão”, que se traduz numa “proposta formativa”, fundamental, que busca “vincular o conhecimento ao exercício da cidadania, ao desempenho ativo no mundo do trabalho ao acesso à diversidade das culturas”. Para isso, urge “um modelo acadêmico” que indague dos problemas em seus contextos; que realize, com produção e transferência “do valor social dos conhecimentos por meio do trabalho conjunto com a comunidade; pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística fundada na definição

explícita dos problemas detectados” que viabilize solução para desenvolver o país, a região e leve ao bem-estar da população, com consciência cidadã e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural.

Até aqui, nenhuma característica tão singular que não pudesse estar na base documental de qualquer outra universidade do Brasil.

Todavia, quando analisamos os documentos de constituição da UNILAB, verificamos que quanto à missão da instituição expressam aspectos inerentes ao pensamento agostiniano. Encontramos, portanto, muitos pontos convergentes com o pensamento do autor por nós estudado – para quem a cultura era fundamental para o processo de humanização da pessoa e, através dela, de toda a Humanidade (MOTA, 2006).

Agostinho da Silva (2000b) considera que “praticamos o mais elevado dos cultos a Deus quando propagamos a cultura”, o que significa o derrubamento de todas as barreiras que se opõem ao Espírito, que para ele se constitui no engrandecimento da alma humana. Espírito para Agostinho significa uma alma livre, na qual “o homem tem de lembrar a perfeita unidade do mundo antes de as coisas existirem, e é o desejo de atingir a meta onde a perfeita unidade será novamente possível” (SILVA, 1999b, p. 291-292).

Como racionalista, Agostinho considera que [...] se a História ultrapassou o nosso controlo devemos voltar à alma – isto é, à acção individual, à crença de que não há nada no mundo que consiga quebrar uma mente resoluto, calma e inteligente [...]. (SILVA, 1999b, p. 292)

Então entendemos que Silva (1999b, p. 291) compreende o espírito como a mais alta elevação da alma humana com capacidade de ser livre, em busca da perfeição, vencendo as “forças cegas na natureza”, na qual inclui a “nossa própria natureza”.

Mota (2006, p. 99) exprime que Agostinho da Silva defende o princípio da universalidade, de modo que todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção, a nível de gênero, raça ou religião, possam ser educadas em todas as coisas e em qualquer época, sendo assim, a Educação deixará de ser “o simples saber e a cega obediência intelectual”. Uma compreensão ampla de cultura expressa, no diz que:

[...] a cultura deixará de ser “o simples saber e a cega obediência intelectual”, passando a ser “o espírito crítico, a tolerância, a coragem ante as pequenas e grandes dificuldades, a calma inabalável, o amor na Humanidade, a cooperação de todos para o bem de todos, a largueza das soluções inteligentes e nobres”. (SILVA *apud* MOTA, 2006, p. 99)

Analisando esta forma de ver a cultura, a Educação, em Agostinho da Silva, mencionada por Mota (2006), temos uma ideia posta de cidadania. Toda a obra e ação prática efetiva de Agostinho reúne um processo intrínseco de construção, de promoção e do aperfeiçoamento da pessoa integral, defesa contemporânea como paradigma de sociedade e educação. Ao que vemos, Agostinho pode ser incluído dentre precursores de tais ideias postos à educação, em particular, seu pensamento quanto aos objetivos da formação em nível superior, ainda em seus primórdios, no Brasil à época de sua inserção política.

As Diretrizes gerais e Estatuto da UNILAB, em que constam os princípios de atuação (por exemplo, artigo 5º do Estatuto), elegem, os seguintes argumentos: I – educação superior como bem público; II – universalização do conhecimento; III – indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, valorizando a formação interdisciplinar; IV – pluralismo de ideias, de pensamento e promoção da interculturalidade; V – inovação e valorização do uso de ferramentas tecnológicas; VI – ensino público e gratuito, com qualidade acadêmica e pertinência social; VII – democratização do acesso e das condições para a permanência na Instituição; VIII – respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente; IX – democratização da gestão – em nível institucional – do ensino, da pesquisa e da extensão, em permanente diálogo com a sociedade; X – flexibilização curricular, de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; XI – Internacionalização e mobilidade acadêmica e científica, priorizando a cooperação sul-sul.

Numa visão geral, mesmo estes princípios sendo comuns aos de outras universidades federais; num viés comparativo, apresentam as principais defesas de Agostinho para a atuação das IES no Brasil, que como podemos observar se consolidam hoje como suas finalidades precípuas. Exemplificamo-nas, portanto, com alguns incisos (em particular, os incisos III, VIII e o XI) presentes no Estatuto da UNILAB, nos quais encontramos algumas aproximações com as defesas desse pensador:

i. indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão com a valorização e formação interdisciplinar (inciso III, do Estatuto). Para a concretização deste princípio, a universidade, vem desenvolvendo ações de extensão, na arte e cultura que buscam o diálogo com toda a comunidade acadêmica e seu entorno. Os documentos apontam essa meta e entrevistados trazem a confirmação em suas falas.

As informações coletadas apontam algumas realizações nesse sentido, das quais elencamos algumas que se apresentam como perfilando um quadro mais geral das realizações desta instituição nesse aspecto.

- Através do edital do Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura (Pibeac), no momento, foram contemplados 49 projetos de caráter educativo, científico, tecnológico, cultural, esportivo e artístico o que contribui para a formação cidadã e ressalta a articulação entre Universidade-Sociedade, o que fortalece a missão da instituição.
- A UNILAB dispõe de uma incubadora tecnológica de economia solidária.
- Nos seis anos de existência, em particular, um dos projetos que envolve o entorno, intitulado “Quarta Cultural Maciço de Arte”. Semanalmente a universidade, às quartas-feiras, abre as portas para a comunidade com atividades de teatro, música, audiovisual, circo, etc.
- Outros projetos, como “A Ação Movimenta”³², desde 2015 e atualmente em sua 3ª edição, incluiu várias linguagens artísticas, realizou diversas ações, as quais se destacaram: 27 oficinas de formação, 2 residências artísticas, 30 apresentações, 2 exposições de artes visuais, mostras de teatro, cinema e capoeira, 2 festivais de arte e cultura e a criação de documentário. O grande objetivo das apresentações foi despertar a produção artística entre os cerca de 700 estudantes presentes durante as programações.
- A UNILAB participou do “Mais Cultura nas Universidades”, projeto do Governo Federal, e foi contemplada com financiamento de 20 projetos³³ a serem desenvolvidos no Ceará e na Bahia, envolvendo secretarias de Cultura e de Educação de municípios do Maciço do Baturité, no Ceará e Recôncavo Baiano, na Bahia, além de Associação de Moradores Coletivos Culturais, construídos a partir de debates entre todos os seus campi, sob a orientação da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (Proex). Conforme a notícia, a instituição afirma que no desenvolvimento do Plano houve um grande envolvimento entre os participantes do entorno da universidade que procurou “dialogar com as necessidades dos artistas locais”, abrindo espaço para implantar uma rede de cultura na universidade priorizando o respeito às linguagens artísticas já existente, os saberes populares, às tradições artísticas e à diversidade étnico-cultural. A Universidade conquistou este espaço,

³² Notícia veiculada em <http://unilab.edu.br/noticias/2015/07/20/acoes-de-extensao-arte-e-cultura>.

³³ Notícia veiculada em <http://unilab.edu.br/noticias/2015/07/14/plano-de-cultura-da-unilab-e-aprovado-e-beneficiara-20-projetos-nos-campi-da-bahia-e-ceara/>

concorrendo com outras universidades públicas do País, ficando em 10º lugar no ranking nacional e o 2º, dentro do Nordeste.

- Conta com o “Projeto de Extensão Café om Letras”, evento que ocorre todas as quartas-feiras, que está na sua V edição, e tem como proposta “congregar professores e estudantes em palestras sobre diversos temas de Linguística e Literatura” (UNILAB, 2016e).
- Foi instituído, através da Resolução nº 09/2016 (CONSUNI, de 13 de Maio de 2016), a instituição do Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (CEIAFRICA) da UNILAB³⁴. Em agosto de 2015, o reitor da UNILAB à época, professor Tomaz Aroldo esteve no Ministério da Cultura (Minc) com o objetivo de buscar apoio para a realização de um projeto que visava a “construção de um centro cultural, com equipamentos como cinema, teatro, biblioteca” para atender à comunidade universitária quanto à população local; além da criação de “um centro de referência sobre a África”, pois, na sua opinião, uma universidade de integração, singular como a UNILAB, não possuir um centro de referência desses é como “uma faculdade de medicina sem hospital”, salientou o reitor, Prof. Tomaz Aroldo (DAHER, 2015). A criação de centros de estudos como esse materializa o pensamento, ideais e, pode-se dizer ainda, tem origem na criação do primeiro centro de estudos realizado por Agostinho da Silva.

A propósito, sobre centros de estudos idealizados por Agostinho da Silva, Edson Nery da Fonseca, em suas memórias, em “Presença de Agostinho da Silva no Brasil” ressalta que em agosto de 1962, quando começou a ensinar na Universidade de Brasília, encontrou Agostinho da Silva instalado “num grande barracão onde fundara o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses” e um dia, “a UNESCO o convidou para uma temporada no Japão, no programa de aproximação entre o Oriente e o Ocidente” (FONSECA, 2007, p. 169).

Já o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás, que, segundo Agostinho da Silva em 1963, quando escreveu texto que fez menção ao segundo ano de criação, foi tido como parâmetro, para outros possíveis centros. É nesse patamar que temos o texto “Centro de Estudos Brasileiros”, escrito em 1963, por Agostinho da Silva, no Livro “Presença de Agostinho da Silva no Brasil”, escrito por Amândio Silva.

³⁴ A Resolução mencionada se encontra anexa à pesquisa.

Hoje, no seu segundo ano de existência, com muita boa resposta da população universitária, já o Centro mantém, a par do Curso de Estudos Goianos, um Curso de Estudos Brasileiros; espero que este domínio não fique apenas limitado a seus valores próprios, mas, na medida em que o plano de contenção de despesas do Governo lhe permite [...] leve a Goiás os melhores do Brasil, que muitas vezes, senão a maior parte das vezes, não estão nas Universidades, quaisquer que sejam as ideologias, porque na vida só é fecundo o diálogo, só é vivo o confronto de pensamentos, só fazem luz, não as idéias, mas os seus entrecosques. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás deve ser o ponto de reunião de todos os que se interessam pelo Brasil, em qualquer parte de seus aspectos e qualquer que seja o seu ponto de vista. (SILVA, Agostinho, 2007a, p. 111)

Diante dessa consideração, cabe indagar-nos, porque o silêncio de Agostinho no Brasil, se ele morou e atuou aqui?

Há no perfil biográfico de Agostinho da Silva uma inquietude, que nos chamou muito à atenção: o fato de o mesmo, não se fixar muito tempo nos lugares por onde passou, deixando seu legado. Seu biógrafo, Franco (2015) também ressalta esta inquietude, ao considerar Agostinho como “um bicho”, um “monstro”, inquieto, que está sempre em busca de outros caminhos, outras fontes a exaurir.

Durante o pouco tempo em que estive na Paraíba (1951-1953), Franco (2015, p. 410) relata uma passagem interessante sobre Agostinho da Silva,

[...] A seca no interior da Paraíba é cíclica e regular. Na transição de 1952 para 1953 atingiu um dos picos dramáticos, com gado morto e retirantes assolados pela sede e pela fome. Ao que Edson Nery da Fonseca reportou, o papel de Agostinho e de Judith foi notável. Ensinares partos de emergência, prestaram os primeiros socorros, deram cursos de culinária para fazer render os alimentos disponíveis, enterraram os mortos, vestiram os andrajosos. Eis a ação do Serviço de Paz Social no seu apogeu [...].

Nas memórias recolhidas por Amândio Silva (2007), de Milton Paiva (Professor da UFPB, que faleceu em 2002), que conviveu com Agostinho da Silva, aquele salienta que Agostinho da Silva esteve em João Pessoa entre 1952 a 1955, afirmando que, no interior entre 1952 e 1953.

São muitas as atividades que participava Agostinho da Silva relatadas por seu biógrafo. Nosso autor não ficava quieto, a ponto de sua inquietude, chegar a incomodar o próprio Governador da Paraíba, de quem era amigo, conforme salienta Franco (2015, p. 417).

[...] Edson Nery da Fonseca conta uma historietta menor que dá porém para avaliar o estalão da atividade dele na época. Zé Américo, governador da Paraíba, andava intrigado com Agostinho. O português aparecia em todos os lugares, animava todos os cantos, punha e dispunha do lugar. Até os cantadores populares começavam a fazer décimas para exaltar a sua ação junto dos retirantes (a fonte da afirmação está no filme-documentário de João Rodrigo Mattos). Bastava a mobilização do

Regimento de Caçadores, a criação do corpo de voluntários na Faculdade, o desenho do Serviço de Paz social com aquela sisuda prontidão do escutismo, para a vida de Agostinho aparecer numa cidade morta uma espiral revolutiva. Edson Nery da Fonseca, que estava em João Pessoa a projectar uma biblioteca pública estadual, iniciou então um curso intensivo de biblioteconomia. Ninguém esperava que Agostinho e Judith, com as surtidas em que andavam, se metessem na formação, que era exigente. Pois meteram-se e finalizaram ao invés de outros, muitos mais aliviados, que começaram mas não acabaram. Na sessão em que o governador do estado distribuía os certificados de conclusão deu de caras com Agostinho e Judith – fardados por certo com a roupa militante do Serviço de Paz Social. O romancista de *Bagaceira* não se aguentou e deixou escapar: ‘ Também aqui?!’.

E respondendo a nossa indagação, por que o silêncio de Agostinho da Silva? Talvez, como relatado por aqueles que o conheceram, conforme relato das memórias contidas na obra “Presença de Agostinho da Silva no Brasil”, de Amândio Silva, talvez, pelo fato dele ser humilde, aventureiro mesmo, da sua inquietude nata ou até mesmo da sua vida pessoal, uma vez que quando saiu de Portugal, deixou esposa e dois filhos pequenos, vindo a relacionar-se, no Brasil com Judith Cortesão, com quem teve seis filhos, conforme sua biografia, relatada por Franco (2015).

Ainda relacionando as aproximações entre os princípios fundantes, que se encontram nos documentos da UNILAB com o pensamento agostiniano, temos que sobre a cooperação Sul-Sul, o inciso XI, do Estatuto se reporta à Internacionalização e mobilidade acadêmica que prioriza a cooperação sul-sul. Vimos que este princípio é um reflexo da globalização, o que, de muito, Agostinho defendia.

A propósito, Agostinho da Silva, previu a globalização, com todas as suas nuances e consequências nefastas, ainda na década de 1950, além de despertar o interesse de nossa consciência, brasileira para a questão **lusófona e da África, na necessidade de uma unidade política, além de**, pela primeira vez, naquele tempo, nos alertar para a compreensão de nossas raízes culturais e ancestralidade. Compreendeu isso relacionando ao nosso futuro, advertindo para importância de uma política de unidade, com base na nossa língua comum. Sobre este aspecto José Aparecido de Oliveira, em suas memórias, citadas por Silva (2007), assevera sobre Agostinho:

O Professor Agostinho foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo que tendia para a globalização. Ele previu com todas as suas nuances e consequências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas lusófona, com relação à África. Foi ele que, pela primeira vez, naquele tempo, chamou a atenção para as nossas raízes. E, além disso, dava uma palavra segura de advertência com relação ao nosso futuro. E entendia que era importante fazermos uma política de unidade, de fundamento da nossa língua comum. E isso foi uma abordagem que

passou a ser feita e que chegou, inclusive, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP [...]. (SILVA, Amândio, 2007, p. 280)

Agostinho da Silva, pensava a “África como continente de articulação de um novo tempo para uma política de desenvolvimento”, os interesses, muito certamente, ligavam sua intelectualidade às demandas econômicas da época em que eram bem-vindas ideias/soluções criativas para o desenvolvimento do país. Ligado ao governo, provavelmente, aliava suas ideias impensáveis ao período histórico, em “vanguarda”:

[...] tinha uma exata consciência da importância disso, da África como continente de articulação de um novo tempo para uma política de desenvolvimento. E ele viu, naquele momento, uma formulação da política externa independente do Governo Brasileiro. Ele teve encontros com o Presidente da República, encontros promovidos, inclusive, por meu intermédio. E esse é um aspecto que eu sei que não é muito conhecido. Quer na biografia do Professor, quer nos documentos do Itamaraty. (SILVA, Amândio, 2007, p. 280)

No que se refere à “internacionalização e cooperação sul-sul”, vemos a concretização deste princípio insculpido no estatuto, em aproximações que denotam o pensamento de Agostinho da Silva sobre as relações entre o Brasil e a África. Ademais, é notório que ele tinha grande admiração por este continente e acreditava numa união de povos, além de defender a diversidade cultural e linguística dos povos africanos, se opõem ao que chama de falso pensamento de que “branco é professor de selvagem”, em uma também falsa ideia de hierarquização entre povos e pretensa ideia de civilização.

No que entendemos, essa afirmação a seguir destacada, ilustra bem tal referência ao pensador estudado:

Á semelhança de Portugal na Península, veríamos a Guiné como o ponto central de uma Federação dos pequenos países do Golfo, com a imensa importância de ser o lugar certo de uma experiência de organização em que tão numerosos e diferentes grupos de população pudessem conviver, **mantendo as suas línguas nativas, em que se lhes devia fazer a primeira alfabetização** e em que se exprimiria a vida local, mas tudo fazendo para que fosse o Português como deve ser em qualquer parte, língua de cultura, de comunicação intertribal e internacional, língua de acesso ao grande papel que todos os africanos têm de desempenhar na organização do mundo, ensinando ou lembrando, ao branco, todas as características de veneração da vida, de aceitação humana e de paz interior que tanto parece ignorar ou ter esquecido; **branco tem de pôr de parte a ideia do século XIX de que é professor de selvagem**; far-lhe-á muito bem que passe a ser aluno de gente primitiva [...]. (SILVA, 1999a, p. 108, grifos nossos)

Agostinho da Silva dedicou parte de sua vida no Brasil à construção de um Centro brasileiro dedicado ao estudo da África, no caso, o CEAO, localizado em Salvador, na Bahia. Foi pioneiro nessa defesa e implementação.

Seus registros biográficos indicam suas estreitas relações com a UNESCO e fez defesas contundentes de suas ideias no cenário internacional. Vejamos o que diz Edson Nery da Fonseca³⁵ sobre suas inserções nos meios intelectuais da época: “[...]. Ele foi convidado pela UNESCO a participar, no Japão, de um debate sobre as relações culturais entre o oriente e o Ocidente [...]”. O ano era 1968. De acordo com FaiAlentejo (2006, p. 14), nesse ano, Agostinho da Silva, foi a “convite da UNESCO, e com o apoio do Itamarati, proferir conferências em Universidades do Japão, em Macau e em Timor”.

Para Agostinho da Silva (2000b, p. 57), “uma universidade não é formada apenas de estatuto. Precisa haver a interação, cooperação entre todos os agentes sociais que dela participam. [...] Não bastam os estatutos para definir uma Universidade [...]”.

Por certo, Agostinho estava a falar que são as práticas cotidianas materializadas que fazem essa intencionalidade. A UNILAB tem isso em seus documentos, mas, estaria na prática a efetivar tais fundamentos? O que dizem os sujeitos da experiência na UNILAB sobre seus princípios filosóficos-educativos?

A professora do ICEN considera que a universidade se encontra em sua “primeira infância” e, sendo construída “tijolo por tijolo”. Ela faz essa assertiva, ao mencionar motivos de conflito pelo qual passou a universidade, em 2014 e 2015, então ela assevera:

E acho mesmo que nós já vivemos dois momentos difíceis, já vivemos pelos menos, duas grandes crises, coincidência sobre a vinda dos estudantes internacionais e acho que a UNILAB se colocou muito mal e lidou muito mal, com o conflito, coagindo, inibindo, constringendo, então eu acho que é uma universidade mesmo que vive a sua primeira infância e tem muito que aprender.

Por outro lado, à medida que a entrevistada nos responde à indagação para falar sobre a integração (embora não consideremos sua resposta satisfatória quanto ao entendimento de Agostinho da Silva sobre o tema), ela também está a mostrar a efetividade da universidade (no período, ainda, da sua “primeira infância”), de modo a consubstanciar o que se encontra nos fundamentos, postos nos documentos da instituição. De modo que ela considera que:

³⁵ Foi prof. da Universidade de Brasília. No artigo “Edson Nery da Fonseca: Encontros com Agostinho da Silva” publicado em “In Memoriam de Agostinho da Silva” livro organizado por Renato Epifânio, Romana Valente Pinho e Amon Pinho Davi. Para comemorar o centenário de Agostinho da Silva.

[...] tem muitas, tem muita coisa boa, tem muita coisa positiva, na UNILAB. Eu acho que, apesar da **redução**, mais ainda a presença dos estudantes internacionais; a proporção das políticas no plano da cultura, é na perspectiva de fazer uma integração. [...], então eu acho que programa de acolhimento ao estudante estrangeiro; é a preocupação de domínio da língua portuguesa, do desenvolvimento da competência. Eu acho que a valorização da diversidade linguística como ter projetos voltados para as línguas crioulas; é, têm muitas iniciativas; a luta da UNILAB pra que estudantes internacionais pudessem participar de programas da Capes. Então se a gente olhar, o programa do PIBID, que é um programa de iniciação á docência da CAPES é, pela portaria de 2010 só podia dele participar estudantes brasileiros e nós lutamos muito pra que os estudantes das licenciaturas, que são dos países parceiros pudessem também participar [...]. Então tem muitas lutas que a UNILAB desencadeou [...]. (Grifo nosso)

A redução a que ela se refere é que a presença dos estudantes estrangeiros, na proporção cinquenta por cento em relação aos brasileiros, foi restringida, contrariando, o que foi consolidado, inicialmente nas Diretrizes Gerais e Estatuto.

Levando-se em considerações esta assertiva da entrevistada, assim como outros que coletamos, se depreende a compreensão de que como instituição a UNILAB ainda está se delineando, tentando se construir para atender aos discursos postos em sua criação.

Concordamos com Agostinho quando nos faz pensar que não somente de documentos formalmente organizados, ou que pelo fato de grandes e paradigmáticos princípios se encontrarem no estatuto, isso se realize, mas é preciso que, efetivamente, exista a concretização destes princípios, por via da ação realizada por toda a comunidade que compõe a universidade, de modo que, encontramos na fundamentação da UNILAB, sua perfilação, características peculiares e sua missão, aproximações que denotam relações e que constituem reflexões que se alinham ao pensamento de Agostinho da Silva, ainda que sem nenhuma menção ou crédito ao seu nome.

A UNILAB, tal qual textualizada em seus documentos, talvez não “exista” ainda, concretamente falando, ou seja, na firme expressão de seus princípios proferidos (projeto filosófico, educativo, político e ideológico), porém, como afirmam seus protagonistas já conta com alguns “passos” dados em função de atender ao seu projeto enunciado na linguagem discursiva de seus documentos.

Na continuidade desse texto, faremos menção aos PPC do curso de Humanidades e Pedagogia, como recorte específico para análise, em função de serem estes os instrumentos que nos serviu de suporte para a elaboração, das entrevistas para os dois alunos estrangeiros e do questionário que foi aplicado para os alunos guineenses, para observarmos, se, a partir das disciplinas, eles conheciam a história e cultura brasileira, como se deu a dificuldade com a língua portuguesa aqui, no Brasil. No desenvolvimento da pesquisa, mostramos estes pontos.

4.2 Breve análise dos PPC's do curso de Bacharel em Humanidades e Pedagogia

Nesta seção, elegemos cinco categorias: “lusofonia”, “integração”, “currículo” e “ideias de Agostinho da Silva”, sob as quais buscamos expor alguns de nossos “achados” na pesquisa. Desta forma, procuramos sintetizar comparando documentos, entrevistas, e questionários, em uma “leitura” orientada sob os “grifos”, ou seja, sob os apontamentos da teoria agostiniana.

4.2.1 Diretrizes gerais e formação acadêmica: um recorte da integralização curricular

Conforme salienta Veiga (2010, p. 63), o Projeto político-pedagógico (PPP) deve ser concebido como a “expressão de uma vontade explícita e partilhada de uma instituição educativa”.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, é bem amplo, abrange todos os objetivos, estrutura, orçamento e conta também com os Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC's. Cada curso tem seu próprio PPC e nele se encontram descritos os componentes curriculares.

No decorrer de toda a pesquisa de campo, foi unânime, por todos os entrevistados e os respondentes do questionário, a referência a seis disciplinas que compõem o “tronco comum”³⁶ da matriz curricular de todos os cursos ofertados pela UNILAB. Para esses sujeitos, a inserção de referidas disciplinas comuns permitem que a universidade cumpra a sua missão, que a torna diferenciada das demais universidades brasileiras, que é concretização da lusofonia como princípio, e, por conseguinte, a integração entre todos os agentes que constituem a comunidade acadêmica, professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. As referidas disciplinas e suas respectivas ementas estão dispostas no Quadro 3, a seguir:

³⁶ Termo mencionado pela Profa. do ICEN e pelo Diretor do DRCA, durante as entrevistas.

Quadro 3 – Currículo do Curso de Bacharel em Humanidades – Ementa das disciplinas

Componente curricular	Ementa
Iniciação ao Pensamento Científico	A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens dos conhecimentos, epistemologia e paradigmas científicos. Iniciação científica e formação do pesquisador. Elementos que compõem a lógica do saber.
Inserção na Vida Universitária	Universidade e Sociedade. Universidade, Interculturalidade e Histórias de Vida. Tendências da educação superior: internacionalização e integração multi-escalar (local, regional, nacional e internacional). Educação Superior e formação multidimensional: princípios formativos. Diretrizes das políticas acadêmicas na Unilab: ensino, pesquisa e extensão. Universidade e Projeto Pedagógico do Curso. Universidade e Projetos de Vida
Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófono	O mundo que o europeu encontrou: o ordenamento das sociedades africanas e americanas antes do século XVI. Intercâmbios econômicos e culturais no contexto colonial – o tráfico de escravos. Índios e negros na construção da nação brasileira. Do pan-africanismo às lutas de libertação: a literatura como resistência e afirmação da identidade negra. Pós-independência: conflitos sociais e reordenamento político-cultural.
Tópicos Interculturais nos Espaços Lusófonos (40h/a)	A exploração das diferentes temporalidades do processo colonial, procurando abarcar práticas culturais, trocas e conflitos decorrentes do contato, com ênfase na análise de manifestações concretas surgidas desde o processo de ocupação, passando pelas lutas de resistência até a Independência e tomando como ponto de partida textos de natureza histórico-cultural, em que sejam consideradas mudanças, permanências e intermitências de crenças e valores no interior das diversas sociedades.
Leitura e Produção de Textos I (40h/a)	“Linguagem e Língua. Variedade linguística. Preconceito científico. Estratégias de leitura visando à compreensão e análise crítica. Mecanismos de coesão textual. Fatores de coerência textual. Progressão e continuidade textual. Tipologias de textos. As relações entre os textos. Produção textual de diferentes gêneros textuais. Adequação à norma padrão
Leitura e Produção de Textos II	Reflexões sobre as noções de texto e discurso. A produção de sentidos no discurso científico. Processos de textualidade em textos científicos orais e escritos. Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros: resenha, resumo, artigo, monografia, projeto de pesquisa, relatório de estágio.

Fonte: Elaborado pela autora.

As ementas destes componentes curriculares nos servem como suporte para refletirmos sobre seu possível papel e importância quanto os princípios da lusofonia e da integração, em particular, em relação, inclusive, a questão de se e como a partir das disciplinas propostas existe a apropriação da história e da cultura brasileira, e o contato a língua portuguesa, do Brasil.

De acordo com as diretrizes, a formação acadêmica é dividida em cinco momentos “inserção à vida universitária”, “formação geral”, “formação básica”, “formação profissional específica” e “inserção no mundo do trabalho”.

Na fase da pesquisa empírica, apareceram fortemente questões relativas à atividade de estágio supervisionado, componente curricular obrigatório, sua formatação e importância para a formação dos estudantes na instituição.

De acordo com o texto contido nas Diretrizes Gerais, página 11, a UNILAB deve planejar “um sistema de estágios” de modo que “[...] os estudantes, por meio de um sistema de estágios, retornem ao seu local de origem e, com monitoramento da universidade, apliquem os conhecimentos aprendidos”.

Na fala do Prof. Jaques Therrien, por exemplo, ocorre a defesa do estágio, que para ele, deve acontecer em dois momentos. O primeiro momento seria, para todos os cursos que estão previstos, tal como a componente, em função da natureza do curso, previsto para realizar-se a partir do terceiro semestre. Então, assim ele se pronuncia sobre a proposta contida na formatação dessa atividade, quando na elaboração inicial do PPC, sob sua competência à época:

[...] A partir do 3º semestre iria ter, todo semestre, um horário de estágio na região; no maciço de Baturite.[...] área de educação.[...] área de Administração, estágio com vivência do estudante no setor de Administração Pública no Município. Na área de Agronomia, a gente ficou conhecido lá no curso como a disciplina “pé na lama”, no sentido de estar presente no campo, no sentido simbólico de estar presente no campo.

A propósito de fazer conjugar a vivência do estudante, unindo sala de aula e campo, aliando teoria e prática, são recomendações contemporâneas que alicerçam e norteiam as discussões dessa área para a formação de professores e presentes na literatura contemporânea sobre Estágio Supervisionado (PIMENTA; LIMA, 2004). Efetivar a progressiva melhoria da qualidade das ações desenvolvidas em atividades de Estágio é um dos desafios atuais de formação de professores. Assim, entendido, é apresentada sua importância por pesquisadores, como Garcia (2012, p. 239), que o caracterizam como:

[...] o momento, previsto na estrutura curricular e possibilitado pelo Projeto Pedagógico do Curso, em que o estudante encontra-se consigo mesmo e aprofunda o nível de consciência em relação à profissão escolhida; Revê e reavê conhecimentos, reencontra postulados teóricos, adota alguns rejeita outros, mas, sobretudo, atenta para o compromisso e a responsabilidade de seus atos profissionais ante à sociedade, à vida de outras pessoas [...]. Tal consciência recai sobre [pensar] a formação de seus futuros alunos e o futuro educacional de sua nação, porquanto percebe-se como alguém que contribuirá, efetivamente, para a formação de mentes e mentalidades.

Nesse sentido, “[...] reúne cotidiano e diversidade, tempo e espaço, tensões e relações de poder, constituintes de uma cartografia propícia para que os estudantes reflitam acerca de sua profissionalidade” (GARCIA; LUSTOSA, 2013, p. 102).

A pretensão esperada de articulação entre teoria e prática e atuações em relação ao contexto em que está situada a universidade é também evidenciada em notícias veiculadas no *site* da UNILAB, em que se encontram elencadas outras atividades com essa pretensão:

1. “Alunos do Curso de Ciências Biológicas realizam palestra sobre a importância da preservação dos anuros” (UNILAB, 2016a). A palestra aconteceu no Campus das Auroras e faz parte do projeto desenvolvido durante a disciplina “Ciências Biológicas, do ICEN, ministrada pelo Prof. Jober Sobczak.
2. “Fazenda Experimental Piroás conclui Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é um Cadastro Ambiental Rural. A notícia se refere ao curso de Agronomia e a Fazenda Piroás desenvolve trabalhos de pesquisa e apoio didático às disciplinas do Curso, servindo a toda a comunidade acadêmica. Está localizada em Redenção-CE (UNILAB, 2016c).
3. “I Mostra de Práticas Agrícolas reúne estudantes, professores e comunidades” (UNILAB, 2016d). Referente ao curso de Agronomia, relatando a interação entre as 12 disciplinas de “Práticas Agrícolas”.

Veiculado um depoimento de alunos do curso, dentre elas, da aluna Suelly Mari Silva que cursava a disciplina “Práticas Agrícolas 12”, e que destaca a troca de experiências com as comunidades. Em seu depoimento: “o curso de Agronomia da UNILAB é o único que tem práticas agrícolas [...] é muito gratificante, pois não vemos tudo só em sala de aula, vamos pro campo e vivenciamos”.

Acentuamos que a ideia de universidade em Agostinho tinha sempre essa defesa: ele foi assaz defensor do ensino com impacto no contexto social e, principalmente, pela pesquisa, considerando esta como um dos pontos mais importantes para uma universidade executar no Brasil.

Ao que, *paripasso*, também pronunciava-se em críticas ao contexto educacional vigente no ensino superior, que ao seu modo de compreender deveria ser superado como forma de avançar:

Devemos estar menos preocupados em ensinar coisas aos alunos que preocupados em que eles as descubram. Temos de reorganizar todo o sistema educacional, de maneira que para o aluno brasileiro haja mais esforço no sentido de descobrir a realidade do que ela ser comunicada por um professor, sob crença. (SILVA, 2000b, p. 55)

Seus pronunciamentos nos dão ideia das universidades do Brasil nesse período. Além do que já apresentamos sobre a UNB, encontramos menções suas louvando as práticas

da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, porque, em especial, destacando que ela permitia que alunos participassem de pesquisa. Eis o que ele diz sobre o assunto:

[...]. Quando se faz uma experiência como essa de Ribeirão Preto, da Escola de Medicina em que os alunos faziam pesquisa juntamente com os professores, os resultados são extraordinários e os alunos aprendem aquilo que é necessário para continuar pesquisando. Lá, eles não aprendiam uma série de lições no vago, no vazio, tendo continuamente protelada a sua força de imaginação e a sua capacidade criadora. (SILVA, 2000b, p. 55)

Ainda, condenava veemente o fato de o aluno ter somente teorias sem uma conjugação com a prática, ser obrigado a acreditar, por exemplo, na formação em Química, que há oxigênio porque aceita o que o professor falou, pois acredita que este “não iria lhe mentir”. Para ele, o sistema educacional precisava ser reorganizado, de modo a proporcionar ao aluno brasileiro, “esforço no sentido de descobrir a realidade” e não esta ser colocada como na “crença” de um professor ou em seus valores e referências como detentor da verdade. Em seus argumentos, o aluno que “nunca viu, que nunca olhou, com o qual nunca fez nenhuma experiência, como poderá então, chegar á verdade?”. “[...]. Então, nós vemos num sistema de crença até a Universidade, acreditando no que o professor nos diga, obrigados a responder na prova aquilo que o professor acha que é verdade [...]” (SILVA, 2000b, p. 55).

Silva (2000b, p. 55) menciona a experiência vivenciada por uma Universidade, a qual aplicou uma prova e que não se podia substituir uma palavra por um sinônimo, “porque a outra palavra é que estava no caderno do corrector da prova e não o sinónimo. Quando nós temos Universidade deste tipo, que não dá possibilidade nenhuma para pesquisa, que não incita o aluno à leitura [...]”, agindo assim, Agostinho conclui que “estamos possibilitando que os alunos sejam mutilados”.

Na fala dos estudantes estrangeiros entrevistados (angolano e guineenses), verificamos que todo o sistema de estágio da UNILAB acontece no Brasil (maciço de Baturité) e não como previsto nas diretrizes gerais, em que deveria acontecer no país de origem do graduando, como pronuncia o professor Jacques Therrien: “O estágio final do curso deveria ser feito nos países de origem, com tutor do país de origem e não haveria a necessidade de voltar ao Brasil”. Segundo nos informou um dos alunos:

Bom, não tem essa particularidade, obrigatoriedade, não; eu acho que é aqui mesmo que nós vamos estar estagiando. No meu curso pelo menos nunca ouvi falar sobre isso, de que é obrigado ir, ou seja, voltar ao país de origem, pra fazer o estágio. Pelo menos não tem nada, assim por escrito, que diga que nós somos obrigados a voltar.

Eu não pretendia voltar, mas pela necessidade de meu país, eu me sinto obrigado de voltar pra contribuir pra minha terra [...].

Da fala de João, constatamos, claramente, o seu desconhecimento sobre o que preceitua as Diretrizes Gerais quanto ao estágio final. Este desconhecimento não faz parte do que diz, porém, Felipe, estudante, angolano, que acentua o fato de todos os estágios, pelo menos para ele, terem acontecido no Maciço do Baturité, inclusive o final. Eis a fala de Felipe,

Bom, isso é que diz o regulamento da universidade, né. É, mais realmente os estágios estão a ser realizados aqui. Todos os cursos realizam o estágio aqui no Brasil. Divia ser lá, né. E Por que que não é lá, até agora não sei, não sei explicar. Mais os estágios têm sido realizados aqui, com bastante normalidade Somos bem recebidos. As escolas, como o meu curso pra, 'E Licenciatura, né, Biologia, as escolas têm sido bastante é hospitaleiros é, né. Porque eu eles vejam que são pessoas vindos de outros países que tem outras culturas e outras formas de convivência. Nós estagiamos mesmo aqui na Região do Maciço do Baturité, e esse é o meu último estágio, o estágio seis, já é o último estágio para encerrar todos os estágios. Então assim, não tivemos dificuldade de estágio, não.

Quanto à obrigatoriedade do estágio final, no país de origem, apesar de afirmado a no regulamento, na prática, não vem ocorrendo. Sobre isso, o Professor Jaques Therrien, reafirma seu posicionamento: “o estágio final deveria ser no país de origem, com retorno do estudante para lá, de acordo com as Diretrizes Gerais, pois, afinal é muito do dinheiro público brasileiro investido!”. Ele ainda informou-nos que “Se o grande objetivo da UNILAB é promover a cooperação entre os países parceiros, de modo a ajudar na construção do ensino superior, para estes países, não fazia sentido ser de modo diferente e o estudante ficar aqui”.

A parte as opiniões, o fato é que a escuta aos estudantes estrangeiros se depreende a falta de um maior esclarecimento sobre a questão, inclusive sobre a permanência desses estudantes no país, assunto que não nos cabe aqui discorrer, uma vez que não ouvimos a equipe pedagógica responsável pelo assunto.

Conforme informações dos estudantes estrangeiros entrevistados passando a realização do estágio final a acontecer em território brasileiro, o próprio retorno do aluno a seu país de origem ficaria como uma opção/indicação e não uma obrigatoriedade.

O que pensaria Agostinho da Silva sobre essa situação?

A esse respeito, ousamos aproximar tal situação de outra em que Agostinho fora mentor do projeto inicial e da qual tentou imprimir suas ideias na estruturação, como o caso de criação da UNB. Agostinho idealizara a UNB como uma universidade inovadora, estabelecida em sua missão a “integração nacional”, pensada de forma em que:

[...] alunos que viessem de todos os Estados do Brasil por concursos locais, que aqui viriam conhecer-se uns aos outros, viver na capital do país e que exatamente porque essa capital não tem mercado de trabalho seriam devolvidos aos seus Estados para lá implantarem uma cultura mais avançada do que aquela de onde provavelmente eram oriundos. A Universidade de Brasília tinha, portanto, as suas estruturas para estes fins [...]. (SILVA, 2000b, p. 41)

No ideal de Agostinho – os alunos da UNB, depois de formados com excelência por aquela instituição, voltariam a seus estados brasileiros de origem, por questões sócio-político-econômicas circunstanciais, de forma a fortalecer seus estados na inovação, desenvolvimento e progresso necessários.

Apropriando-nos do pensamento do autor, consideramos que ele defenderia veementemente o retorno dos estudantes como contributo social aos seus países de origem.

Por outro lado, problemas de ordem estrutural também limitam esse “ideal”, pois, como realmente poderia acontecer o estágio com intercâmbio com outras IES nos locais de origem dos estudantes, quando, como, no caso de Guiné-Bissau, que nem a Universidade pública se encontra funcionando?

O retorno aos países de origem passa também por outros desafios. Apesar de Felipe, um dos estudantes, nos asseverar “que eu estou voltando para o meu país”, porém, demais colegas se perguntam sobre a aplicação dos conhecimentos aqui adquiridos em nossos países. São tantas questões implicadas nesse relato: os conhecimentos adquiridos pelos estudantes podem ser postos em prática em seu país de origem? Será que a realidade que eles vivenciam aqui pode ser transposta para seus países? *A priori* os conhecimentos científicos são universais, mas existem realidades que são de cada região geográfica e culturais que não se pode aplicar em outro lugar, pois são situações distintas. Parece-nos mais um dos grandes desafios que lida a instituição.

Outra situação a esta imbricada é o fato de estudantes não manifestarem interesse em retornar, considerando a possibilidade de permanecer no Ceará: o que dizer sobre oportunidades a estes estudantes estrangeiros que vieram para estudar na UNILAB e resolvem permanecer em território brasileiro, no Ceará?

A isso, cabe uma reflexão: se o governo brasileiro vem concretizando o desenvolvimento de curso superior para colaborar com o desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional desses países, não seria mais justo que estes estudantes retornassem a seu país de origem, para lá dar a sua contribuição obrigatoriamente?

Notadamente, parece uma questão pertinente, uma vez que existe um preço social que os brasileiros estariam pagando, pela manutenção financeira, por impostos da população,

envolvidos na criação e manutenção de instituições públicas de ensino desse tipo. Além disso, também tem envolvida a não destinação de possíveis vagas a própria população local, especialmente aquela que se localiza no maciço de Baturité, em detrimento a um projeto maior de cooperação internacional a esses países. Por questão ética, não seria necessário retornar a seus países de origem e lá dar retorno de todos os conhecimentos adquiridos via formação?

4.3 Em diálogo, os sujeitos do processo educativo da UNILAB e o pensamento agostiniano

Sob a óptica dos sujeitos que estiveram presentes no início da criação e instalação da UNILAB, exponencialmente para esse estudo, temos a professora do ICEN (Jaqueline Freire) e o Prof. do GT “Formação de Professores” (Jaques Therrien), aos quais recorreremos, em particular, nesse momento, a suas opiniões sobre suas participações nesse processo e acerca das dificuldades de implantação da Universidade.

A Professora Jaqueline Freire, do ICEN, que antes era dos quadros da Universidade Federal do Pará, faz parte da primeira seleção da UNILAB, na qual foram selecionados 15 Professores doutores; em suas memórias, diz recordar muito bem dos fatos sobre o início da implantação desta universidade.

[...] entre junho e outubro de 2010, cada um dos professores aprovados foram chegando, e na primeira reunião para que todos se conhecessem, que aconteceu durante um “seminário curto”, no qual foram “apresentadas algumas diretrizes” e todo mundo que iria participar da implantação se conheceu e foram apresentados ao Professor Paulo Speller, o primeiro Reitor *Pró-Tempore*. No seminário todos ficaram a conhecer a singularidade do que seria a UNILAB.

O Seminário objetivava reunir as pessoas envolvidas na criação da UNILAB e apresentar as orientações sobre o projeto e ideias dessa universidade, que já se encontravam traçadas sob a ideia do Governo Federal, portanto, cabendo-lhes, discutir sobre sua implantação, pensar opções sobre local de instalação do Campus sede, cursos que ofereceria e respectivamente, seus projetos pedagógicos. Eis o fragmento da fala da entrevistada,

[...]. Em agosto teve um seminário onde foram apresentados, já na forma de documento, essas diretrizes e a gente pode ver ali que a UNILAB era uma universidade que tinha uma série de singularidades, no seu projeto. As singularidades são decorrentes não apenas pela sua missão de integração internacional, mas também com o propósito de ser uma Universidade no regime

acadêmico trimestral, de ser uma universidade residencial, de ser uma Universidade de tempo integral, que são características que não são típicas de uma universidade. E aí pra nós também foi uma novidade muito grande, e nós fomos fazendo o esforço de implantar a UNILAB [...].

A entrevistada assevera também sua participação direta na elaboração do Estatuto da UNILAB. Nesse patamar, manifesta preocupação, com as mudanças que aconteceram recentemente com a alteração do Estatuto, já mencionado, ao que diz: “[...] eu me coloquei assim como prioridade, de participar de todas as audiências; a minha questão principal é que é o que define a alma da Universidade”. Era garantir que esse estatuto, ele não se desviasse do que constitui a razão de ser da UNILAB. Comenta que a Universidade começou a funcionar, em 25 de maio de 2011, numa data alusiva que é comemorado o “Dia da África” e que os cursos da época foram cursos que:

Entre outubro de 2008 e 2009 o Paulo Speller e a Maria Elias, que então foi a primeira vice-reitora da UNILAB, viajaram pelos países parceiros, reuniram-se com os ministérios da educação pra fazer também uma escuta do que seria as potenciais demandas. Então, os primeiros cursos foi Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, com quatro habilitações: em Química, Física Matemática e Biologia. O segundo curso foi Administração Pública, o terceiro, Engenharia de Energias, o quarto foi enfermagem e o quinto Agronomia. Então, a gente foi implantado com cinco cursos, sendo um de cada grande área do conhecimento.

Um ponto comum entre todos os servidores da UNILAB entrevistados é a dificuldade de moradia na localidade e/ou proximidade ao campus, especialmente logo no início, quando Redenção, onde está o Campus Sede, não estava preparado com imóveis para aluguel, o que, tornou muito oneroso, além das questões de residência para os estudantes estrangeiros.

O professor Jacques Therrien também conta sobre os trabalhos de implantação. Na sua fala ele rememora:

[...]. Então foi criado no Brasil, um grupo [...] a Comissão de Implantação [...]. A Comissão era pessoas de notório saber de Universidade mais o pessoal dos ministérios. Aí foi nomeado o Prof. Paulo Speller para ser coordenador e Reitor, para montar o projeto de uma Universidade que começava com uma ideia [...].

A UNILAB é iniciativa do Governo Federal baseada na sua política de Educação Superior voltada para a integração com os países da CPLP. O professor Jacques Therrien a ideia de aproximação com os países falantes da língua portuguesa.

[...] A UNILAB foi criada através de uma discussão projeto do Governo federal que previa três universidades; uma em Foz do Iguaçu que pegava a região Sul, aqui o Ceará mais que pegava os países de língua portuguesa, do outro lado do rio, como diziam, e outro no Amazonas, onde pegava os países Norte da América Latina. Era uma política de aproximação dos países da América Latina, que foi claramente defendida, difundida como três universidades voltadas para gerações, formação universitária mais em contato, tanto é que a UNILAB se conhece, metade das vagas é, são, vão ser ocupadas, prioritariamente por países da África de língua portuguesa e no Sul também tem vagas para Amazonas. O projeto da Amazonas demorou. Mais as três foram nesta perspectiva.

E por que em Redenção-CE?. Em resposta a indagação quanto ao porquê de ser sediada no Ceará, segundo Jacques Therrien,

[...] já vinha-se há tempo pleiteando uma nova universidade federal. E aí veio a questão. Redenção foi a primeira cidade que libertou os escravos, simbolicamente. Agora na realidade, o que o Ceará tem a ver com isso? A Bahia tem muito mais a ver com isso. O Ceará é muito mais de descendência indígena que origem africana. Mas, juntou o útil ao agradável, e as questões políticas.

Consideramos que com esta assertiva o entrevistado, bem como adiante, a postura do Senador Tasso Jereissati, mencionado por aquele, refletem o que na pesquisa de Santos (2007) aponta como dificuldades no reconhecimento da “existência de cultura afrodescendente no Ceará”.

De acordo com Santos (2007), tivemos uma “construção ideológica que negava a história real do estado” e, que, por esta ideologia, a ausência de produção açucareira, teria sido o fundamento que o estado do Ceará aboliu, quatro anos antes, seus escravos.

A postura do Prof. Jaques Therrien (como do próprio Senador por ele mencionado, adiante) denotam um grande equívoco e ratificam que a cultura afrodescendente, no Ceará, permanece ainda de forma “invisível”, o que, segundo a conclusão de Santos (2007) há uma necessidade de “revisão das fontes históricas do estado do Ceará”.

Quanto aos desafios e as dificuldades que ocorreram durante a fase de implantação da universidade, em suas memórias Therrien enfatiza: reuniões que aconteceram em Fortaleza que, em cada uma delas, reuniam-se pessoas diferentes, de grupos diferentes e não se chegava a acordos, quanto ao planejamento do projeto político-pedagógico de cada curso (que eram cinco, inicialmente, que considerados como áreas prioritárias).

[...]. Cada reunião era um grupo diferente. Pessoal que vinha do Chuí, até Amazonas, convidavam pessoas internacionais também para discutir o projeto [...]. O que eu fiz: convidei a Professora Ana Iório – aposentada da UFC [...] e um prof. da Matemática, um professor da Biologia, um da física e outro da Química, porque

nossa tarefa era montar um curso de Ciências Naturais, Ciências da Natureza e Matemática [...].

A proposta inicial do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, coordenado e organizado pelo entrevistado e o GT que formara a partir de colegas por ele convidado, com expoente de formação nessas áreas, nas quais os alunos quando formado, viriam a ser professor.

Há um momento em que o entrevistado assim se reporta quanto ao aluno egresso do curso de Ciências da Natureza e Matemática:

A nossa proposta foi capacitar os graduandos a trabalhar tanto nas séries iniciais como nas séries finais, então, para atuar no ensino básico você tem formação na área de Ciências da Natureza e Matemática; [...] no ensino médio, Química, Física, Matemática [...].

O professor explica as particularidades da proposta de formação da área na UNILAB:

Tem que ter uma formação específica. Ele pode ser formado em Química, mas, podendo ensinar na Educação Básica Matemática e Química, pois, a formação do curso é em Ciências; no entanto, no ensino médio, somente poderia ensinar Química, uma vez que para esta modalidade exige formação específica.

O entrevistado foi convidado para colaborar com a construção do projeto político do curso de Ciências da Natureza e Matemática e defendeu este modelo. No entanto, hoje o projeto político do curso não é mais desta forma³⁷. Durante a entrevista, ele mesmo demonstrou contrariedade a esta mudança na estrutura do curso.

Ele relata os impasses e tensões que marcaram o momento dessa discussão:

[...]. Ao mesmo tempo funcionava outro grupo na área de Agronomia, mas que seria em função da região do Maciço de Baturité mas que também pudesse trabalhar nesta perspectiva. Administração a mesma coisa. Quando terminou este período e chegou

³⁷ Acompanhamos as notícias no site da UNILAB que tinham ocorrido mudanças na estrutura do PPC do curso de Ciências da Natureza e Matemática. O curso tem habilitação específica na sua nomenclatura. O aluno angolano entrevistado menciona o fato e diz que seu curso é Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática com habilitação em Biologia. O professor critica a mudança, pois defendia que cada aluno fosse capacitado para ensinar as Ciências da Natureza e Matemática, no ensino fundamental e a habilitação específica no ensino médio. Como está, no entendimento do entrevistado (Jaques Therrien) o aluno só pode ensinar a sua habilidade específica.

a hora de aprovar este projeto que estava tramitando devagar, aí havia vários movimentos³⁸ vindo da Bahia.

O professor Jacques explica esses movimentos assim intitulados como que vindos da Bahia:

Os movimentos vindos da Bahia atrasaram as discussões no Projeto de criação da UNILAB. Eram questões de interesses políticos, na bancada do Congresso Federal fizeram alterações no projeto, chegando ao ponto de o *Campus* de Redenção ficar ameaçado; a luta de alguns deputados da bancada cearense a favor, porém, um senador cearense se manteve contrário ao projeto UNILAB.

O entrevistado afirma que o Senador Tasso Jereissati³⁹ defendia que a UNILAB deveria ficar na Bahia, pois lá reunia condições para isso, presença de maior número de afrodescendentes, que a História do Brasil começou por lá, que no Ceará não haveria necessidade de uma universidade deste porte. Eis o fragmento da fala do entrevistado: “O Tasso entrou, defendeu a proposta para ser lá [na Bahia]. Foi uma negociação que atrasou. Um Senador cearense, estava negando uma universidade para o Ceará”.

Como ilustração desse impasse político, trazemos à baila a notícia veiculada no site da universidade, datada de 7 de julho de 2010, com o seguinte título: “UNILAB de Redenção gera discussão entre Deputados” (UNILAB, 2010). Em contraponto, temos, de acordo com o texto contido em “Discursos e Notas Taquigráficas” da Câmara dos Deputados, o protesto do Dep. Chico Lopes contra o Senador Tasso Jereissati, no qual aquele Deputado acusa o Senador de ser contra os interesses do próprio Estado que representa. Eis um trecho do discurso:

[...] No Senado, a Bahia ganhou mais 2 Senadores: Aloizio Mercadante e Tasso Jereissati, que é o Relator da matéria, e que, no seu lamentável parecer, acatou 15 emendas que prejudicariam o Ceará, Estado escolhido para sediar a UNILAB, em função da história. Foi uma maneira de privilegiar a ação do herói Dragão do Mar. Não temos nada contra a Bahia, Minas Gerais ou qualquer outro Estado onde haja negros. Eles têm direito a entrar na universidade. Infelizmente, o Sr. Tasso Jereissati prejudica a matéria no item 1 do relatório. Os cargos já foram criados mas vão ter de ser divididos ao meio para o *campus* avançado da Bahia. S. Exa. Não presta um serviço aos negros deste País, mas cria dificuldades para a instalação de mais uma universidade no Ceará. Contra isso nós vamos protestar. [...]. (DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRAFICAS DA CAMARA DOS DEPUTADOS: Sessão:152.4.53.0, de 20/06/2010)

³⁸ O entrevistado se refere a movimentos contrários à instalação da UNILAB no Ceará que tiveram reflexos políticos.

³⁹ O Senador Tasso Jereissati foi o Relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado que discutiu a criação da universidade.

O destaque do trecho acima é tão somente por considerarmos como relevante diante do que foi trazido na fala do entrevistado (prof. coordenador do GT Formação de Professores, no decurso da implantação da instituição), diante de suas memórias sobre a implantação da UNILAB. Também porque aparece na fala da Professora Jaqueline, quando esta menciona uma crítica sobre a atuação política de Tasso Jereissati, na defesa de seus interesses e contrários em relação à implantação da universidade. Nesse sentido, ela se pronuncia:

[...] é uma universidade que não teve ainda a sua primeira eleição para Reitor, que não tem reitor com mandato, que não tem as suas institucionalidades asseguradas é universidade que fica muito vulnerável. Então assim, eu pessoalmente não quero nem pensar o que seria uma UNILAB sob o comando do Senador Tasso Jereissate, por exemplo.

Ainda, segundo o Prof. Jaques Therrien, as negociações, para aprovação de Redenção como um dos *Campi* da UNILAB, atrasaram muito a criação e quando, efetivamente ela foi criada por lei, o entrevistado foi nomeado Pró-Reitor de Graduação. Ele nos informou que passou somente seis meses, informando ainda, que participou no início do acompanhamento da construção do prédio; e que também ocorreram atrasos.

Acrescentou ainda que, no início, a Prefeitura de Redenção cedeu o espaço, onde está o *campus* da Liberdade, que lá foi preciso fazer uma reforma, que não tinha local para as reuniões e, por isso, elas aconteciam, muitas vezes, no espaço da UFC, em Fortaleza, devido ter sido professor desta instituição e ter acesso facilitado para tanto. Durante as negociações para a compra do terreno do *Campus* das Auras, houve também muitas discussões, apesar de ser um terreno meio inapropriado “de áreas mais abertas [...] com vários desníveis, mas enfim, estava definido [...]”.

O Professor Jacques se refere ao projeto do *Campus* das Auras, que ainda se encontrava à época da entrevista em fase de construção, esperado como um espaço mais completo para sediar a universidade, que abrangeria, inclusive, os alojamentos (prédios residenciais) destinados a estudantes e professores. O conhecimento do professor reúne a participação em várias fases, incluindo ter participado da implantação, acumulando, inclusive diversas funções e chegando a “acompanhar a licitação da obra no início da construção”.

Salientamos que, o *Campus* das Auras, é a área de “maior concentração de atividades acadêmicas e administrativas”⁴⁰. Este *Campus*, localiza-se nos Municípios de

⁴⁰ De acordo com o PDI da UNILAB.

Redenção e Acarape e, realmente, foi palco de divergências sobre sua localidade e adequação aos propósitos, como retrata Brito (2013) em matéria veiculada sob o seguinte título: “Prefeitos de Acarape e Redenção reclamam área”. O campus das Auroras é localizado na encosta da serra, mesmo com estudo técnico anterior contrário a sua viabilidade para construção.

Foto 1 – Vista do Campus das Auroras



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A foto mostra o *Campus* das Auroras, que hoje, seis anos depois de criada a UNILAB, ainda está em construção. Sobre esta construção, quando realizada a entrevista coletiva com os estudantes, muitas foram as críticas no sentido de que os alojamentos, cinco anos após a instalação da UNILAB, ainda não se encontram prontos e os mesmos ainda conviviam com a situação de pagar aluguel caro, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por uma casa com uma sala, dois quartos e uma pequena cozinha, o qual dividem entre eles o valor.

Outro aspecto relevante que consideramos, na implantação da universidade e discutido pelo Prof. Jaques Therrien foi a questão da permanência do estudante estrangeiro, dentro da universidade. Durante a entrevista, expõe as indagações que tinham sobre o acolhimento aos estudantes, ao chegarem à Redenção: “O estudante vai ficar onde, quem vai receber? Então discutimos também o que seria todo aquele que seria o primeiro ano: a recepção, apresentação da universidade, os pontos centrais. Universidade de tempo Integral”.

Impasses dessa ordem ainda persistem. Ao que podemos constatar, as dificuldades nas ações para sua operacionalização inicial, permaneceram por mais tempo, outras ainda se fazem atuais. Elas compõem os desafios ao seu funcionamento e a sua idealização.

Outra discussão que foi ponto de tensionamento e disputas ideológicas internas, se fizeram pertinentes ao sistema da **trimestralidade**, aspecto mencionado por todos os entrevistados, alvo de discussão e, por fim, só mais recentemente, em 16 de setembro de 2016, passado por modificações. O sistema da trimestralidade, ao agrado de uns e desagrado de outros, foi alterado para semestral, comum às universidades brasileiras.

As peculiaridades da universidade, como o “regime acadêmico trimestral”, desde a implantação e até bem recentemente, o fato de ser uma universidade residencial e de tempo integral, também geram necessárias problematizações. Em todos os nossos contatos, no *locus* da pesquisa, quer com professores, técnicos em assuntos educacionais ou mesmo estudantes, este tema veio à tona.

Nesta linha de raciocínio, temos a fala do Prof. Therrien remete-se a nos esclarecer a razão de ser da trimestralidade, em particular. Para o professor, o princípio que justifica e que fundamenta a trimestralidade é o aluno, posto, já que veio aqui para estudar, fora de seu país. Assim, pensou-se, segundo o entrevistado, que o tempo referente às férias, deveria ser utilizado para algumas atividades acadêmicas que não envolvessem aulas, mas com atividades relacionadas às manifestações da cultura de cada país, de modo a promover maior integração e unidade entre todos.

[...] em vez de ser dois semestres, são três. Porque três? Porque ficava um quarto bem e não fazia sentido ter 2 ou 3 meses de férias. Os estudante externos ficariam fazendo o quê? Então, se pensou muito mais universidade em tempo integral, organizada em 3 semestres eletivos. [...] porque tinha que assegurar uma universidade funcionando direto. [...] Todos os estudantes tinham que vir com tempo integral, inclusive os brasileiros, deveriam ser residentes. Bom, quem era de Redenção, ou ao redor, não. Mas quem era de fora, tinha que ter residência, mesmo os brasileiros. E a concepção que se tinha é que tava prevista a vinda de professores para se integrar [...].

Sobre as discussões que envolviam o fim da trimestralidade ou não, e os impasses e divisões de opiniões internas, o professor deixara transparecer sua contrariedade ao saber que este princípio estaria à época em vias de ser alterado para a semestralidade. Para ele, com isso a UNILAB perdia um dos aspectos que refletiam diretamente em sua singularidade: “o tempo integral, que era marcado pela trimestralidade”. Na visão do entrevistado, “o tempo integral tem esta característica que é a permanência total do aluno no espaço da universidade”.

A questão da **trimestralidade** havia sido algo bastante discutido no processo de implantação⁴¹, e posteriormente, por ser o alvo de modificação pelo novo estatuto da UNILAB. Para que houvesse a alteração, foram instituídas, pela Portaria GR N° 578, de 12 de junho de 2015, seis reuniões (ocorridas na sala de videoconferência do Campus da Liberdade, com transmissão para o Campus dos Malês), das quais como síntese trazemos, no anexo, as “Considerações da Comissão do Estudo do Regime Trimestral”, no qual relata tal processo e suas justificativas.

Sobre a trimestralidade, em ilustração algumas opiniões divergentes. A fala dos alunos guineenses, entrevistados é convergente: percebemos que eram favoráveis a mudança para o regime semestral, como as demais universidades, pois, do jeito que estava (por ocasião da entrevista) “o tempo era muito corrido, não conseguiam estudar para aprender, e sim para passar de ano”. Também percebemos o mesmo sentimento quando em conversas “informais” com os alunos brasileiros do curso de Engenharia Renovável, que consideram “o curso muito corrido, o que faz com que o aluno tenha que estudar bastante para passar nas matérias”. Todavia, quando entrevistamos João, este acabou fazendo referência sobre a questão da trimestralidade também e nos diz que “gosta do curso, mas considera que, no que diz respeito às disciplinas, aprende menos do que suas expectativas”. Isso acontece, na opinião do estudante, por considerar, “tudo muito corrido”, o que ele acredita que seja resultado da trimestralidade. Então, ele “acaba apenas estudando para ser aprovado”. Eis o seu depoimento:

Em relação as disciplinas, eu acho que eu aprendo bem menos; a gente não estuda pra poder aprender mesmo. Eu não sei se é por causa do regime trimestral que faz com que a gente não conseguia aprender bastante, mas, Eu estudava no início para poder aprender, mas agora não, porque ninguém vai avaliar o meu aprendizado. O que o professor avalia é a pontuação. Então, em vez de eu estudar para aprender, eu estudo pra poder ganhar a pontuação. Eu acho que deveria ser ao contrário mas se eu fizer isso, se eu estudar para aprender eu vou acabar reprovando, me atrasando no curso.

Já a opinião de Renata Aguiar Nunes, Secretária da DRCA é divergente quanto à trimestralidade. Assim, afirmamos, pois, quando lhe perguntamos o que achava da trimestralidade, ela nos disse que acredita que as Diretrizes Gerais da UNILAB deveriam ter sido mantidas, para que a ideologia, da Universidade não perdesse sua essência; para ela, a questão da alteração no regime de trimestralidade seria uma forte ameaça ao Projeto Inicial.

⁴¹ Nos referimos a processo de implantação porque é muito recente, não dá para ser avaliado seus efeitos.

Na opinião da entrevistada, alterar o regime da semestralidade para a trimestralidade, altera a lógica do projeto.

O professor Jacques Therrien, sobre essa temática da trimestralidade, assevera:

[...] a trimestralidade, isso tem uma lógica dentro do projeto. Um grupo de professores reivindicou que não se fizesse mais o regime trimestral, que fosse semestral como são as outras universidades, mas, isso foge ao projeto UNILAB, mas isso também passou pelas reuniões que decidiriam se poderia haver essa modificação e, ao que parece, vai haver modificação. [...].

E foi o que ocorreu. A alteração das Diretrizes Gerais da UNILAB, no que diz respeito a trimestralidade teve aprovação.

Em continuidade, argumenta sobre os riscos de se desvirtuar o projeto inicial: [...] então, da mesma forma que houve essa modificação, há outras e outras ideias que acabam sendo passadas, perpetuadas entre alunos, entre professores entre técnicos e que fogem ao projeto UNILAB, o projeto inicial. Eu acredito no projeto mas é necessário que ele seja sempre lembrado.

A Professora Jaqueline Freire pontua, ainda, suas explicações em defesa do ensino superior para africanos, praticado pela UNILAB, em específico:

Não existe nenhuma perspectiva de discriminação [dos alunos oriundos de Portugal] [...]. A UNESCO vinculada a ONU promove as conferências mundiais; e o mundo pactuou em 98 e 2009, reafirmado que o mundo deveria se mobilizar em favor do ensino superior africano. Então, por que vem africanos para o Brasil? É na perspectiva de gerar oportunidades de acesso aos africanos; oportunidades de inclusão.

Na fala da entrevistada, a UNILAB, veio para concretizar a inserção de estudantes africanos no ensino universitário, como forma de efetivar o contido nas duas Conferências Mundiais sobre o Ensino Superior, ocorridas em 1998 e 2009, por isso, quanto a não cogitação de estudantes portugueses, não considera que exista alguma forma discriminação dessa participação. As Diretrizes Gerais da UNILAB mencionam “O Plano de Ação da Segunda Década de Educação em África (2006-2015)”, justificando que,

A África entrou no milênio com um déficit educativo a todos os níveis, formal e não formal. Várias conferências de ministros africanos da educação têm reiterado a necessidade de alargar o acesso à educação, melhorar a sua qualidade e relevância, e assegurar a equidade. (DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB, p. 24)

A entrevistada justifica sua resposta apoiando-se no que está consolidado nas Diretrizes Gerais. No item 5.3, referido documento trata das demandas por educação superior com expressão em língua portuguesa e excetua Portugal e Brasil, por serem países, nos quais a educação básica, estendendo-se ao nível superior, não têm problemas sérios de demanda, como nos demais países que compõem a CPLP.

O fato é que, não somente este sujeito, como os demais, demonstram desconhecer justificativas mais claras da não participação de estudantes portugueses dentro da UNILAB.

A não participação de estudantes portugueses, na universidade também é destacado por Felipe, aluno angolano, do curso de Ciências da Natureza e Matemática, com habilitação em Biologia, que se encontrava, na fase final de seu estágio, sendo realizado em Redenção. Quando lhe foi solicitado que falasse sobre o assunto, também afirmou que considera Portugal excluído do projeto.

Fica a reflexão-indagação: então, estaria no cerne da UNILAB a questão da lusofonia mesmo? Não seria da África tão-somente?

Agostinho da Silva, desde a década de 50, tinha como centralidade a unidade na língua; defendia a participação de países africanos falantes da língua portuguesa, numa política de aproximação com o Brasil. Agostinho da Silva teve sequioso desejo de ver criado no Brasil (na UNB à época, no auge de sua criação) um Centro de Estudos de Língua Portuguesa; além de declarar sua satisfação em implantar o primeiro Centro de Estudos Brasileiros, esse efetivado na Universidade Federal de Goiás (SILVA, Agostinho, 2007a, p. 110).

Ficam-nos as evidências de que a UNILAB reúne e materializa as intenções, ideais, aspirações e os sonhos visionários de Agostinho da Silva; ou seja, consubstancia seus escritos filosóficos-educativos. É preciso que se destaque que, apesar de todas as fragilidades, impasses e dificuldades enfrentadas desde a implantação por essa instituição, além do que ambiciona seus princípios, todos os entrevistados manifestam-se em uma credibilidade e defesa do Projeto da UNILAB. Muito presente nas falas dos sujeitos “a UNILAB é um ideal”; “é um projeto”; “é um sonho”.

4.3.1 Lusofonia

Consideramos que a questão da Lusofonia, assim como integração, seja uma categoria que está na base fundante de constituição da UNILAB, além de ser um ideal que buscava Agostinho da Silva, embora não usasse propriamente do termo lusofonia, posto que a

compreendia como o uso e importância da língua portuguesa e, ainda, como elo de ligação entre os povos falantes desta língua.

Cristóvão (2008), estudioso do pensamento de Agostinho da Silva, salienta que a concepção de lusofonia tem um passado histórico e fundamentos de base nas ideias do Padre Vieira, Sílvio Romero, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva, situando, no entanto, suas diferenças.

O modelo de Quinto Império, usado por Agostinho e que, não é o mesmo em Vieira, Romero ou Fernando Pessoa, mas que recebe influências importantes destes, em agostinho tem o discurso de um diálogo ecumênico e universal da igualdade, no qual a Lusofonia não é um projeto neocolonialista, e sim uma Comunidade de iguais [...]. De Romero a Pessoa a ideia de uma pátria imperial cujo território é a língua portuguesa.

Certamente, não é o diálogo ecumênico, aquele buscado por Agostinho da Silva, em que se insere a compreensão de Lusofonia da UNILAB. De acordo com Galito (2012, p. 6), se a lusofonia é:

Parece ser um espaço linguístico-cultural que se afirma ao nível político institucional, através da CPLP. É um espaço de liberdade, no qual a língua portuguesa difunde a sua herança e continua a desenvolver o seu padrão, também à imagem de cada país em que é temperada, em que ganha sabor [...].

Cristóvão (2008, p. 177) acrescenta que o pensamento de Agostinho da Silva permeia a utopia e a realidade e que constitui um contributo essencial para a construção da compreensão da Lusofonia, como a entendemos. Nesse sentido, como a UNILAB compreende lusofonia?

Os entrevistados da UNILAB apresentam um pensamento muito próximo a tal conceito para lusofonia: os sujeitos foram unânimes em definir ou relacionar o seu entendimento sobre lusofonia à CPLP, embora nos fizessem lembrar que cada país membro se trata de uma identidade diferente, com marcas de unidade na língua, o português. Na fala dos entrevistados, encontra-se também um viés muito próximo do que hoje prega a literatura sobre o assunto. A professora do ICEN (Jaqueline Freire), quando solicitada a falar sobre sua compreensão quanto ao termo lusofonia, salienta:

[...] eu acho que a lusofonia ela é um conceito controverso, mais eu acho que historicamente tem um elemento que constitui que é a questão da língua portuguesa. Eu acho que uma história de um passado comum, né? E uma história que tem um passado comum, têm elementos da cultura que são comuns, né. Não é só a questão da língua mais outros elementos é que podem irmanar os países (*sic*).

A fala da entrevistada condiz com o que afirma Brito (2004, p. 1) ao considerar que:

[...] a realidade lusófona é multicultural e que a comunidade lusófona mais não é do que um conjunto de grupos humanos antro-po-sócio-culturalmente diferenciados que tem como elemento de articulação uma língua que nela exerce [...] função política, sócio psicológica e sócio-cultural.

Acreditamos que ao mencionar “o passado comum”, na definição de lusofonia, a entrevistada estivesse a se referir a uma “alma”, um desejo de viver em conjunto, partilhando esse passado comum, hoje, no tempo presente, em que a lusofonia também obedece ao “princípio da globalização e interdisciplinaridade onde se almeja afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística”, como ressaltou Domingos Simões Pereira⁴².

Temos ainda outro fragmento, na fala da Professora Jaqueline Freire na qual ela ressalta seu entendimento sobre lusofonia, aliada a uma ideia de tensões, de resistência. A fala nos remete a um discurso que perdurou muito tempo na literatura; no entanto, hoje temos uma vertente que reconhece para a lusofonia, um outro aspecto, que é o da “multiculturalidade”, da “globalização”. Eis o fragmento:

[...] eu acho que o que dá unidade, sentido histórico, né, pra lusofonia é esse passado comum, e nesse passado comum, tem uma história que é de colonização. E também tem uma história que é de luta, de resistência e de independência, de autodeterminação dos povos e da constituição de estados independentes, de estados soberanos e aí eu acho que a lusofonia abarca aí, então, também, toda estas contradições, todas estas tensões.

Por outro lado, como já asseveramos em algum tópico, a entrevistada tem um conhecimento mais próximo com a história dos povos africanos, pois é pesquisadora na área e morou dois anos em Guiné Bissau. O passado, a que a entrevistada se reporta, é o “fato de ter a presença do elemento português como o colonizador” desses países, conforme relatos históricos e por ela evidenciado.

⁴² A citação se encontra no discurso proferido em 13 de novembro de 2008, enquanto Secretário Executivo da CPLP, representando Guiné Bissau. É atual presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde. Para ele, há um paralelismo inevitável entre os objetivos da CPLP e a dimensão lata da lusofonia que é: “A actuação da organização também não se cinge à promoção e difusão da Língua Portuguesa, uma vez que são vectores de actuação a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios, com especial destaque, na Saúde, Educação, Cultura, Agricultura, energia entre outros”. Assim, o “conceito de Lusofonia é bem mais amplo e mais denso, que o simples conceito linguístico” (). A citação está disponível em http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/SE_TNOVAS_13NOV08.pdf, acesso em 28.4.2016.

Bastos Filho, Bastos e Brito (2008, p. 128) também expressam aspectos comuns e ao princípio da globalização quando ressaltam que,

[...] a lusofonia é, a um só tempo, espaço gerador e espaço agregador: gera necessidades comuns, tais como políticas para uma base linguística, uma base comercial com afinidades, uma base de construção artística interconectada, sistemas governamentais colaborativos, políticas comuns de saúde pública, intercâmbios diversos, conquanto mantidos os princípios de não interferência, respeito às diversidades e às respectivas soberanias políticas e territoriais. Mas também sua cultura comum é constituinte de um elo vinculador de tradições e costumes que transcendem a linguagem [...].

No discurso prolatado por Pereira (2008), depreende-se este espaço gerador e agregador que coaduna com a CPLP e por via de expressão concreta, a UNILAB, uma vez que esta se encontra na posição de Observador⁴³ da CPLP.

Consideramos que, sobre lusofonia, todos os sujeitos entrevistados e/ou respondentes aos questionários, foram unânimes em se referir aos falantes da língua portuguesa, ao português de Portugal e ainda, à CPLP. Todos, a seu modo, souberam exprimir a presença da língua materna, com origem em Portugal como elo comum, que os liga, embora cada um dos Países componentes da CPLP tenham sua identidade própria. Conforme salientam Bastos Filho, Bastos e Brito (2008, p. 124-125):

[...] a lusofonia é, frequentemente, apresentada como um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e suas variantes linguísticas que, no plano geo-sociopolítico, abrange os países que a adotam como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe – que constituem os Países [...]).

Ao indagarmos a Renata sobre o seu entendimento sobre lusofonia, ela assevera que,

A lusofonia, é no meu entendimento, [...] o conhecimento acerca da língua, da cultura, de todos os elementos que perfazem a cultura lusofônica, mais basicamente a língua, né. Seria essa integração acerca desse conhecimento que envolve a língua portuguesa.

Para ela, a língua é motivo de integração, provocado pelo próprio conhecimento da língua em si e que vai além de “elementos linguísticos”, assim ela compreende que:

⁴³ O artigo 7º dos Estatutos da CPLP trazem a competência da categoria Observador.

[...] A questão da lusofonia é [...] e do projeto UNILAB [...] eles vão muito, muito mais além do que o simples compartilhamento de elementos linguísticos. Eles vão desde a compreensão, a aceitação, a adaptação de elementos culturais e a realidade de cada país.

O Prof. Jaques Therrien sobre lusofonia contextualiza no fragmento,

Bom lusofonia vem de Portugal. Luso é português, né. São os países de língua portuguesa, lusófonos. Então, se tem a UNILAB, Universidade Internacional de Integração. Luso-Afro Brasileira. Você tem a integração de países de língua portuguesa, África com o Brasil, aí vem a questão porque Portugal não está? [...].

A fala do entrevistado sobre o assunto é muito rápida, atrela-se apenas ao fato da língua ser originária de Portugal. No entanto, ele põe em discussão por que Portugal não está que para ele “é por não necessitar”. Na fala do Prof. Jaques Therrien, temos,

Portugal não envia por não necessitar, é um País que se encontra na Europa e que tem uma educação básica muito boa e que, pelos acordos internacionais, os Países africanos falantes da língua portuguesa é que viriam.

O fragmento acima se encontra de acordo com o que está nas Diretrizes Gerais, o que é bem explicitado adiante pela Professora do ICEN.

Interessante que a indagação feita pelo entrevistado corresponde quase a nossa pergunta dirigida à Professora do ICEN, “se na opinião dela, o fato de Portugal está fora do acordo de cooperação entre a UNILAB e os países da CPLP, não seria discriminação?”, o que nos respondeu, da seguinte maneira: “Eu acho que Portugal não tá excluído da UNILAB. Portugal não ficou excluído [...] Portugal não tem necessidade de mandar estudantes de seu país para a graduação [...]. Não existe nenhuma perspectiva de discriminação”.

De acordo com a entrevistada, não existe discriminação e não há a necessidade de Portugal enviar portugueses para a UNILAB, pois o sistema de ensino universitário lá, é quase milenar, cite-se a Universidade de Coimbra, além de ter havido também a expansão do ensino superior para o interior. Em sua fala, Portugal tem universidades novas, no interior, com vinte anos, neste processo de expansão do ensino superior.

A entrevistada justifica sua resposta apoiando-se no que está consolidado nas Diretrizes. No item 5.3 das Diretrizes Gerais trata das demandas por educação superior com expressão em língua portuguesa e excetua Portugal e Brasil, por serem países, nos quais a educação básica, estendendo-se ao nível superior, não têm problemas sérios de demanda, como nos demais países que compõem a CPLP.

Por sua vez, a visão de Fábio sobre lusofonia é bem diferenciada dos demais. Fizemos a pergunta “Como o Senhor compreende a questão da lusofonia”, e em sua resposta se refere que houve um “estranhamento”, no qual os dois lados, estudantes estrangeiros e brasileiros “sentiram uma grande dificuldade em entender a língua portuguesa dos habitantes do interior do Ceará e a recíproca também era verdadeira”. O “estranhamento natural”, segundo Fábio, aconteceria em qualquer parte do Brasil, devido, devido o português que é falado no interior do Estado, ser diferente do que é falado em Fortaleza, assim asseverou, “[...]. Esse estranhamento teria sido feito em qualquer parte do Brasil, ou não. Eles também alegam ter essa dificuldade com relação aos alunos de Fortaleza com quem eles se relacionam informalmente”.

De acordo com Fábio, o “estranhamento” foi maior, porque, no início, a UNILAB, implantou sua “interiorização” e com isso predominou, na sua grande “maioria esmagadora”, a presença de estudantes do interior do Maciço de Baturité, em detrimento até da presença de alunos de Fortaleza. Eis o fragmento de sua fala,

Então, os estudantes da UNILAB que têm sua maioria também os primeiros ingressantes com **maioria esmagadora** do Maciço de Baturité porque a PROGRAD à época fez o processo seletivo em que ela bonificava os alunos do maciço. (Grifos nossos)

Podemos considerar estranho, o termo interiorização, para uma universidade de categoria internacional como é a UNILAB, no entanto, o próprio depoente faz uma breve menção à política de interiorização do Governo Federal em levar a universidade até o interior.

Fábio comenta que a Política da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) em fazer um processo seletivo, na qual bonificava alunos do maciço objetivava mesmo captar o maior número de estudantes, uma vez que a UNILAB era desconhecida na sociedade cearense, sendo confundida, muitas vezes até com um laboratório de análises clínicas, que tem o mesmo nome. No início foi difícil fazer a divulgação, ressaltando ainda, que em 2012 foi colocado stand em um shopping de Fortaleza para divulgar o nome da UNILAB.

Há um momento na fala do Professor Jaques Therrien que ele cita que a UNILAB era desconhecida até pelas embaixadas que representam os países componentes da CPLP.

Em seu depoimento, Fábio considera maravilhoso a “interiorização” da UNILAB com a presença de um grande número de estudantes do maciço e para ele,

[...] isso foi maravilhoso pra UNILAB porque nós tivemos um perfil de estudante muito diferente do estudante de qualquer outra universidade do Brasil. Nós

executamos de fato a nossa interiorização. Ou seja, os nossos alunos eram compostos quase na sua maioria esmagadora por alunos do Maciço do Baturité. E isso também trouxe o ônus de haver uma certa dificuldade em relação ao português falado nos países estrangeiros, os países que compõem a CPLP no Brasil.

Decerto o conceito de “interiorização” vai além do mencionado pelo informante, porém não nos interessa discutir a sua amplitude, apenas transcrevemos a fala do depoente.

Temos ainda, a postura de Felipe sobre lusofonia que nos traz uma reflexão. Ele considera que lusofonia, dentro da UNILAB é “mascarada”. O que leva o entrevistado a este pensamento? Assim Felipe define Lusofonia:

Bom, aqui, eu diria que é uma lusofonia mascarada, porque até onde eu sei que a lusofonia fazem parte todos os países da CPLP, lusófonos, né que falam a língua oficial portuguesa. E a UNILAB ela trabalha com apenas alguns países lusófonos, ou seja, com todos os países lusófonos, com exceção de Portugal.

Podemos asseverar que para Felipe, na UNILAB a lusofonia é “mascarada” por deixar de fora, Portugal, de cuja língua portuguesa tem sua origem. Para o entrevistado, essa questão é bastante pontual, a ponto de ele próprio continuar sua fala a nos dizer,

[...] Eu me pergunto por que Portugal não faz parte da UNILAB? Por que não vem ninguém de Portugal? [...] A resposta que me foi dada, foi de que, a primeira, como a Universidade tava a ser estruturada, então havia uma certa resistência por parte dos portugueses, né, que as estruturas tavam a ser criadas e que não podiam vir todo mundo de uma vez [...].

Para Felipe, se hoje a UNILAB se encontra estruturada, pelo menos quase, pois, por se tratar de uma Universidade residencial, o prédio de apartamentos (alojamentos) para os alunos ainda não foi inaugurado. Mesmo assim, o entrevistado considera que esteja estruturada e, nem por isso existe a presença de alunos portugueses na UNILAB. Ele assevera:

Mais hoje a UNILAB já tá a caminho de cinco anos ou mais e já devia ter pelo menos estudantes portugueses. Muito pelo contrário, sai estudantes brasileiros, em algum programas (*sic*), que vão para Portugal fazer a formação, ao invés de os portugueses virem pra qui (*sic*) fazerem parte desse projeto lusófono, né. Então, assim eu digo que é um projeto **mascarado** porque se for pra ser lusófono tem que tá todo mundo. Tem professores portugueses? Tem, mais isto não significa lusofonia. Precisa ter estudantes também portugueses, do mesmo jeito que tem estudantes de outros países.

Para Agostinho da Silva, a Língua Portuguesa, constitui-se no “passaporte comum”. Vejamos o que ele nos diz, no seguinte documentário:

O que os portugueses deviam almejar por ter, e todos os que têm como língua oficial a língua portuguesa, é de ter um passaporte comum para todos os países de língua portuguesa, e a isso chegaremos a um dia. Vamos dar pequenos passos, passo a passo, linha a linha. (AGOSTINHO, 2006, *online*)

Como já dito em outra ocasião, Agostinho da Silva é considerado o avô profético da CPLP. O artigo 9º do Estatuto da CPLP faz uma referência ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) como órgão da CPLP que tem como objetivo a promoção e divulgação da Língua Portuguesa, além das fronteiras, sendo um veículo da difusão da diversidade cultural. Por analogia, não é o IILP, “os pequenos passos” mencionados por Agostinho da Silva a fazer concretizar a lusofonia, no seu aspecto que diz respeito à língua? E por via indireta também a própria UNILAB?

4.3.2 Currículo

Consideramos importante falar brevemente sobre alguns aspectos do currículo, pois entendemos que este é um dos instrumentos que estão imbricados para efetivar a integração. De acordo com o contextualizado, quando nos referimos ao tópico “Breve análise dos PPC’s”, nos quais transcrevemos as ementas, existem seis disciplinas que constituem o núcleo comum da UNILAB para todos os cursos, que são as disciplinas: “Inserção na Vida Universitária” (40 h/a), “Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos”, “Leitura e Produção de Textos I” (40 h/a), “Leitura e Produção de Textos II” (40 h/a), “Iniciação ao Pensamento Científico” (40 h/a), e “Tópicos Interculturais nos Espaços Lusófonos” (40 h/a).

Neste contexto, nos reportamos a fala da Profa. do ICEN e consideramos, que a mesma, é uma “pessoa de universidade”, não no sentido mencionado por Agostinho da Silva, que coloca como alguém que não espera que tenha sempre o “apoio”, que esteja preparado para quem o “contradiga”, de modo que não haja nunca um “cauto silêncio” dentro da Universidade; não que a entrevistada também não se assemelhe, comparativamente, a esta visão agostiniana; queremos dizer que ela é “uma pessoa de universidade, num sentido de pertença, de se fazer pertencer a Instituição, de conhecer e estar atento a tudo o que diz respeito ao ambiente em que trabalha.

Por que fazemos este contraponto? Simplesmente porque a entrevista foi feita sem ser anunciada. Não conhecíamos a entrevistada. Esta, compreendendo a nossa necessidade em obtermos dados para esta pesquisa, apesar de pega de surpresa, não somente aceitou ser entrevistada como se posicionou, de modo a demonstrar que sabia muito bem do que iria responder, que conhecia as diretrizes gerais, o estatuto, os PPCs e, por isso que, quando indagado sobre a questão do currículo, das disciplinas que fazem com que a UNILAB seja singular, em relação às demais universidades, soube tão bem responder, de modo que, comparativamente, quando se confronta suas palavras com o que está escrito nas ementas das disciplinas, averiguamos que há o conhecimento sobre elas.

É nessa esteira que quando lhe foi perguntado sobre o currículo e lusofonia e se havia disciplinas na área de Humanidades, imediatamente corrigiu, asseverando que: duas, são comuns a todos os Institutos como “Iniciação ao Pensamento Científico e Inserção na Vida Universitária” e quatro, também são comuns, mas que estão diretamente focadas na compreensão da língua, ofertadas pelo Instituto de Humanidades e Letras, no primeiro trimestre.

Além do mais, quando se reportou as duas disciplinas diretamente relacionadas com o estudo da língua portuguesa, a professora fez rapidamente uma descrição dessas disciplinas, que, segundo ela, “Leitura e Produção de Texto I” e “Leitura e produção de Texto II” são disciplinas: “pra garantir a questão da competência na língua portuguesa e a língua portuguesa como elemento de integração, dada a diversidade linguística que os estudantes trazem na UNILAB”.

Indagamos a João, Jesus e Mateus o que achavam das disciplinas que tratavam, especificamente da língua, no caso, “Leitura e Produção de Textos I e II”, que fazem parte da base curricular da universidade se gostavam da metodologia, se conseguiram aprender bem os conteúdos.

Na fala de João, ele critica, na metodologia, a não aplicação do uso da gramática, pois esperava que fosse estudar isso, pois tinha muitas dúvidas de como usar uma vírgula, fazer pontuação, usar um verbo e isso não é discutido em nenhuma das duas disciplinas.

Eis a fala de João: “É uma coisa que não é ligado a gramática. Eu pensei que fosse uma coisa ligada a gramática. Como botar as vírgulas, estas coisas”. Também lhe foi perguntado se tinha conseguido a aprovação, ele retrucou: “Foi muito difícil, mais consegui. Eu tive que me esforçar bastante”.

Os demais estudantes entrevistados, coletivamente, também concordaram com o que disse João, asseveraram suas dificuldades com a gramática, no entanto, não foram tão

pontuais quanto João, acrescentando ainda que os estudantes estrangeiros que eles mantêm contato, também confirmam a dificuldade com a língua, principalmente no aspecto gramatical.

Também no que diz respeito ao currículo, salientamos que o Diretor do DRCA é um dos sujeitos que demonstra bastante ênfase de conhecimento curricular. Acreditamos que este fato resulte de ele ser o responsável pelo registro acadêmico dos estudantes e, sob esta óptica, queríamos consolidar melhor o seu envolvimento na instituição, uma vez que não tinha ajudado a implantar a universidade e também, saber sobre o seu sentimento de pertença. É óbvio que aqui temos duas subcategorias relacionadas com a UNILAB: currículo e sentimento de pertença⁴⁴.

No que tange ao currículo, o informante deu-nos detalhes importantes. Demonstrou estar afinado com os objetivos pedagógicos da instituição. Dessa forma, informou-nos que não conhece a metodologia de cada professor, visto que cada um é livre para se utilizar, em sala de aula, mas menciona de cor, por exemplo, a ementa da disciplina que se refere à língua portuguesa. Assim ele se reporta:

[...] Conhecimentos Básicos de Língua Portuguesa a leitura de texto, como o próprio nome da disciplina diz, então tem um trabalho muito focado na interpretação textual, sobretudo, não há um foco em gramática, porque não compreende-se (*sic*) como necessário, neste momento, pra esse estudante. O foco é dessa disciplina passa pela compreensão textual, que é o que ele precisa para a internacionalização dos acadêmicos da disciplina.

O entrevistado nos informa ainda outras duas disciplinas importantes para a firmação da lusofonia e que ao mesmo tempo desconstrói e cria conceitos do ponto de vista dos movimentos negros. Então ele exprime:

Temos uma outra disciplina chamada que tem um nome super interessante chamado “Descolonização do Pensamento”, é tem outra chamada “Colonização e Pensamento

⁴⁴ Consideramos o sentimento de pertença como aquilo que faz com que o agente (servidor público, professor ou Técnico em Assuntos Educacionais) permaneça e “vista a camisa” da UNILAB, acreditando no projeto da instituição. Por esta óptica, observamos este sentimento presente, fortemente, na Professora Jaqueline, quando ela indaga a si mesma e responde: “[...] o que poderia fazer você mudar tão radicalmente de vida, vir pro Estado que você não tem família, que você não tem nenhum vínculo.[...]. Por que que a gente persiste? Por que que a gente não desiste? [...]”. Eu acho que é porque a gente acredita muito. Eu continuo acreditando muito e depositando a minha energia pra que esse projeto se fortaleça”. Por sua vez, o Diretor do DRCA ressalta que a UNILAB “é um ambiente diferente, não dá pra negar isso. Não dá pra negar que seja um ambiente convencional acadêmico. É super edificante, estruturante, você ver esse contato intenso e direto com estudantes de diversos países [...]”. Então o próprio projeto é um chamariz aí pra quem vem de fora como eu, eu não tenho raízes familiares em Fortaleza”.

Antropológico, tem várias disciplinas que trabalham a desconstrução, no modo dewadariano [...].⁴⁵

Ressaltamos, no entanto que, para a professora do ICEN entrevistada, Jaqueline, quando ela enfatiza sua luta e presença nas audiências públicas que visavam mudanças no Estatuto para “ter certeza que isso não ia se desconfigurar, isso não ia empalidecer, que nós não íamos ter uma política de branqueamento da UNILAB”, conforme sua fala, ela estava, certamente, a defender também o PPC do curso de Pedagogia . Eis o seguinte fragmento:

Tem o curso hoje de Pedagogia que eu acho que é o curso afro-centrado que a UNILAB tem. Eu acho que é o curso que tem o seu projeto político pedagógico, seu projeto pedagógico de curso, seu PPC que traduziu no currículo o que é o projeto institucional que é a UNILAB.

A opinião da Professora do ICEN é corroborada também por Fábio, quando este salienta que “Cabe a observação do PPC desse curso [pedagogia]. É que traz em maior escala conceitos relacionados a nossos grupos chamados grupos de minoria [...]”.

Ainda com relação à categoria “currículo”, Felipe nos fala sobre suas dificuldades em relação à língua com base no Novo Acordo Ortográfico. Lembramos que Agostinho da Silva foi defensor da uniformização do Acordo Ortográfico! A grande dificuldade para Felipe relaciona-se com a variedade linguística, deste modo, ele se pronuncia:

Com relação à disciplina língua portuguesa, a maior dificuldade consiste, no Novo Acordo Ortográfico, implementado pelo Brasil. Isso na escrita, no caso. Referindo-se na fala, a maior dificuldade consiste na variedade linguística, que existe entre os países do Brasil. A princípio a adaptação era rara. Era muito, muito complicado, porque, é dizem que os dois países oficialmente falam a língua portuguesa, mais a variedade é tão extensa que difícil compreender isso em relação aos outros.

No que diz respeito às variedades linguísticas, segundo Felipe, os termos usados aqui, são bem diferentes aos de Angola, Moçambique, enfim, nos demais países falantes que compõem a CPLP. A maior dificuldade apontada foi nessa variação, que chegou a causar muitos constrangimentos, no início. Eis a fala do entrevistado:

São vestígios da colonização e que aqui no Brasil esses termos são utilizados com outros fins; têm outros significados. Então a maior dificuldade com relação a língua portuguesa foi esse (*sic*) que você poderia se dirigir a um determinado local né, pra um bar, ou uma lotérica mais tinha que saber se expressar que tá numa fila, invés de dizer que tá numa bicha, por que aqui no Brasil, bicha é uma coisa, e em Angola

⁴⁵ Não temos certeza se a palavra mencionada é “dewadariano”. Ouvimos várias vezes a gravação e foi assim que entendemos que o depoente mencionou. Não conseguimos compreender o sentido e o contexto da palavra.

bicha é “perfilar”, que vocês chama aqui uma fila. (Entrevista concedida em 02.05.2016 por aluno Angolano, do curso de Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia).

A realidade, então, é que, segundo o entrevistado, passou no Ceará por alguns vexames quanto à língua, pois a simples ida a um bar ou a uma lotérica, no início gerou transtornos, porém, com o tempo, outros termos foram sendo incorporados, as amizades, o companheirismo, a convivência foram se aprofundando. A impressão inicial que o entrevistado passou, de ser um galanteador, confirma-se neste trecho da entrevista:

Então a realidade é essa, ao mesmo tempo outros termos que foram se desenvolvendo e nós fomos ficando sabendo durante o período de convivência com outros colegas brasileiros, ó não se diz isso, diz aquilo. É, naquela de querer puxar amizade com mulheres, em vez de chamar é “rapariga” que é muito comum em Angola, chamar rapariga que é o nome de carinho, tratamento que aqui tem uma ofensa enorme.

A maneira como ele expressou a frase “E naquela de querer puxa amizade com mulheres”, denotou ser do tipo galanteador. Agora imagina-se um tipo galanteador, dirigindo-se no interior do Ceará, a uma jovem, chamando-a de “rapariga”? Também a forma como ele comenta demonstra um certo trauma, e tudo por causa da variação linguística.

Neste aspecto ele diz que a Universidade não deu nenhuma preparação para isso. A preparação aconteceu por “parte dos colegas brasileiros que foram nos apoiando, procurando saber os termos que nós usamos”, mencionou. Neste comentário se percebe que a integração para este aluno, realmente é um fato concreto. Ele é muito carismático. Uma pessoa assim, não tem como não se integrar.

Também relacionado com o currículo e ao mesmo tempo envolvendo as categorias integração e lusofonia, temos a fala de João, estudante guineense, quando lhes perguntamos sobre sua compreensão das aulas, qualidade e sobre as regras gramaticais. Para o entrevistado as diferenças gramaticais da língua portuguesa é algo que os professores deveriam saber, além da necessidade de uma disciplina de língua portuguesa, ser oferecida pela UNILAB, que ele considera mesmo um erro da Universidade, o não-oferecimento dessa disciplina, que também considera que interfere na integração. Desta forma ele assevera que:

Eu acho que falta um pouco esse negócio da integração porque a língua portuguesa tem algumas coisas que tem diferenças gramaticais que nós deveríamos, ou seja, que os professores deveriam saber. Acontece que quando eu estava fazendo uma disciplina, eu escrevi de uma forma que eu aprendi, da regra gramatical do meu país, mais a professora corrigiu errado, mais corrigiu errado porque ela não sabia que na Gramática do meu país estava correto [...]. Uma das coisas também que eu acho que

é um erro da Universidade ah, deveria ter tipo uma disciplina de língua portuguesa [...].

O aluno fez esta crítica porque foi prejudicado numa disciplina exatamente por questão do uso gramatical diferente. Mas salienta que a professora corrigiu a questão errada pelo desconhecimento da gramática no seu país; ele também não contestou o resultado. Acrescenta ainda, que tem alguns professores que se interessam de saber como se escreve no país dele. Assim, ele se reporta:

A professora corrigiu errado [...]. Isso é uma coisa que deveria ser vista. E eu não fui atrás. Tem alguns professores que tentam sempre ir. Quando você faz pergunta aí ele te diz como é no teu país isso. Uma das coisas também que eu acho que é um erro da Universidade ah, deveria ter tipo uma disciplina de língua portuguesa [...]. (Entrevista aluno guineense, do curso de Enfermagem da UNILAB, em 02.05.2016.).

O aluno sugere a colocação de uma disciplina propriamente de língua portuguesa, claro, do português aqui do Brasil, porque só assim estudariam o uso correto das regras gramaticais daqui. Ele é totalmente favorável ao estudo da gramática. O conteúdo exposto nas disciplinas de Produção Textual I e II, na opinião do entrevistado, não atende a estas necessidades, uma vez que imaginava que o estudo de referidas disciplinas “fosse uma coisa ligada a gramática. Como botar as vírgulas, estas coisas”.

A propósito, quando observamos a gramática, nas respostas dos questionários dos sujeitos da pesquisa, constatamos o que João assevera. Temos, por exemplo, não só na fala, quanto na escrita, erros de concordância verbal. O aluno 4, por exemplo, no Quadro 12 que está no Apêndice A, escreve Brasil com letra minúscula, no entanto, não é nossa tarefa fazer uma análise do uso adequado da língua portuguesa por estudantes estrangeiros da UNILAB.

A aluna do curso de Engenharia Renovável acentua que, na sua opinião, os conteúdos colocados no seu curso, faz com que, muitos alunos estrangeiros não consigam acompanhar o curso, não por questão da língua em si, mas pelo teor técnico que o curso apresenta, o que envolve outros conhecimentos anteriormente adquiridos e que, na opinião dela, parece que eles não trazem uma “bagagem”; salientou que o curso exige muito estudo, precisa estudar muito para acompanhar, e se não tiver uma boa “bagagem” não consegue êxito nas disciplinas, fato confirmado por seu colega, que se encontrava presente, aluno morador do Maciço de Baturité.

Acrescentamos ainda que a UNILAB se apresenta, de forma singular, no que diz respeito ao currículo quando institui “Programas” como por exemplo, o “Ação Movimenta e o

Samba” conforme a fala de Ana Lúcia Silva Souza, Pró-Reitora da Proex, no documentário “Ação Movimenta”.

4.4 Integração

Integração, de acordo com o Dicionário, tem vários sentidos. Aqui, trazemos três que consideramos importante. Segundo Ferreira (2004, p. 1117), integração é “ato ou efeito de integrar-se”, também pode ter o sentido de tornar-se inteiro, completar, inteirar, inteiralizar.

Também pode ser “juntar-se”, tornando-se parte integrante; reunir-se, incorporar-se. Outro sentido é o de adaptar-se, acomodar-se. O nosso entendimento sobre integração é uma mistura do que se encontra no léxico com o que pensa Agostinho da Silva. Assim, entendemos a integração com o sentido de juntar-se, tornando-se parte integrante, com um sentimento maior, de fraternidade e união, de solidariedade, no qual a ajuda mútua forma uma unidade entre as partes e a amizade é um elo fundamental. É nesse sentido que procuramos verificar se existe a integração entre os sujeitos investigados.

Com esse entendimento, procuramos analisar a categoria integração, a fim de verificarmos se há aproximações nas respostas dos sujeitos investigados na pesquisa. Nesse patamar, na análise da técnica de utilização de questionários, temos o seguinte:

O aluno 1, respondente do questionário, quando aponta aspectos negativos e positivos do que considera integração, aproxima-se muito do que ressaltou a professora do ICEN. A visão deles é de uma integração do ponto de vista formal, do que está estabelecido nas Diretrizes Gerais e no próprio acordo de cooperação da CPLP. É uma coisa literal, que não se consegue perceber uma essência maior, no caso, espírito de fraternidade e amizade.

Jesus (aluno 1) menciona a questão de auxílio e bolsas de pesquisa como positivo, com o mesmo valor, para as nacionalidades que a recebem. Este mesmo fato, visto por outro viés é apontado pela profa. do ICEN, como negativo, pelo fato de que nem todos as nacionalidades receberem e a UNILAB cada vez mais restringir, para determinados cursos e países, inclusive, excluindo o próprio Guiné Bissau do acordo de receber bolsas;

Este aluno aponta como aspecto negativo da integração, o fato de esta acontecer entre grupos de nacionalidades, cada uma excluindo-se entre si, e mesmo dentro de cada nacionalidade, aproximando-se apenas grupos que pertencem a mesma turma. Exemplo curso de Enfermagem de Guiné Bissau não interagem bem com curso de Engenharias Renováveis de Guiné Bissau. Citamos este exemplo porque os dois cursos funcionam no mesmo campus.

Esta perspectiva foi dita, de uma forma implícita, pelo Diretor do DRCA, pelo aluno angolano e por todos os outros alunos entrevistados. A separação entre as nacionalidades é uma constatação real de todos. Foi mencionado quando se refere ao aspecto de viajarem juntos no ônibus, trajeto entre campus ou mesmo Redenção/Acarape/Fortaleza.

Mateus (aluno 2) também aponta aspectos negativos e positivos no que diz respeito à integração. Ele considera aspectos negativos o fato de os alunos não se juntarem, nem para fazer trabalhos em grupos, nem em sala de aula. Há uma segregação entre as nacionalidades e considera um aspecto positivo o fato de não perceber muito preconceito e discriminação. Dessa forma ele assevera: “Aspecto positivo é que você não sente muito preconceito e discriminação”.

Lucas (aluno 3) concorda que não há integração, que cada nacionalidade fica no seu canto, que não existe ambiente de interação entre nacionalidades diferentes, considerando isso um aspecto negativo e, contrário sensu, aspecto positivo seria exatamente se houvesse uma junção, conhecimento das diferentes culturas do Outro, aí sim, haveria integração.

Thiago (aluno 4) como os demais respondentes também não considerou que houvesse, de fato, integração na UNILAB, apontando como aspecto positivo, o próprio fato de estudar na Instituição e oportunidade posterior de servir ao seu país, e como aspecto negativo, o fato de as pessoas não entenderem o sentido verdadeiro da integração. Acreditamos que o aluno se reporta a algo bem mais amplo, a fraternidade, a amizade, a junção de um todo, a formar uma só unidade, um corpo, de modo a que culturas sejam difundidas com o objetivo de conhecer o Outro.

Observamos que todos os alunos apontam como aspecto negativo que interfere na integração o fato de cada nacionalidade se excluir, interagindo-se somente entre si. E aqui nos reportamos ao que foi colocado pelo aluno guineense, na entrevista, quando se reportou ao pedido da professora para que interagissem, na aula de laboratório, em Fortaleza. A interação aconteceu somente naquele momento, em sala de aula. No retorno para a UNILAB houve a divisão das nacionalidades, dentro do ônibus, cada um, separado.

Por outro lado, temos que salientar aspectos bem interessantes quanto à integração, dito pelos sujeitos, como por exemplo, o fato de haver pouco preconceito e discriminação, citado por Mateus no questionário, também mencionado pelo Diretor do DRCA e pela própria Secretária do DRCA, quando relacionam que prevalece um ambiente de respeito entre as nacionalidades.

Também trazemos o ponto de vista de Felipe, o aluno angolano, que é um dos primeiros alunos da UNILAB, entrou em 2011 e está concluindo agora o curso de Ciências da

Natureza e Matemática com Habilitação em Biologia. O entendimento deste aluno é muito interessante e rico, uma vez que traz um entendimento progressivo, que ele desenvolveu de sua experiência própria a respeito da integração vivenciada na UNILAB.

Como um processo que ele foi construindo, o aluno angolano nos deu a conhecer que no início foi difícil, devido a diversidade cultural de cada um, o que causava uma “admiração”, um estranhamento, em que “cada um estranhava o outro, dentro da universidade”.

No decorrer do tempo, Felipe ressalta: “nós fomos percebendo que quem tem que realizar a integração não é a Universidade e sim, os próprios estudantes. A integração precisa partir de nós e não dos estudantes”. Com esta afirmação o aluno entrevistado chega a conclusão que existe integração entre os estudantes e que entre 50% a 60% se integram e isso acontece, principalmente no ambiente de sala de aula, com o desenvolvimento de trabalho é que as amizades vão surgindo.

Com o depoimento de Felipe, expressamos a concretização da integração no sentido que a entendemos nesta pesquisa e como Agostinho da Silva a entendia, no entanto, acreditamos que a Universidade deve trabalhar melhor, em políticas, em metodologias que aproximem mais rapidamente os alunos. Integração neste sentido, realmente é um processo, mas que pode ser melhor efetivado, já desde o início, no primeiro encontro de todos os alunos, já na apresentação, com acolhimento, no decorrer das aulas, com cada professor tendo em mente a necessidade de aproximar, integrar a todos e não, meramente, preocupados em repassar o conteúdo.

Com relação aos questionários aplicados, todos os respondentes asseguraram de forma bem próxima sobre lusofonia, como referente à língua portuguesa; afirmaram não haver integração. Sobre o currículo foram indiferentes e quanto ao conhecimento de Agostinho da Silva, desconheciam totalmente.

É bom salientar que os respondentes foram todos alunos do curso de Enfermagem, uma área voltada mais para o tecnicismo, o que também pode justificar o desconhecimento do autor investigado.

Desta forma, nos resta claro, aproximações entre a UNILAB e o que seria o perfil de uma Universidade para Agostinho da Silva: uma universidade que pregasse liberdade, que não houvesse a presença do medo, que o diálogo prevalecesse, que a pesquisa fosse incentivada.

No entanto, como resultado na análise dos questionários podemos dizer que, nossos objetivos foram atingidos apenas parcialmente. Na nossa análise, conseguimos,

objetivamente inferir que, para a amostra escolhida, os respondentes em termos percentuais, 75% compreendem que não há integração entre os estudantes como um todo, uma vez que esta ocorre, de modo segregado, entre grupos.

Foi perguntado ao aluno entrevistado se ele acreditava que houvesse integração na UNILAB e falasse sobre isso. A resposta que obtivemos foi a seguinte;

Não. [...]. Não acontece assim a integração porque quando a gente chegar, aí não tem nada da parte da Universidade, ou da parte da direção da universidade que nos permite a fazer a integração, ou seja, na minha opinião, deveria ter tipo uma gincana, entre diferentes alunos quando ao chegarem. Isto é a primeira coisa que poderia fazer com que haja a integração (*sic*).

O aluno deixou transparecer uma experiência estranha, na qual chegou no Ceará, foi hospedado no Município de Pacoti no meio de estranhos, sem nenhuma apresentação, sem conhecer ninguém e nem a Universidade fez intervenção quanto a isto. Assim ele se reporta:

Mais como não tem isso, você chega por exemplo na sala de aula, não tem nenhuma explicação sobre o comportamento dos brasileiros, ou seja, a cultura dos brasileiros, aí você chega vendo as pessoas, de uma forma assim, cada pessoa tendo a sua forma de se comportar, de se agir. Isso fica meio estranho. [...]. Não, não tem nada, por exemplo quando nós chegamos, fomos diretamente pra Pacoti onde hospedamos lá chegamos e vimos outras nacionalidades, sem saber de onde vieram. Entendeu? Aí, não aconteceu nada [...].

Na opinião do aluno entrevistado, uma simples brincadeira, uma espécie de gincana, intermediada pela Universidade, acabaria com a estranheza e aproximaria, logo no início todos. Assim ele assevera:

Acho que deveria ter tido uma apresentação numa sala, os alunos angolanos, os alunos moçambicanos, os alunos da guiné, brasileiros, então, fazendo esta brincadeira, não é? Um ato de brincadeira poderia promover uma integração. Mais eu acho que uma coisa da parte da Universidade que eles não têm muita vontade de fazer, por isso que não acontece a integração.

Dá para entender o sentimento de estranheza mencionado. Concordamos que, decerto, gincanas, jogos, o esporte poderia contribuir, no início para uma melhor aproximação para os estudantes que chegam. Constatamos que a UNILAB vem promovendo Seminário de aproximação, o SAMBA para isso. Pelo depoimento de João, nos parece que ele não teve acesso a este seminário.

A integração, do ponto de vista do entrevistado, fica ainda mais prejudicada, porque a língua, embora oficialmente seja a mesma, o português, mas as nacionalidades

presentes na UNILAB, os países da CPLP falam outras línguas, dialetos. Então, considerando este fato, foi perguntado como acontecia o relacionamento com os brasileiros, o que foi nos informado que:

Ah, por exemplo na sala de aula é tem alguns que a gente se entende bem. Muito bem mesmo. A gente se fala, costume ir na casa deles e às vezes ele vai pra a minha casa. Tenho também só uma crítica referente aos estrangeiros, por exemplo, a gente fala muitas línguas nossas, além do português. Isso acaba colocando uma barreira para os nacionais daqui como os brasileiros para se interagirem conosco, por exemplo se estivermos na nossa sociedade, falando a nossa língua e como é que este brasileiro vai conseguir interagir conosco? Então deveria ter uma universalidade na língua, ou seja, deveria ter uma única língua, onde todos nós deveríamos falar pra comunicar, isso poderia também promover a integração.

Foi perguntado se não havia interesse da parte dos brasileiros em aprender, com os estrangeiros esses dialetos, que eles usavam, no cotidiano de sua comunicação, o que foi dado como resposta que: “[...]. Tem pouco interesse da parte deles. Tem alguns, que, são poucos, que tem interesse, mais, por exemplo, na sala de aula, não tem interesse”.

Fomos informados ainda, que a falta de interesse dos brasileiros, estudantes da UNILAB em aprender a língua que os guineenses usam no dia a dia, resulta até em zombaria, o que muito ofende a dignidade daqueles. O entrevistado considera uma atitude ofensiva. Assim ele se pronunciou:

Até das vezes eles zombam da gente, quando a gente fala, aí ele fala assim, aí ficam bê, bê, bê. [...]. Para nós, para nossa cultura isso é muito ofensivo. Quando uma pessoa, tá falando uma coisa e você fala que ele fala “bê”, bê, bê. É como você tivesse falando com uma criança. É ofensivo. Mais isto deveria ser uma coisa que deveria ser explicado no início da integração. A Universidade deveria explicar sobre isso. Explicar para os brasileiros, esta é uma cultura que ofende eles. Esta é uma cultura que não lhe ofende. Também poderiam nos explicar sobre algumas coisas que é ofensivo para os nacionais daqui”.

Notamos no tom da fala do entrevistado que este se sentiu ofendido na sua dignidade, ao se ver imitado, por colegas brasileiros, com um “bê, bê, bê”. No entanto, percebemos pelo relato, que este sentimento de ofensa, já não é tão acentuado. É algo que ficou na memória do estudante, mas que ele não traz como uma mágoa, pelo contrário, ele tem profundo respeito e gratidão por está na UNILAB. É apenas um fato que para ele, a Universidade poderia ter tratado melhor, se tivesse proporcionado um ambiente propício para a apresentação dos estudantes estrangeiros que iniciam o ano letivo.

João toca num ponto importante, quando diz que a Universidade também poderia “explicar sobre algumas coisas que é ofensivo para os nacionais daqui”. Entendemos que

neste sentido, podem estar as variações linguísticas, aquilo que é mencionado pelo aluno angolano, comentado no tópico pertinente, quando, por exemplo, se refere a palavra “bicha”, que para eles significa fila e para nós, tem uma conotação pejorativa.

Por outro lado, talvez João, pelo fato de estar muito focado nos estudos, não esteja acompanhando que, se na sua turma ele não teve uma apresentação inicial, acompanhamos que a UNILAB vem promovendo este momento, ao que ela denomina de SAMBA⁴⁶, Seminário de Ambientação Acadêmica, que é uma programação voltada para receber os alunos estrangeiros que estão entrando no ano letivo. Não podemos falar mais sobre isso, pois não tivemos oportunidade de aprofundar sobre isso, mas está colocado no ambiente virtual.

Também um outro fato que contraria a fala de João, é que a universidade também vem oferecendo o curso de língua denominado crioulo. Na fala da Profa. Jaqueline constatamos isso.

Ainda sobre integração foi perguntado ao entrevistado “Se ele ouvia relato de outros colegas nacionais de outro curso a respeito da integração” e se poderia dizer alguma coisa sobre isso.

A resposta foi que tinha sim, amizades com alunos guineenses de outros cursos e que, numa disciplina que faziam em conjunto, um rapaz tinha perguntado ao professor o seguinte: “Professor, a gente não vai interagir, não?”. E a resposta tinha sido esta: “Eu não sou competente para fazer isso. Se a pessoa não quiser interagir com outra pessoa, aí, não tenho como”. Não ficou esclarecida qual teria sido a disciplina, nem se fazia parte do tronco comum a todos os estudantes. O que se percebe é, que em termos gerais, nas Diretrizes Gerais estão estipuladas disciplinas que induzam a integração, a humanização dos alunos, mas na prática, o que acontece é um tecnicismo, pelo menos no curso de Enfermagem, foi o que nos deixou transparecer a entrevista.

Para concluir o tópico sobre integração foi perguntado ao entrevistado sobre a relação entre professores brasileiros, estrangeiros e entre seus professores nacionais, o que poderia acrescentar e assim ele asseverou: “Entre os professores brasileiros com estrangeiros fica um pouco difícil. Não tem uma unanimidade. A sala é dividida. Na minha opinião é um bocado difícil para o professor conseguir interagir com isso. Fica difícil porque a sala é dividida”.

O entrevistado quis dizer que a sala é dividida porque, alunos estrangeiros ficam, em sala de aula, sentados, todos juntos, separando-se dos alunos brasileiros, que também

⁴⁶ Seminário de Ambientação Acadêmica.

ficam sentados juntos. Eles se dividem assim: estrangeiros de um lado da sala, brasileiros do outro. Segundo a informação, é que esta divisão acontece em todos os lugares, no ônibus, nas salas de laboratório, com as aulas práticas na UFC.

João ainda relata que, quanto às aulas externas, aulas práticas, realizadas em laboratórios que ocorrem em Fortaleza, na UFC, uma vez que os laboratórios da UNILAB ainda não se encontram prontos, apenas uma única vez ocorreu a integração. Foi quando a professora solicitou que os alunos se misturassem, para interagir. Eis a fala do aluno: "Só uma vez quando a gente foi pra uma aula prática. A professora disse: Misturem-se, se interajam. Aconteceu, a gente se misturou. Lá em Fortaleza"; no entanto, ao retornar para a UNILAB, cada um foi para o seu lado, já dentro do ônibus, os brasileiros, sentaram-se a parte, mencionou o entrevistado.

No que concerne à voz da Professora Jaqueline, ela se reporta à integração levando em conta as políticas da UNILAB quanto à distribuição de Bolsas, que ela considera um aspecto positivo, além das políticas pedagógicas com o foco no esporte.

Foi perguntado se a entrevistada acreditava na integração. Respondeu que sim, mas apontou que falta política por parte da UNILAB para ampliar a integração. Dessa forma, ela assevera:

Sim. O que eu vejo basicamente é a necessidade de políticas de integração dentro dessa universidade. Por quê? Por exemplo, os alunos que vêm de outros países trazem consigo sua cultura que em dados momentos é, ou se choca é (*sic*) com a cultura de alguns alunos brasileiros, ou não há uma certa, como é que eu posso te falar, não há uma certa abertura pra essa integração né, pra receber a cultura do outro e doar a sua cultura. Então assim, faltam iniciativas dentro da UNILAB que favoreçam o conhecimento, o entendimento, é a aceitação, a respeitabilidade da cultura do outro.

Dentro da missão da UNILAB, a integração representa um elemento chave. Para que ocorra é preciso que a instituição tenha políticas focadas para a implementação. Na opinião da Profa. do ICEN, faltam maiores iniciativas, políticas para a promoção da integração. Assim, ela se posiciona:

Então assim, faltam iniciativas dentro da UNILAB que favoreçam o conhecimento, o entendimento, é a aceitação, a respeitabilidade da cultura do outro. Faltam iniciativas, faltam políticas nesse sentido, trabalhos que juntos aos alunos possam promover maior integração, porém, como nós estamos tratando de países com tronco linguístico comum, com traços culturais comuns também, há uma convivência pacífica, não há tanto choque cultural, mais eles existem, né".

Do que se pode concluir é que no que tange a integração, na opinião da entrevistada, ela acontece, mas não como deveria ser. Poderia ser ampliada, caso houvesse maiores iniciativas da Universidade.

A propósito de políticas de alcance da universidade com o intuito de proporcionar a integração, que não foi citado pela Profa. do ICEN, temos o Documentário “Ação Movimenta” que, conforme salientado por Vanéssia Gomes, Articuladora de Arte e Cultura da Pró-Reitoria de Arte e Extensão-Proex “O Movimenta teve uma inspiração em ações que existe de arte e cultura aí pelo mundo juto às pessoas e trabalha com a integração e também com a diversidade cultural”.

Lembramos que consideramos a integração como um reflexo da união, aqui significando soma, junção de países; no aspecto da legalidade, existe a união de países lusófonos usando do mesmo espaço geográfico que é a UNILAB. São estudantes que falam a língua portuguesa, com as nuances de cada país de origem; mas falam apenas entre grupos, dentro da mesma nacionalidade e turma.

Observamos que a integração, como nos foi informado, ocorre, apenas, dentro da turma e nem sequer no curso em si. A integração no sentido que, pelo menos hermeneuticamente entendemos ser a que Agostinho da Silva preconizava, não consideramos que exista, pelo menos no grupo analisado.

Conversas informais também foram importantes: quando aguardávamos para sermos recebida pelo assessor do Reitor: Professor Rodrigo Ordine, á época (hoje não é mais), ficamos a saber de alguns detalhes, quanto ao número de professores estrangeiros, por exemplo, que no Instituto de Humanidades e Letras, existe um professor efetivo; no de Administração Pública, outro e que também há, como efetivo, um professor de Guiné Bissau, e outro Português.

No que diz respeito à paridade de professores estrangeiros, dentro da UNILAB, no Ceará, tivemos informações controversas. A professora Jaqueline Freire e o Diretor da DRCA, Fábio, mencionaram que seriam 6, inclusive, mencionando alguns nomes, como por exemplo, no curso de Administração Pública, o do Prof. Luis Tomaz Domingues, Moçambicano, do Professor Ricardino, guineense que dá aulas no ICEN, disciplinas de Sociologia, Professor Lourenço Ocuni Cá, do ICEN, também guineense. O aluno angolano, Felipe, mencionou, ao tecer críticas a não participação de estudantes portugueses na UNILAB que somente existiam 9 professores estrangeiros, sendo um português, porém não mencionou nome.

De certo o que podemos dizer é que, no Ceará, a UNILAB tem pelo menos cinco professores estrangeiros, acrescentamos o nome do Professor Bas'llele Malolamo e Carla Susano Alem Abrantes, esta, nascida em Angola, pois, através da notícia veiculada “UNILAB em números” (UNILAB, 2016g), a instituição possui, de acordo com dados levantados pela Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), atualizados em dezembro/2016 um total de 272 docentes. Destes, 258 são efetivos, sendo 237 brasileiros e 21 estrangeiros⁴⁷.

Ainda sobre a categoria integração, temos diferentes interpretações. Existem semelhanças no relato da Profa. do ICEN e de João, aluno guineense, quando estes apontam aspectos positivos, como por exemplo, as “Bolsas” e o esporte, que para João, desde logo a chegada, deveria também ser usado em brincadeiras, como forma de gincana. A Professora faz ainda referência ao Programa de Acolhimento ao Estudante Estrangeiro (PAEE); a preocupação de domínio da língua portuguesa, do desenvolvimento da competência e a valorização da diversidade linguística como ter “projetos voltados para as línguas crioulas”.

Ao analisarmos o que diz o Diretor da DRCA, este afirma que integração plena não existe, de modo algum, em lugar nenhum. Para ele, integração é um conceito complexo. Em qualquer lugar da sociedade, formam-se sempre grupos que são agregados entre si, mas que no todo, não se agregam. Faz críticas, portanto, ao conceito e põe em dúvida sua possibilidade de realização: seria uma crítica dirigida a UNILAB e sua premissa? Considera impossível de ocorrer na prática na UNILAB?

Para João, aluno guineense, a integração não acontece, nem entre os nacionais de cada país, nem entre brasileiros. Cada um fica o mais próximo de um grupo ou turma. Opinião convergente ao que expôs o Diretor da DRCA.

No entanto, no depoimento de Felipe, a integração é um processo que vai acontecendo em cada etapa. Se no início foi difícil, pois “cada um estranhava o outro”, asseverou o depoente, devido à diversidade cultural, depois vai se modificando, pois, quem faz a integração é “a gente mesmo” e não a “universidade”. O pensamento de João já fica em oposição, pois, para ele é a própria universidade que deve se mobilizar para que ela aconteça. Por exemplo, colocado em sua fala, desde o início, “com uma apresentação, com uma gincana... para a turma dele, pelo menos, atividades ou estratégias desse tipo e com essa intenção nunca aconteceram”.

Quando nos reportamos à aluna brasileira do curso de Engenharia Renovável, ela destaca que existe um bom relacionamento entre os estudantes, que prevalece o respeito e a

⁴⁷ Os dados apontados referem-se à UNILAB nos dois Estados: Ceará e Bahia, não tendo como quantificar, neste momento, o número exato de professores estrangeiros no Ceará.

tolerância, mas na sua opinião, não há a integração, num sentido pleno (percebemos de forma enfática que o sentido pleno seria o pensamento de Agostinho da Silva, envolvendo a fraternidade, a amizade, cooperação).

No que diz respeito á integração, ressaltamos que assistimos ao Documentário “Do Outro Lado do Atlântico”, de Daniele Ellery e Márcio Câmara, que foi apresentado, no 26º Cine Ceará, no dia 19 de junho de 2016, com entrada franca, que trata das relações entre estudantes brasileiros e caboverdeanos, no Brasil, tendo também como cenário, a própria UNILAB.

O filme trata da ponte entre Brasil e África (o que tanto Agostinho da Silva pregava). Retrata a história de vida de estudantes africanos, falantes de língua portuguesa, em diferentes cidades do Brasil e apresenta o espaço da UNILAB.

No filme há relato das dificuldades iniciais de integração, dos agrupamentos individuais (o que é mencionado por Fábio). Mas, no final, percebemos que acontece, paulatinamente, o que Felipe descreve, resultando, portanto, a integração em um processo que vai acontecendo aos poucos, inclusive, gerando relações duradouras, como o acontecimento de casamento. É um filme alegre, que mostra estudantes felizes e gratos por estudarem aqui no Brasil, o que faz lembrar, a expressão que vimos no rosto de João, ao mencionar sua gratidão ao Governo Brasileiro, por lhe proporcionar a oportunidade de estudar na UNILAB.

A fala de João desperta o mesmo sentimento de gratidão (talvez por motivos diferentes!) que vemos no documentário. O cenário, embora se passe em Cabo Verde, desperta-nos muito para o que foi dito no depoimento de João (estudante guineense).

Quando perguntamos a João sobre o seu perfil econômico e dos demais compatriotas, de um modo geral, soubemos que sua família é de agricultores, o que, comparativamente aqui no Brasil, seria a prática de agricultura de subsistência e que, no geral, os guineenses se aproximam do perfil econômico. No entanto, o que nos surpreendeu foi a emoção que o entrevistado denotou, ao falar de sua gratidão. Eis a fala do entrevistado:

Na época da chuva, como chove bastante, aí plantam várias coisas, aí depois disso, essas coisas são colhidas para vender a fim de conseguir tipo dinheiro para fazer alguma coisa, meus pais vivem, basicamente da agricultura. [...]. É, a maioria que tá vindo tá no perfil econômico. Tá ajudando bastantemente **Se eu pudesse bater palmas para o Brasil, ou seja, eu sou obrigado a bater palmas porque é uma forma que nos ajudam bastante.**

O entrevistado ao se referir que é obrigado a “bater palmas”, assevera, veemente, com entonação de voz emocionada, porque ele considera que o sistema de seleção de

guineenses para vir estudar na UNILAB, se faz de forma idônea, com imparcialidades, uma vez que no seu país, há bolsas para a China e Rússia, mais por exemplo, as bolsas a serem ocupadas na China, quem escolhe é o próprio governo.

Retornando ao comentário sobre o documentário, ele ressalta de modo muito positivo a integração, apresentando pessoas sempre alegres e felizes, parecendo que nunca houve conflitos dentro da UNILAB relacionado com a integração; no entanto, numa análise mais profunda, vemos também que os produtores do filme também veem a integração como um processo, que está sendo construído.

4.5 A ideia de “Integração” em Agostinho da Silva

A ideia de integração em Agostinho da Silva é muito expansiva, com um profundo teor de ecumenismo, no qual a fraternidade, solidariedade, cooperação, perfeição e amor estão sempre presentes, dentro do seu Ideal de Quinto Império. Nessa expansão, temos um espaço geopolítico, que tem a língua portuguesa como ponte, ligando os países da África, ao Brasil, Portugal, Timor Leste, enfim, onde possa a língua portuguesa ser falada. Com este viés, a integração, dentro da UNILAB ou em qualquer outro espaço da sociedade, é uma utopia! No entanto, consideramos que princípios de solidariedade, cooperação e fraternidade estão colocados nos documentos da instituição, que vem sendo trabalhados, de modo que a integração, relacionando-se com estes princípios, que são de Direito Internacional possam acontecer, sob este aspecto. E Agostinho da Silva foi um defensor também de uma política externa, buscando sempre, aproximações com os países da África. E estes princípios estão colocados dentro dos fundamentos da CPLP.

Levando em conta estes princípios, defendidos por Agostinho da Silva e elencados nos documentos da UNILAB e (CPLP) perguntamos a João se, na sua opinião estes princípios se encontravam presentes, de fato, no dia a dia da universidade. Quanto à cooperação, assim ele assevera: “Ah Cooperação, eu diria que tem a cooperação, porque estando aqui, nós, isto é, acho que é resultado da cooperação [...]”.

Quanto à solidariedade perguntamos se existia e o que ele entendia sobre este conceito. Foi muito coerente a resposta do entrevistado, pois, uma vez que ele considera que não há integração, pois em síntese, para ele é conhecer, é fazer amizade, se esta não acontece, porque a própria universidade não proporciona isso, no início, então como pode também haver solidariedade? Assim ele assevera que:

Mais a solidariedade eu acho que é pouco. [...] A pessoa que se preocupa com o outro, no meu entender, por exemplo. Por exemplo, se eu não conhecer, nem ter amizade, como é que eu vou ter solidariedade com o outro? Mais se fosse alguma pessoa que eu tivesse amizade e saber o que ela tá necessitando. Se tivesse isso. Por exemplo, eu tenho amizade com alguns nacionais, conseqüentemente vou ter solidariedade.

Na fala de João, embora um pouco confusa, consideramos que foi o único que compreendeu o sentido da integração, do mesmo modo que entendemos em Agostinho da Silva. Ele reconhece que dentro da Universidade existe a cooperação, porque está estabelecido formalmente; quanto à solidariedade, somente poderá, para ele, existir, se houver uma amizade, o conhecimento do “outro”. Como eu posso ser solidário, se não conheço o outro? É isso que ele indaga. Então, a amizade, que está associada à fraternidade, é um elemento importante para que haja a integração, na opinião do entrevistado, que, responsabiliza a Universidade por não proporcionar a aproximação, entre os estudantes, logo no início, com uma “acolhida”.

Ressalte-se, no entanto, que a Universidade vem proporcionando esta acolhida, com o SAMBA e também com o “Ação Movimenta”, que já mencionamos.

4.6 Alunos Guineenses

A entrevista coletiva começa com João falando sobre a importância que a UNILAB tem para os jovens guineenses, pois é uma oportunidade de mudar a vida. No meio de sua fala, Jesus interrompe e diz que a Universidade pública em Guiné Bissau, não é gratuita. Ela é paga, não um valor tão caro, mais que para muitos guineenses não é possível pagar, uma vez que o país passa por sérios problemas socioeconômicos, há muito desemprego. Quando perguntamos a João sobre a importância da UNILAB ele nos diz,

Tem ajudado bastante é claro lá no nosso país tem muitos jovens, com ansiedade, aliás, com vontade de estudar e que não tem como pagar a Universidade, porque lá só tem uma única universidade pública que não funciona, ultimamente [...].
Então as universidades privadas acabam sendo mais caras isso leva com que as pessoas ficam sem a forma de estudar, né, não tem condições pra pagar a universidade [...].

Ficamos perplexos em saber que a única universidade pública, que também não era totalmente pública não estava em funcionamento. Na fala da Profa. Jaqueline isso não tinha sido dito, no entanto, nos recordamos de sua fala, quando lhe perguntamos se acreditava

no “projeto UNILAB”, no que ela concordou que sim, e neste trecho da fala, menciona o período em que esteve na Guiné.

Eu acredito firmemente. Eu morei na Guiné Bissau, trabalhei lá, que é um dos países parceiros, né, na costa Ocidental da África e acho que foi esta experiência que eu vivi, na Guiné, em 2006 e 2008, que me fez em 2009, escolher a UNILAB, porque eu tive uma vida tão estável né, uma carreira tão consolidada na universidade de onde eu era, que, o que poderia fazer você mudar tão radicalmente de vida, vir pro Estado que você não tem família, que você não tem nenhum vínculo [...].

O termo assinalado em que a Professora Jaqueline esteve em Guiné Bissau é o período 2006 a 2008. João informa que a Universidade Pública de Guiné Bissau, embora paga, está sem funcionar, há cinco anos, devido a crise que o país vem passando. A oportunidade que o governo brasileiro, através da UNILAB vem dando, é impagável, na opinião do entrevistado. Assim, ele se reporta:

[...] Só que quando o Brasil envia vestibular pra as pessoas fazerem a prova pra poder vir estudar aqui, isso já é uma ajuda impagável, né? Não temos nada a pagar ao Brasil.

Ressaltamos que neste momento da fala de João, no qual ele dá uma entonação forte, de muita emoção, os dois estudantes guineenses que acabaram de entregar seus questionários respondidos, entram na conversa e a entrevista passa a ser coletiva. Estes alunos enfatizam a emoção de João e demonstram muita gratidão ao Brasil, pela oportunidade única em proporcionar-lhes um ensino superior, o que seria impossível para eles, devido as suas condições econômicas. Os alunos guineenses estão no Ceará, desde 2011 e mencionam que há cinco anos a universidade de Guiné Bissau se encontra de portas fechadas. O que corrobora o que foi dito pela professora Jaqueline, que em nenhum momento se reportou ao fato de a Universidade de Guiné Bissau se encontrar de portas fechadas. No tempo que esteve lá, funcionava, normalmente.

A propósito sobre a fala de João no que tange à Universidade pública de Guiné Bissau, pesquisamos que se trata da Universidade Amílcar Cabral (UAC), que foi criada pelo Decreto nº 6, de 6 de dezembro de 1999, para ser uma universidade pública com gestão privada/autônoma. O nome é homenagem ao “pai” da independência de Guiné Bissau. Em 2008, referida universidade foi extinta e suas estruturas foram absorvidas pela Universidade Lusófona da Guiné (ULG) (SANHÁ, 2009). Desde 2010, o governo de Guiné Bissau vem

tentando reestruturar a instituição, realizando, inclusive, um convênio de cooperação com a própria UNILAB (BRASIL, 2013).

A Universidade passou, realmente, cinco anos desativada, retornando às atividades, em 2013. Em 2014, temos relato de uma negociação para a integração na UAC, da Faculdade de Direito de Bissau, como unidade orgânica e ainda, em 2015 a UAC realizou vários eventos de caráter acadêmico, enquanto a Universidade, não reabriu, oficialmente suas atividades, para o ano letivo 2015/2016, o que estaria condicionado a um convênio com a UNESCO para aquisição de materiais para os cursos de licenciatura em tecnologias. Não temos notícia da efetivação de tal convênio.

4.6.1 Algumas críticas e outras considerações

Neste tópico, trazemos alguns pontos de críticas ao pensamento agostiniano e ao discurso dos sujeitos, os quais não podemos olvidar, por considerarmos importantes.

a) Críticas a Agostinho da Silva

O pesquisador não pode vivenciar um “incauto silêncio”, o que Agostinho da Silva condenava veementemente. Com esse olhar, aventuramos a tecer algumas argumentações contrárias ao pensamento de nosso autor aqui defendido. Não nos restam dúvidas que o pensamento de Agostinho da Silva tem um viés próprio a respeito de “Quinto Império”, que conforme acentuamos se diferencia do que Padre Antônio Vieira Pregava e o próprio poeta Fernando Pessoa.

Se na essência, o pensamento agostiniano é único, como então contrastá-lo? A partir das próprias palavras colocadas por Agostinho da Silva (1999, p. 108) quando este prevê uma organização formada, à semelhança de Portugal, desde a Guiné como ponto central a uma Federação dos pequenos países do Golfo e, considera, embora estes grupos diferentes mantenham “suas línguas nativas, em que devia fazer a primeira alfabetização”, o autor impõe que a língua portuguesa seja a “língua de cultura, de comunicação intertribal e internacional”.

Ao analisarmos a presente citação vemos um teor de imposição da língua, o que nos parece que Agostinho da Silva está a defender o “imperialismo” de Portugal com fundamento na língua portuguesa. E vimos ainda, que há no nosso autor um Ufanismo exagerado, em defender Portugal como o “Quinto Império”.

Por sua vez, Baptista (2007), no artigo “Agostinho da Silva: pensador do mundo a haver”, traz pontos de semelhança e contrastantes entre o pensamento de Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço, este último, contemporâneo de nosso autor, porém com quase duas

décadas de diferença entre ambos. Eduardo Lourenço, inclusive, ensinou um pouco período junto com Agostinho da Silva, em 1959, na Universidade Federal da Bahia.

De acordo com Baptista (2007), os dois autores têm aspectos comuns e divergentes; ambos combinam de forma original a literatura (da poesia ao ensaio) com uma profunda inquietação filosófica, preferindo o gênero textual ensaístico, de um estilo “ibérico”; no entanto, os dois divergem e, nessa divergência, o pensamento sobre “lusofonia ou a constituição de uma cultura lusófona” se distancia.

Segundo Baptista (2000), o pensamento de Agostinho da Silva é eminentemente atlântico e lusófono, enquanto o de Eduardo Lourenço é tendencialmente europeísta e crítico da lusofonia.

Enquanto Agostinho da Silva vê a lusofonia como possível, para os países falantes da língua portuguesa (uma visão antecipatória da CPLP), Eduardo Lourenço vê como uma “miragem”, O que Baptista (2007) classifica como uma “nostalgia imperial”. Lourenço (1999, p. 162-163) ressalta que “o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza [...] história e mitologia – um sonho de estrutura, de intenção e amplitude lusíadas”.

Ainda nos reportando a Baptista (2007) esta assevera que para Eduardo Lourenço, a realidade que se refere os outros povos que têm por língua o português, têm “múltiplos imaginários lusófonos”, assim, “o que nós entendemos por lusofonia, conceito já de si vago, impreciso e ‘pós-colonialista’, só em “parte coincide” com os países falantes da língua portuguesa, de modo que o “imaginário lusófono” corresponde à “pluralidade e à diferença” e, se quisermos dar sentido, a “galáxia lusófona” temos de vivê-la, “na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense”.

Se de uma visão um pouco “imperialista”, a de Agostinho da Silva ou de uma “miragem”, a de Eduardo Lourenço, o que temos de concreto é que, a normatização da CPLP saiu dos ideais e se concretizou, restando que, a presença de países parceiros é presença na UNILAB de quem é observador da CPLP e que busca, conforme nos restou na pesquisa, assegurar a concretização da lusofonia de maneira que haja a descolonização, o fim do imperialismo e que aconteça o respeito a pluralidade, a diferença, o multiculturalismo dos países parceiros.

Outro ponto que enalteçemos, ainda, criticamente, é sobre qual a “cartilha”⁴⁸, seguida por Agostinho da Silva, enquanto educador. Ele segue a cartilha de Espinoza⁴⁹ ou de Marx? Ou ambas? Agostinho é tão denso, auto intitula-se, ele próprio como heterodoxo e ortodoxo e em muitas passagens de seu texto, expressa claramente sua admiração por Espinosa.

A comparação sobre a lógica de qual a “cartilha” realmente seguida por Agostinho da Silva, se a de Espinoza ou a de Marx, ou ambas, não nos coube aprofundar, pois somente nos despertamos para tal, já no momento final da dissertação o que vemos como uma abordagem secundária, oportuna para uma boa Tese de Doutorado. No entanto, numa primeira aproximação, embora Agostinho da Silva em algum momento considere que o trabalho aliena, defendendo uma liberdade no homem que o faz “um poeta a solta, não ousamos dizer que tenha alguma aproximação com Marx, considerando, portanto, que seu pensamento de cunho ecumênico que lhe é próprio, o faz aproximar-se do pensamento espinoziano”.

Há no pensamento ecumênico de Agostinho da Silva muitos traços da filosofia espinozista. Verificamos isto, em vários de seus textos compilados em “Dispersos”. Assim, nossa interpretação do pensamento filosófico-religioso de Agostinho da Silva é que este traz uma mensagem ecumênica, forte, mas não no sentido religioso em si. Sua mensagem ecumênica é de cunho racionalista-filosófica, de “cariz cristão” (PINHO, 2007).

b) Discursos dos sujeitos da UNILAB

Na entrevista com a Profa. Do ICEN, foi-nos dada a impressão que a Universidade tinha sido ocupada por alunos estrangeiros, de todos os cursos, mas, quando entrevistamos o aluno guineense ficamos a saber que a ocupação⁵⁰ se deu com os alunos do curso de Humanidades, pois os alunos guineenses do Curso de Enfermagem não tinham bolsa.

⁴⁸ O termo foi citado pelo Prof. Jaques Therrien durante sua entrevista para a presente pesquisa, referindo-se, indiretamente, às correntes filosóficas que existem relacionadas à Educação.

⁴⁹ Filósofo que constituiu um sistema de cunho racionalista, holandês, que morou durante muitos anos em Portugal e que defendia o panteísmo.

⁵⁰ A Professora do ICEN se refere a ocupação, no *Campus* da Liberdade, em dois momentos, que, segundo ela, a UNILAB não soube bem administrar o conflito. O primeiro momento aconteceu, em abril de 2014, quando os estudantes internacionais, principalmente, africanos, de países africanos fizeram movimento contestatório sobre as condições em que eles estavam vivendo na UNILAB”. O movimento chamou a atenção dos Países Parceiros, segundo ela, para as condições que estavam vivendo os alunos. A segunda ocasião, ocorreu em 2015, de modo bem mais tenso, “por conta do Programa Bolsa Permanência e, de uma negação de direitos ou, junto com a contrariedade de interesses dos estudantes. Os estudantes ocuparam a reitoria por 70 dias. E isso retardou a chegada do atual reitor *pro tempore* e tivemos muitas situações de intolerância, de falta de diálogo interno, ao mesmo tempo muitas tentativas de diálogo [...]”. O movimento conforme asseverou a entrevistada, repercutiu bastante na mídia, tornando-se um conflito que foi solucionado, com a intervenção do Poder Judiciário Federal (JFCE), ao julgar uma Ação de Reintegração de Posse proposta pela Reitoria da UNILAB contra os estudantes estrangeiros, conforme Sentença que se encontra anexa a esta pesquisa.

Em um momento da fala da Professora do ICEN, esta critica a postura da Reitoria ao lidar com o conflito mencionado e que, segundo ela, a universidade não soube lidar com a crise, pois coagiu e constrangeu, alunos e professores. Não compreendemos que a postura da Reitoria tenha sido colocada mal, pois, se a universidade se encontrava ocupada, a Reitoria tinha o dever legal de buscar os mecanismos institucionais para a desocupação.

No entanto, acreditamos que de um modo geral, prevaleceu o bom senso, o diálogo, o “agir comunicativo” produzido por Habermas (2003, p. 45), que em linhas gerais, significa uma “integração social que obriga os atores envolvidos a sair do egocentrismo e a se colocar sob os critérios públicos da racionalidade e do entendimento”. Ainda corroborando, o mencionado autor afirma:

Num caso de conflito, os que agem comunicativamente encontram-se perante a alternativa de suspenderem a comunicação ou de agirem estrategicamente – de protelarem ou de tentarem decidir um conflito não solucionado. Parece haver uma saída através da regulamentação normativa de interações estratégicas, sobre as quais os atores se entendem [...]. (HABERMAS, 2003, p. 46)

Compreendemos que a situação vivenciada pela UNILAB, em sua “primeira infância”, na condução dos conflitos ocorridos, se encaixa perfeitamente como estratégias apontadas por Habermas (2003). A UNILAB, institucionalmente, fez o seu papel, de em última instância, recorrer ao Judiciário. Por sua vez, os outros atores, professores que se aliaram aos alunos também fizeram o seu, em buscar o diálogo com advogados e Assembleia Legislativa, de modo que, aconteceu a desocupação do prédio da UNILAB, no prazo assinalado na decisão judicial, sem que houvesse o uso da força coercitiva, que é própria do judiciário.

Partindo do pressuposto de que a UNILAB tinha o dever legal de reivindicar a desocupação, questionamos sobre as penalidades aplicadas e ficamos a saber, que, de direito, estas não foram aplicadas, pois a Universidade, por não ter seu Estatuto homologado, não tinha aplicado nenhuma pena aos envolvidos. Eis o fragmento da fala da Profa. do ICEN,

A Pró-reitoria de graduação mandou um ofício circular, um memorando-circular, orientando de como abriria um processo. Não eu não diria porque as penas disciplinares elas vieram num contexto de crise e numa universidade que não tem estatuto nem regimento. Como a UFC é a tutora recorreram ao estatuto da UFC. Se hoje você entrar na justiça contra a UNILAB, por alguma razão, vai ter que ser avocado o estatuto da UFC. O da UNILAB não tá homologado. Em tese, vale o de lá.

Ficamos bastante surpreendidos com esta fala e nos foi informado, ainda que as penalidades aconteceram, veladamente, contra os professores, afetando, inclusive, as relações entre professores e alunos e que, de direito, não aconteceram também as punições, em virtude de grande número de professores terem se colocados a favor dos estudantes participantes do conflito. Assim, temos este fragmento,

Veladamente sim, institucionalmente não. [...]. Por que eu acho que mudou a relação professor e aluno, de vários, mudou a relação de amizades. Mais institucionalmente não teve uma punição, uma suspensão, uma advertência. Formalmente não houve, mais veladamente, nas relações, eu não tenho a menor dúvida de que teve muito problema.

Na opinião da Profa. do ICEN, se os alunos ocupantes tivessem sido penalizados, haveria diretamente o confronto da Reitoria com os professores que estavam na defesa daqueles e por isso, houve o recuo, das penalidades.

Salientamos a importância do diálogo e corroboramos a compreensão de que uma universidade não é um espaço cuja realidade se apresente pronto e acabado, como asseveram Balzn e Dias Sobrinho (2011, p. 16), a Universidade não é uma instituição cuja “realidade se apresente pronta e acabada”, pelo contrário, ela é uma instituição, um espaço cujo “cotidiano” é feito de “processos de diferenciações e de convergências”.

Considerando que o conflito se faz presente em todo o momento nas relações sociais e que, a Universidade, enquanto instituição não está imune a isso, pois faz parte da sociedade, muito natural a existência do conflito. Os acontecimentos narrados pela entrevistada ocorridos em 2015, ainda na fase da “primeira infância” da UNILAB consolidam uma experiência de um acontecimento que é normal, na existência de uma instituição, que, foi resolvido por uma **decisão judicial**⁵¹, mas que, também prevaleceu o diálogo, o consenso, uma vez que não houve a necessidade de os oficiais de justiça intervir, realizando a desocupação compulsória para fazer cumprir a decisão, emanada da juíza federal, pois, conforme analisado no Processo Judicial Eletrônico – PJE, cuja sentença se encontra anexa, os oficiais de justiça da comarca de Redenção, compareceram ao local e intimaram os estudantes, dando-lhe ciência do prazo de dois dias e das penalidades (Multa de R\$ 500,00 – quinhentos reais ao dia, para cada estudante) decorrentes no caso de desobediência à ordem judicial.

⁵¹A decisão encontra-se disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/7%C2%AA-Vara-Federal-Reintegra%C3%A7%C3%A3o-de-posse.pdf>, acesso em 19.10.16, às 19h.

Enfatizamos que uma Universidade é formada por uma pluralidade de pessoas, atores, envolvidos. Cada um tem um pensamento próprio. Mas é preciso que chegue um momento de convergência, de racionalidade, para que no dizer de Habermas (2003, p.), aconteça o “agir comunicativo”. O que consideramos que o resultado final desta experiência, acomoda-se ao pensamento agostiniano, quando este ressalta

O essencial, para um homem verdadeiramente de universidade não é ter quem o apoie, é ter quem o contradiga, é ter quem esteja sempre junto dele não deixando que a sua imaginação o leve por caminhos errados, ou que a sua informação seja deficiente; é ter o homem que a cada passo esteja dentro dele como contrário, para que da soma dos dois possa resultar alguma coisa de útil. (SILVA, Agostinho da, 2000, p. 44)

Embora houvesse uma ordem judicial, no desfecho final, ocorreu o consenso, com a desocupação dos estudantes, de forma espontânea, evitando-se um desgaste maior para a instituição, que naquela ocasião, encontrava-se sob a observação internacional, dos países parceiros.

Outro aspecto a destacar, é o grau de envolvimento dos entrevistados(servidores) com a universidade. Referimo-nos a participação da professora do ICEN, o Diretor da DRCA e a Secretária do DRCA. Ambos demonstraram estar bem conectados com a instituição. Enfatizamos este fato, pois ao realizar as entrevistas, não havia nenhum agendamento marcado e eles nos atenderam, de pronto, ajustando as suas necessidades e atendendo as da pesquisadora em obter dados para esta pesquisa.

Os três sujeitos mencionados, de certa forma, foram pegos de surpresa com a entrevista e se posicionaram, de modo a demonstrar que sabiam muito bem o que iriam responder, que conheciam as diretrizes gerais, o estatuto, os PPCs e, por isso que, quando indagados sobre a questão do currículo, das disciplinas que fazem com que a UNILAB seja singular, em relação às demais universidades, souberam tão bem responder, de modo que, comparativamente, quando confrontamos suas palavras com o que está escrito nas ementas das disciplinas, percebemos isso, que há o conhecimento sobre elas(disciplinas).

Ressaltamos ainda, que quanto a Fábio, este demonstra conhecer os alunos estrangeiros, seus países e suas necessidades. Muitos fatos apontados por ele são enfatizados pelos alunos estrangeiros nas entrevistas. Como por exemplo, o fato de Guiné-Bissau ser muito carente e praticamente não existir universidade naquele país. Este fato também foi mencionado pela professora do ICEN.

Sobre a categoria “Agostinho da Silva” identificamos que o nome de Agostinho da Silva é quase que desconhecido pelos sujeitos pesquisados. A obra em si do autor, todos desconheciam, embora, mesmo considerando que este homem foi tão importante para a História da Educação, no que também abrange o próprio direito à Educação, em Portugal, no Brasil e em alguns Países africanos falantes da língua portuguesa.

No *locus* da pesquisa, apenas o Professor Rodrigo Ordine, a quem entregamos nossa carta de apresentação para realizar a pesquisa, afirmou que já tinha ouvido falar o nome, que na Bahia, Agostinho da Silva era bem conhecido.

Realmente, se temos informações concretas da divulgação de Agostinho da Silva, restou corroborado que alguns intelectuais baianos o conhecem, como por exemplo Caetano Veloso e Gilberto Gil. Vejamos o que diz Caetano Veloso:

Cheguei a essa formulação partindo de conversas que tive com o professor Agostinho da Silva, o maravilhoso português que, fugindo à perseguição salazarista, veio para o Brasil e, depois de estadas consequentes em Santa Catarina e na Paraíba, foi parar na Bahia. Ele costumava dizer que “Portugal já civilizou Ásia, África e América: falta civilizar Europa”. Eu adorava o desaforo. Agostinho tinha saído da Bahia e ido para Brasília (onde, ao lado de Darcy Ribeiro e outros, tentou fazer da UnB um laboratório civilizador, até que o golpe de 1964 destruiu as esperanças). (VELOSO, 2012, *online*)

Quanto a Gilberto Gil, convidado a dar depoimento no livro “Presença de Agostinho da Silva no Brasil”, assevera que “o exame razoavelmente atento da história do pensamento do século XX, em Portugal, no Brasil e em todo o mundo de língua portuguesa”, nos conduz aos registros de livros, documentos, ensaios, do que ainda resta de vasta memória oral, da obra “Transnacional de origem portuguesa” de Agostinho da Silva, o qual considera um “mestre”, que levou adiante, “o sonho dos templários, agora materializado já não no sopro que empurrou os barcos para o mar, mas nas árduas tarefas de escavar o novo chão e construir as novas cidades da Terra”.

Para o Professor Jaques Therrien lhe perguntamos se sabia alguma coisa sobre Agostinho da Silva, nos quatro minutos iniciais. O entrevistado não conhece as leituras diretas de Agostinho da Silva, no entanto, supõe que Paulo Freire, pelo fato de ter morado bom tempo na África, em Moçambique por exemplo, local onde nosso autor viveu uma época, possa ter conhecido e incorporado muito do pensamento agostiniano. É neste patamar que temos um trecho da fala do Prof. Jaques Therrien,

E um nome conhecido, referência, com a África. Ele eu não conheço como tal, por Paulo Freire andar na África e o Paulo Freire trabalhou e eu trabalhei a vida toda

Paulo Freire [...] na educação tem que se permitir muito além do que a gente enxerga. Tentar enxergar o que não aparece. O que está fora dos quadros teóricos. Aí interessante, as vezes você tem que rezar pelas cartilhas. Se você quer ser educador, você tem que conhecer as cartilhas e discutir as cartilhas a partir das várias leituras do mundo. Isso eu aprendi com Paulo Freire. E Agostinho não conhecia Paulo Freire? Aí a questão que eu tenho, porque eu não conheço muito Agostinho, o nome sim, já ouvi falar. Eu não conheço especificamente as leituras.

O entrevistado, na sua fala, comprovadamente não conhece Agostinho da Silva, o mesmo ocorrendo com a Professora Jaqueline. Acrescentamos que, não só a UNILAB, na fala dos sujeitos desta pesquisa não conhece o autor referendado, mas outras fontes por nós consultadas ignoram sua importância para o movimento de criação da CPLP. Como exemplo, trazemos o recente discurso feito na abertura da XI Conferência dos países da CPLP, ocorrido em Brasília, entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro (CPLP, 2016).

Constatamos que na audição desse evento, nenhum dos participantes fez qualquer menção ao nome de Agostinho da Silva como baluarte da língua portuguesa no mundo na formação da CPLP.

No entanto, ressaltamos que, se hoje temos a língua portuguesa com o seu grau de importância, falada não só nos países que foram colonizados por Portugal, porém pelo mundo afora, foi um ideal agostiniano, para quem a língua é tão fundamental que afirmava “Não precisamos de mais nada senão ensinar a língua. Atrás da língua as outras coisas virão”. (SILVA, Agostinho, 1988)

O Presidente da República do Brasil, ao parabenizar o atual secretário geral da ONU, enalteceu o orgulho que nutre para com os países componentes da CPLP, salientando: “[...] quem sabe, secretário Gutierrez⁵², nós conseguimos, no seu período, fazer com que o português também seja a língua oficial da ONU, não é verdade? [...]”⁵³. No entanto, nenhum dos participantes faz menção ao nome de Agostinho da Silva como um dos baluartes da divulgação desse idioma no mundo e mesmo da CPLP. O nome do Embaixador José Aparecido de Oliveira é citado, com reverência, o que corrobora a nossa tese de que Agostinho da Silva, no Brasil, em essência, continua desconhecido.

⁵² O comentário se refere porque o atual Secretário da ONU é o português António Guterres.

⁵³ Referência que fez o Presidente Michel Temer, em 31.10.2016, na Abertura da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos em Agostinho da Silva um viés de um grande pedagogo; tanto é verdade que gostava de ser chamado professor. Ele foi uma pessoa que dedicou toda a sua vida a pensar e a propor o sistema educativo implantado em Portugal que extrapolou as fronteiras daquele território, vindo a abranger não apenas os países falantes de língua portuguesa. Sua luta pelo direito à educação, englobando a cidadania, ganha dimensão até ser incorporado pela UNESCO, o que o torna um grande mestre para a Educação Comparada.

Quando esteve no Brasil ajudou a criar algumas universidades federais, como a hoje Universidade Federal da Paraíba, que na época, era apenas Faculdade de Filosofia e que pertencia ao Estado da Paraíba, além de ter tido participações nas universidades de Santa Catarina e na Universidade de Brasília, quando criou o Centro de Estudos Portugueses, posteriormente extinto, na Universidade de Brasília.

Em sua ação pragmática, Agostinho da Silva criou o CEAO, em 1959, em Salvador-BA (Centro incorporado à Universidade Federal da Bahia), além de que, tentou incluir, no currículo regular da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina, a cadeira de História do Estado, em que pretendia lecionar referida disciplina, mas que, por questões políticas, não conseguiu implementar, além de Centros de Estudos Brasileiros, como frisamos no decorrer da pesquisa.

Agostinho reconhece que uma universidade não é formada apenas de estatuto. Precisa haver a interação, cooperação entre todos os agentes sociais que dela participam e ela (universidade) precisa se preocupar com o humano e não com o tecnicismo e especialismo exacerbado. O verdadeiro homem de Universidade não deve ter medo do “confronto”. O essencial para o “homem verdadeiramente de universidade” não é ter quem o apoie e sim quem o contradiga.

Ele defende a carreira docente, o ofício de pesquisador e a tendência de admitir os homens pelo mérito e não pela capacidade de discurso. Segundo ele, o professor tem que ter “apetência pelo saber”, pelo trabalho e não apenas fazer do ensino alguma coisa que é “apenas um episódio da sua vida”.

Compreendemos Agostinho da Silva quando conhecemos o seu método, que é em espiral e conhecendo o seu pensamento filosófico-religioso como fonte primordial, imbricado com todos os outros aspectos pelos quais enveredou a sua vida, como o pensamento, sobre comunidade fraterna, Quinto Império, Educação.

Podemos concluir o entendimento sobre o “Quinto Império” de Agostinho da Silva, enfatizando que é uma organização social, que ele compreende como “Reino” no qual o Imperador é simbolicamente representado pela figura da “criança”, que, pela pureza de espírito, representa o adulto com esta capacidade de se tornar criança, que ele considera uma verdadeira religião.

O “Quinto Império” é um “Reino” possível, no qual não há miséria, provocada pela fome, pois a economia é baseada no coletivo, há o fim da propriedade privada, a religião é a do Espírito Santo, o ideal de governo é o “não haver governo”, que a educação seja voltada a formar com o fim (não existência) de antinomias: “produtor e consumidor”, “liberdade e segurança” e onde a fraternidade, o amor e a Educação fossem vivenciados numa cooperativa escolar.

Nessa cooperativa escolar, as crianças são sócias e, à medida que forem crescendo para outros graus de estudo, fossem uma cooperativa de crianças e de adultos que plenamente tem sido crianças. Agostinho da Silva acredita que, com as práticas pregadas pela sistematização da doutrina de Cristo, este Reino é possível, aqui na terra, onde é o verdadeiro paraíso.

Salientamos ainda que, concluímos que o termo comunidade fraterna se refere ao tempo mais atual, ao nosso tempo, onde pode ser possível a aplicação das teorias do Quinto Império. Nossa interpretação hermenêutica entre o Quinto Império e a “Comunidade Fraterna” é que aquela categoria se voltava mais para o período de Portugal na Idade Média, ou mesmo Moderna, enquanto a “Comunidade Fraterna” é um tempo mais próximo do que vivemos. Assim, temos que comunidade fraterna humana, no qual o autor projeta um tempo a “advir”. Com origem nela, temos o mundo que vivemos, pois ela se caracteriza por ser imperfeita, com limitações, na qual se buscam melhoramentos, visando à perfeição.

A Comunidade Fraterna de Agostinho da Silva exprime traços antropológicos, em que a Educação é um valor fundante que leva a ética do amor e santidade e se inspira nos ideais paracléticos do “Quinto Império” e na “Idade do Espírito Santo”. O amor, como categoria fundante, está em diversos momentos de seus escritos, assim como a perfeição, que ele considera o único dever do ser humano.

Sobre lusofonia, podemos dizer que as crenças levantadas no presente estudo levaram-nos à conclusão de que embora esta palavra não tenha sido usada diretamente por Agostinho da Silva, mas ele a defende, como uma comunidade idealizada e unida pela mesma língua, uma meta final a “União Internacional de Povos”, na língua portuguesa, estava presente em seu pensamento, desde quando, aqui no Brasil, lança as bases de criação do

CEAO e do CBEP, como ressaltou Sá (2013), pois estava a estabelecer elos de pertencimentos histórico entre os países falantes da língua portuguesa e a historiar o porvir histórico da CPLP.

As estruturas organizacionais que consolidam esta idealização foram criadas já perto do seu final de vida, como o IILP, a CPLP, a UCCLA e outras instituições de caráter nacional ou internacional, na qual defendemos aqui, a UNILAB, recentemente, por via indireta, como o reflexo do pensamento do nosso autor pesquisado.

Falamos sucintamente que Agostinho da Silva é considerado o “avô profético” da CPLP e que esta se encontra em processo de desenvolvimento, tendo a UNILAB como observador permanente.

Agostinho da Silva também apoiou a unificação ortográfica, ou seja, a adoção de uma escrita comum, no qual as pronúncias diferentes se mantivessem.

Nas nossas buscas por aproximações entre o pensamento agostiniano e os documentos que constituem a UNILAB, encontramos, nas diretrizes e no próprio estatuto, algumas, no entanto, consideramos que a integração está ali colocada, de maneira formal, muito voltada para o sentido do léxico, estando muito distante para a utopização agostiniana, mas isso não significa que não se possa sonhar em vê-la um dia concretizada!

O princípio de cooperação está no dia a dia da UNILAB como uma meta a alcançar, assim como o de fraternidade, contidos nas diretrizes e no estatuto.

As nossas percepções sobre o que dizem os sujeitos que compõem a UNILAB sobre as categorias: lusofonia, integração, currículo e Agostinho da Silva foram o seguinte.

Para a categoria lusofonia, de modo geral, todos os entrevistados ou os respondentes dos questionários reconhecem a lusofonia como referente à língua portuguesa e o próprio envolvimento com a CPLP (é uma compreensão de senso comum). Apenas a professora do ICEN nos dá uma visão muito próxima da literatura, mais ainda voltada para um pensamento tradicional no qual a lusofonia remete a luta do colonizador, a todo um processo histórico, pensamento este que se encontra hoje mais dinamizado, voltado para espaços universitários.

No entanto, nas práticas cotidianas, a experiência da UNILAB no que diz respeito à lusofonia, como observamos nas divulgações veiculadas no seu site, remete-nos a uma lusofonia na qual há uma multiculturalidade, o respeito à pluralidade com a busca total da descolonização e fim de “imperialismos”, que se faz presente na inclusão de temas curriculares, dentro da Universidade.

A base curricular apontada, composta por seis disciplinas para todos os cursos tornam a universidade ímpar e dá noções gerais sobre lusofonia, cultura e diversidade dos países envolvidos, afastando, um pouco do tecnicismo e do especialismo que Agostinho da Silva tanto criticava.

O princípio da articulação teórico-prática está muito presente na filosofia da UNILAB. Por ele, o ensino-aprendizagem corresponde a um “espaço prático e específico de produção, transformação e de mobilização de saberes e de teorias”. Agostinho da Silva defendia a articulação entre teoria-prática e a comunidade. Para ele, a universidade era para servir a comunidade e não apenas para transmitir o conhecimento.

Integração por sua vez é um conceito complexo, que depende do ponto que se quer aproximar. Uma integração plena, que se aproxima do pensamento agostiniano, que foi o que quisemos pesquisar, apenas dois sujeitos puderam compreender: um, foi o Diretor do DRCA; no entanto, este considera pouco provável de ocorrer. Na resposta dada no questionário, um aluno guineense não reconhece que ocorra a integração, pois para ele falta a fraternidade, a aproximação com o “Outro”. É no sentido de buscar o “Outro” que entendemos a integração.

No entanto, reconhecemos como bastante pertinente o pensamento do aluno angolano quando coloca que a integração é um processo progressivo, que vai acontecendo, aos poucos e depende de cada um e não apenas da universidade, pois com o depoimento deste aluno, expressamos a concretização da integração no sentido que a entendemos nesta pesquisa e como Agostinho da Silva a entendia; no entanto, acreditamos que a Universidade deve trabalhar melhor, em políticas, em metodologias que aproximem mais rapidamente os alunos.

Integração neste sentido, realmente é um processo, mas que pode ser melhor efetivado, já desde o início, no primeiro encontro de todos os alunos, já na apresentação, com acolhimento, no decorrer das aulas, com cada professor tendo em mente a necessidade de aproximar, integrar a todos e não, meramente, preocupados em repassar o conteúdo.

Assim, entendemos a integração com o sentido de juntar-se, tornando-se parte integrante, com um sentimento maior, de fraternidade e união, de solidariedade, no qual a ajuda mútua forma uma unidade entre as partes e a amizade é um elo fundamental. É nesse sentido que procuramos verificar se existe a integração entre os sujeitos investigados.

Acreditamos, no entanto, que a universidade possa promover políticas que tenham por objetivo a consolidação desta categoria (O que já vem acontecendo, como por exemplo, com os projetos de extensão “Café com Letras”, o “Ação Movimenta” e o próprio SAMBA).

A análise curricular comprova esta preocupação, mas sentimos, pelo menos, na amostragem com os alunos do curso de Enfermagem que na prática, ainda está um pouco distante.

Vários fatores podem corroborar nossa conclusão, como o fato do curso de Enfermagem ser mais técnico; o próprio fator psicológico, como diz o aluno angolano, a “integração está em nós mesmos”, ou ainda, um maior envolvimento dos professores e da equipe pedagógica com o tema.

Embora consideremos a integração com um viés de complexidade, defendemos, nesta pesquisa, o sentido para integração como o de juntar-se, tornando-se parte integrante, com um sentimento maior, de fraternidade e união, de solidariedade, no qual a ajuda mútua forma uma unidade entre as partes e a amizade é um elo fundamental.

E sob esta perspectiva, acreditamos que a integração é um processo progressivo, dentro da UNILAB que pode melhor ser consolidado (e já vem sendo trabalhado) e quiçá possa a vir a ser alcançado, afinal, a universidade ainda está na sua “primeira infância” e assim como Agostinho da Silva almejava que a língua portuguesa pudesse constituir um “passaporte comum” para todos os países de língua portuguesa, que poderíamos chegar um dia, dando “pequenos passos, passo a passo, linha a linha”⁵⁴, acreditamos que também, neste processo progressivo a integração poderá ocorrer com esta plenitude dentro da instituição.

Todas estas questões suscitadas nos engrandeceram bastante em termos de conhecimento não somente baseados na teoria do autor, mais também em conhecer um pouco da cultura de outros países. Na entrevista com alunos estrangeiros, sentimo-nos irmanados e emocionados, ao percebermos a emoção, durante a entrevista dos alunos guineenses em externarem a gratidão com o nosso País em dar-lhes a oportunidade de estudar, o que, não poderia acontecer no seu país; Estes sentimentos não podem ser captados na gravação, mas no nosso olhar, de quem viu, olhos a lacrimejar a expressar esta gratidão. E é por isto que somos defensores da utopia agostiniana, que é uma utopia realizável, não significando apenas “utopizar” simplesmente, mas sonhar, um sonho possível, de no futuro próximo, ser realizado.

Desta forma, considerando que o foco da pesquisa foi buscar aproximações entre o pensamento agostiniano e a base fundante da UNILAB, podemos dizer, que nosso objetivo principal foi atingido, restando-nos comprovado, que, no *locus* da pesquisa o nome de Agostinho da Silva até então era quase que desconhecido.

E finalmente, reconhecemos que somos incipientes no mundo da pesquisa; no entanto, acreditamos que o primeiro passo foi dado, com muita coragem, determinação e amor

⁵⁴ A citação foi mencionada por Agostinho da Silva, no vídeo intitulado “Conversas Vadias”, já mencionado nesta pesquisa.

ao saber. Descobrimos com a pesquisa, um autor pouco conhecido no mundo acadêmico, aqui no Ceará, principalmente, no *locus* da UNILAB. Não imaginávamos a atuação notável deste homem no campo da educação comparada e aqui mesmo para o Brasil.

Além da experiência exclusivamente cognitiva, na qual tivemos dois anos de muita aprendizagem dentro da UFC, também tivemos a experiência da vida, na qual compartilhamos, ao lado de professores, o conhecimento, a emoção, a fraternidade e novas amizades. Que tudo isso seja apenas o início de um grande caminho, de um processo em construção que é a grande jornada da vida: cada dia, um novo acontecimento, um novo conhecimento!

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO da Silva: um pensamento vivo. Produção de Jorge Neves. Documentário, 81'32". 2006. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=2008&tm=50&visual=4>>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- BALZN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Orgs). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAPTISTA, Maria Manuel. O conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: para além do multiculturalismo “pós-humanista”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “LUSOGRAFIAS”, III., 2000, Évora. **Anais...** Évora: Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências sociais e Humanas da Universidade de Évora, 2000.
- _____. Uma fraterna oposição: Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço na cultura portuguesa. In: EPIFÂNIO, Renato (Org.). **Agostinho da Silva: Pensador do mundo a haver**. Lisboa: Zéfiro, 2007. p. 61-67.
- BASTOS FILHO, Fabio Valverde Rodrigues; BASTOS, Neusa Maria Oliveira; BRITO, Regina Helena Pires de. Língua portuguesa: políticas de língua e olhares da cultura. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural**. São Paulo: EDUC, 2008, p. 123-132.
- BASTOS, Núbia M. Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. 3. ed. Fortaleza, 2005.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves. **Agostinho da Silva: uma antologia**. Lisboa: Âncora, 2006.
- BRANCO, João Maria de Freitas. **Agostinho da Silva: um perfil filosófico**. Lisboa: Zéfiro, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. **Projetos – Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau**. 2013. Disponível em: <<http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>>. Acesso em: 28 dez. 2016.
- BRITO, Thaís. Prefeitos de Acarape e Redenção reclamam área. **O Povo**, 06 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/11/06/noticiasjornalcotidiano,3159020/prefeitos-de-acarape-e-redencao-reclamam-area.shtml>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- BRITO, Wladimir. A Cidadania Lusófona: condição necessária da afirmação política da multiculturalidade lusófona. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VIII., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

CABRAL, José. **Sociedades secretas**. Lisboa: Império, 1935.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Declaração constitutiva. **CPLP**, 13 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-3869.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2016

_____. Processo histórico. **CPLP**, 14 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **XI Cimeira de chefes de Estado e de Governo da CPLP – Sessão de Abertura**. Brasília: CPLP, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uPD14V5qMgU>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CRISTÓVÃO, Fernando. **Da lusitanidade à lusofonia**. Coimbra: Almedina, 2008.

DAHER, Elaina. Reitor da Unilab apresenta projeto cultural para região. **Notícias MinC**, 24 ago. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/reitor-da-unilab-apresenta-projeto-cultural-para-regiao/10883>. Acesso em: 13 nov. 2016.

EPIFÂNIO, Renato. A lusofonia hoje: o legado de Agostinho da Silva. **Participação: Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília**, Brasília, a. 12, n. 22, p. 12-22, dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/download/7707/5936>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Perspectivas sobre Agostinho da Silva**. Lisboa: Zéfiro, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Sílvia Marisa Gonçalves. **Agostinho da Silva: passos para a construção de uma comunidade por-vir**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2009.

FONSECA, Edson Nery da. Agostinho da Silva (1906-1994): caminhos brasileiros. *In*: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007b. p. 167-170.

FRANCO, António Cândido. **O estranhíssimo colosso: uma biografia de Agostinho da Silva**. Lisboa: Quetzal, 2015.

FRANCO, José Eduardo. Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa. **Revista Portuguesa de Ciência das Religiões**, ano I, n 1, p. 75-94, 2000.

GALITO, Maria Sousa. Conceito de Lusofonia. **CI-CPRI**, AI, n. 18, p. 1-21, 2012. Disponível em: <<http://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2012/10/Conceito-Lusofonia.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

- GARCIA, Maria de Fátima. O estágio supervisionado como campo de desterritorialização da teoria e da prática de ensino. In: SANT'ANA, Claudinei de Camargo; SANTANA, Irani Parolin; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves (Orgs.). **Estágio supervisionado, formação e desenvolvimento profissional docente**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 237-247.
- GARCIA, Maria de Fátima; LUSTOSA, Francisca Geny. O estágio supervisionado e a constituição da profissionalidade docente. **Olh@res**, Guarulhos, v. 1, n. 1, p. 90-115, maio 2013.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Trad. Sandra Regina Netz. São Paulo: Artmed, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Trad. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. Trad. Pietro Nasseti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Seminário da Prainha: indícios da memória individual e da memória coletiva**. Fortaleza: EdUECE, 2014.
- LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MAGALHÃES, Justino. Agostinho da Silva: a universidade de Brasília como escola normal das universidades. **Revista de Educação Pública**, v. 19, n. 39, p. 133-144, 2010.
- MANDUCO, Alessandro. História e Quinto Império em Antônio Vieira. **TOPOI**, v. 6, n. 11, p. 246-260, jul./dez. 2005.
- MANSO, Artur Manuel Sarmento. Agostinho da Silva: um pedagogo contemporâneo português em busca de uma educação para o futuro. In: CARVALHO, Adalberto Dias de et al. (Coords.). **Diversidade e identidade: actas da Conferência Internacional de Filosofia da Educação**, 1, Porto, Portugal, 1998. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2000. p. 361-376.
- MOTA, Helena Maria Biosa e. Educar para a cidadania segu(i)ndo Agostinho da Silva. In: EPIFÂNIO, Renato (Org.). **Agostinho da Silva e o pensamento luso-brasileiro**. Lisboa: Âncora, 2006. p. 91-115.
- _____. Introdução. In: SILVA, Agostinho da. **Textos pedagógicos**. Lisboa: Âncora, 2000b. v. II.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Agostinho da Silva nas origens da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 279-280.

PEREIRA, Domingos Simões. **O conceito de lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa**. 2008. Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/SE_TNOVAS_13NOV08.pdf>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004

PINHO, Romana Valente. **A Filosofia Cristã de Agostinho da Silva**. Ideação (UEFS), v. 17, p. 91-110, 2007.

SÁ, Lúcia Helena Alves de. **Em torno do pensar poetizante de Agostinho da Silva**. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SANHÁ, Alberto. Educação Superior em Guiné-Bissau. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009.

SANTOS, Marlene Pereira dos. **Educação e afrodescendência em Maracanaú**: estudo da implantação da Lei 10.639 no Município. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Faculdade Kurios, Maranguape, 2007.

SILVA, Agostinho da. **Agostinho da Silva, Portugal ao encontro do Brasil**. Lisboa, 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7rrWqHJoBBc>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Centro de Estudos Brasileiros. In: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007a. p. 109-112.

_____. **Conversas vadias (com Agostinho da Silva) - Ep. 3**. Joaquim Letria. [S.l]: 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KhEQp-KtAi0>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. **Dispersos**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.

_____. Ensaio para uma teoria do Brasil. In: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007b. p. 81-98.

_____. **Ensaio sobre cultura e literatura portuguesa e brasileira**. Lisboa: Âncora, 2001. v. II.

_____. **Textos e ensaios filosóficos**. Lisboa: Âncora, 1999a. v. I.

_____. **Textos e ensaios filosóficos**. Lisboa: Âncora, 1999b. v. II.

_____. **Textos pedagógicos**. Lisboa: Âncora, 2000a. v. I.

_____. **Textos pedagógicos**. Lisboa: Âncora, 2000b. v. II.

SILVA, Amândio. Reviver Agostinho no Brasil. *In*: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 15-24.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Alunos do Curso de Ciências Biológicas realizam palestra sobre a importância da preservação dos anuros. **Notícias UNILAB**, 29 abr. 2016a. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/04/29/alunos-do-curso-de-ciencias-biologicas-realizam-palestra-sobre-a-importancia-da-preservacao-dos-anuros/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. **Documentário “Ação Movimenta – Unilab”**. Redenção: UNILAB, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YzwcDtmDjw&t=33s>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. **Estatuto**. set. 2016b. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/ESTATUTO-DA-UNILAB-vers%C3%A3o-final-aprovada-e-revisada.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. Fazenda Experimental Piroás conclui Cadastro Ambiental Rural (CAR). **Notícias UNILAB**, 29 abr. 2016c. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/04/29/fazenda-experimental-piroas-conclui-cadastro-ambiental-rural-car/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. I Mostra de Práticas Agrícolas reúne estudantes, professores e comunidades. **Notícias UNILAB**, 03 maio. 2016d. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/05/03/i-mostra-de-praticas-agricolas-reune-estudantes-professores-e-comunidades/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. Projeto de Extensão Café com Letras discute ancestralidade e cultura afro-brasileira no cinema. **Notícias UNILAB**, 20 out. 2016e. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/10/20/projeto-de-extensao-cale-com-letras-discute-ancestralidade-e-cultura-afro-brasileira-no-cinema/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. Reitoria publica nota sobre estatuto reformado e paridade e divulga versão final do documento. **Notícias UNILAB**, 27 set. 2016f. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/09/27/reitoria-publica-nota-sobre-estatuto-reformado-e-paridade-e-divulga-versao-final-do-documento/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. UNILAB de Redenção gera discussão entre Deputados. **Blog UNILAB**, 7 jul. 2010. Disponível em: <<http://blog-unilab.blogspot.com.br/2010/07/unilab-de-redencao-gera-discussao-entre.html>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. **Unilab em números**. 2016g. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

VELOSO, Caetano. Salvação. **O Globo**, 29 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/salvacao-5620481>>. Acesso em: 30 abr. 2016.





UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO – DRCA

NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES POR CURSO ATÉ 2015.2

CEARÁ

	TOTAL/CURSO	BRASIL	ANGOLA	CABO VERDE	SÃO TOMÉ	GUINÉ BISSAU	TIMOR LESTE	MOÇAMBIQUE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD	698	698	00	00	00	00	00	00
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL	401	289	10	16	16	57	10	03
AGRONOMIA	363	282	04	08	10	48	10	01
ANTROPOLOGIA	03	03	00	00	00	00	00	00
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	46	43	00	00	01	02	00	00

CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	212	127	14	05	03	30	33	00
ENFERMAGEM	297	224	00	11	05	46	09	02
ENGENHARIA DE ENERGIAS	364	253	14	11	32	32	10	12
FÍSICA	49	49	00	00	00	00	00	00
HISTÓRIA	35	34	00	00	00	01	00	00
HUMANIDADES (CEARÁ)	1120	960	10	09	06	135	00	00
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (CEARÁ)	285	236	02	04	03	39	00	01
MATEMÁTICA	42	40	00	00	00	02	00	00
PEDAGOGIA	11	10	00	01	00	00	00	00
QUÍMICA	40	36	01	00	00	03	00	00
SOCIOLOGIA	35	24	02	02	01	06	00	00

BAHIA

	TOTAL/CURSO	BRASIL	ANGOLA	CABO VERDE	SÃO TOMÉ	GUINÉ BISSAU	TIMOR	MOÇAMBIQUE
HUMANIDADES (BAHIA)	295	221	01	07	02	63	00	01
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (BAHIA)	96	71	00	01	00	24	00	00

ANEXO B – QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS



QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS - GRADUAÇÃO PRESENCIAL

LOCAL DE OFERTA		GRADUAÇÃO PRESENCIAL											TOTAL
INSTITUTOS	CURSOS	ANG	BR	CV	GB	MOZ	STP	IL	TOTAL				
CEARÁ	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	10	206	16	55	3	15	10	315				
		4	185	8	43	1	10	9	260				
	INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA	CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	9	71	4	17	0	0	32	133			
		QUÍMICA	1	25	0	2	0	0	0	28			
		BIOLOGIA	0	38	0	2	0	1	0	41			
		MATEMÁTICA	0	30	0	2	0	0	0	32			
	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	FÍSICA	0	41	0	0	0	0	0	41			
		ENFERMAGEM	0	177	12	43	2	4	9	247			
		ENGENHARIA DE ENERGIAS	14	169	19	29	12	22	9	274			
			8	467	3	113	0	5	0	596			
INSTITUTO HUMANIDADES E LETRAS	HUMANIDADES	HUMANIDADES	0	3	0	0	0	0	3				
		ANTROPOLOGIA	2	24	2	6	0	1	0	35			
		HISTÓRIA	0	31	0	1	0	0	0	32			
		PEDAGOGIA	0	9	1	0	0	0	0	10			
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA		2	147	3	36	1	3	0	192				
TOTAL - CEARÁ		50	1623	68	349	19	61	69	2239				
BAHIA	INSTITUTO HUMANIDADES E LETRAS	CURSOS		ANG	BR	CV	GB	MOZ	STP	IL	TOTAL		
		HUMANIDADES		1	127	7	61	1	2	0	199		
		LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA		0	34	1	23	0	0	0	58		
TOTAL - BAHIA		1	161	8	84	1	2	0	257				
TOTAL - GERAL		51	1784	76	433	20	63	69	2496				

QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS - GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA							
LOCAL DE OFERTA	INSTITUTO	CURSO	POLO	1º ENTRADA	2º ENTRADA	3º ENTRADA	TOTAL
CEARÁ	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ARACATI	29	-	-	29
			ARACOLABA	32	-	-	32
			LMOIRO	23	25	56	104
			PIQUET	36	-	-	36
			REDEÇÃO	60	35	57	152
BAHIA	I.C.S.A	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	S.F. CONDE	42	46	40	128
			TOTAL	222	106	153	481

QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS - PÓS GRADUAÇÃO PRESENCIAL

PÓS GRADUAÇÃO - LATO SENSU PRESENCIAL						
LOCAL DE OFERTA	INSTITUTO	CURSOS	POLO	1º ENTRADA	2º ENTRADA	TOTAL
CEARÁ	PRO-PPG	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO MUNICIPAL ESPECIALIZAÇÃO EM CULTURA E HISTÓRIAS AFRO-BRASILEIRAS, INDÍGENA E AFRICANA	REDEÇÃO	53	-	53
			REDEÇÃO	37	-	37
			TOTAL	90	-	90

QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS - PÓS GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

PÓS GRADUAÇÃO - LATO SENSU DISTÂNCIA							
LOCAL DE OFERTA	INSTITUTO	CURSOS	POLO	1º ENTRADA	2º ENTRADA	3º ENTRADA	TOTAL
CEARÁ	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	ARACOLABA	0	-	-	0
			LMOIRO	0	19	35	54
			PIQUET	0	-	-	0
			REDEÇÃO	0	20	40	60
BAHIA	I.C.S.A	E. GESTÃO PÚBLICA	S.F. CONDE	0	13	14	27
			TOTAL	0	52	89	141
CEARÁ	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO MUNICIPAL	ARACOLABA	0	-	-	0
			LMOIRO	0	23	-	23
			REDEÇÃO	0	29	43	72
			S.F. CONDE	0	23	44	67
			TOTAL	0	75	87	162
BAHIA	I.C.S.A	E. GESTÃO EM SAÚDE	ARACOLABA	0	-	-	0
			LMOIRO	0	6	11	17
			REDEÇÃO	0	14	65	79
			S.F. CONDE	0	11	38	49
			TOTAL	0	31	114	145
			TOTAL	0	158	290	448

PÓS GRADUAÇÃO - LATO SENSU A DISTÂNCIA (APERFEIÇOAMENTO)						
LOCAL DE OFERTA	INSTITUTO	CURSO	1ª ENTRADA	2ª ENTRADA	3ª ENTRADA	TOTAL
CEARÁ/BAHIA	COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS (UNIAFRO)	119	-	-	119
		TOTAL	119	-	-	119

PÓS GRADUAÇÃO - LATO SENSU A DISTÂNCIA (ESPECIALIZAÇÃO)						
LOCAL DE OFERTA	INSTITUTO	CURSO	1ª ENTRADA	2ª ENTRADA	3ª ENTRADA	TOTAL
CEARÁ/BAHIA	COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS (UNIAFRO)	119	-	-	119
		TOTAL	119	-	-	119

QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS - PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PRESENCIAL

PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PRESENCIAL							
LOCAL DE OFERTA	INSTITUTO	CURSO	POLO	1ª ENTRADA	2ª ENTRADA	ENTRADA ESPECIAL	TOTAL
CEARÁ	COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO EM SOCIOEDUCATIVIDADE E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS	REDEÇÃO	15	14	-	29
	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	REDEÇÃO	15	-	13	28
	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO EM ENFERMAGEM	REDEÇÃO	14	-	-	14
		TOTAL		44	14	13	71

QUADRO GERAL DE ALUNOS ATIVOS DA UNILAB

NIVEIS	TOTAL
Graduação Presencial	2.496
Graduação a Distância	481
Pós-Graduação Lato Sensu a Distância	686
Pós-Graduação Lato Sensu Presencial	90
Pós-Graduação Stricto Sensu Presencial	71
TOTAL	3.824

* Legenda das nacionalidades - Graduação presencial

ANG - Angola

BR - Brasil

CV - Cabo Verde

GB - Guiné-Bissau

MOZ - Moçambique

STP - São Tomé

TL - Timor Leste

* Excetuando-se os estudantes da graduação presencial, todos os demais têm nacionalidade brasileira

* Dados referentes de 04/04/2016

Diretoria de Registro e Acadêmico - D.R.C.A

Unidade Acadêmica dos Palmares, Rodovia CE - 060 - Km 51. CEP: 62.785.00 - Acaraú - CE - Brasil

Tel: +55 (85) 3332.1480 - (85) 98892.5866; E-mail: drca@unilab.edu.br

ANEXO C – PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE

Processo Judicial Eletrônico:

https://pje.jfce.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.sea...

imprimir O Nº: **0801474-19.2015.4.05.8100 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE**
AUTOR: **UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA**
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
REU: **ESTUDANTES DA UNILAB**
7ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

DECISÃO

Cuida-se de Ação de Reintegração de Posse movida pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia federal, com sede em Redenção/CE, com vistas a cessar a invasão de todos os edifícios e instalações do *Campus* Universitário, localizados na Avenida da Abolição, nº 03 - Centro - CEP: 62.790-000 - Redenção/CE, especialmente a REITORIA, em virtude do movimento de um grupo de estudantes do Bacharelado de Humanidades - BHU, deflagrado desde o dia 26/02/2015.

Requer, ainda, seja expedida ordem inibitória no sentido de que os participantes do referido movimento não turbem a posse da UNILAB (obrigação de não fazer), sob pena de cominação de pena de multa às pessoas naturais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso no cumprimento da referida decisão liminar ou em caso de nova turbação ou esbulho, forte nos artigos 461, § 4º, e 921, II, todos do CPC;

Acostou a parte autora à inicial, os documentos que comprovam a invasão de suas edificações.

É o breve relatório. Decido.

O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegração no caso de esbulho (CPC, art. 926). Ou seja, os interditos de reintegração e manutenção pressupõem lesão à posse já consumada.

No caso em exame, é possível vislumbrar a invasão aos imóveis da parte autora, eis que, em manifestações como a descrita na inicial, é público e notório que o acesso às dependências da UNILAB acaba sendo interrompido ou mesmo seriamente obstado, o que extrapola o direito à livre manifestação previsto na Constituição (art. 5º, XVI), por impedir a livre locomoção de terceiros (art. 5º, XV).

Diante de tais circunstâncias, fica evidenciada a urgência da medida, mormente diante do risco de obstacularização do acesso às dependências do *Campus* da UNILAB, sem prejuízo da realização de qualquer protesto/movimento que não venha a criar obstáculo ao livre acesso aos prédios da parte

autora.

Efetivamente, ainda que se reconheça como constitucionais os direitos de protesto e de manifestação, não se deve olvidar que os demais cidadãos possuem liberdade (igualmente legítima) de ir e vir. Nesse contexto, cabendo à UNILAB zelar por referida liberdade, e também pelo patrimônio público, mostra-se cabível a concessão da medida requerida.

Isto posto, DEFIRO A LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE nos moldes em que requerida, para determinar que os estudantes do Bacharelado de Humanidades - BHU se abstenham de praticar qualquer ato de turbação ou esbulho à posse dos imóveis da promovente, em virtude do movimento/protesto descrito na inicial, sob pena de pagamento de multa diária, que fixo desde já em R\$ 500,00, por dia de descumprimento desta decisão, para cada um dos alunos.

Expeça-se mandado de intimação e reintegração de posse, para o fim de ordenar à parte ré que desocupe o imóvel objeto desta lide, fixando o prazo de 02 (dois) dias, a contar da intimação desta decisão, para efetiva desocupação voluntária do imóvel, sob pena haver a desocupação compulsória.

O prazo acima estipulado correrá com o mandado em mãos do oficial de justiça sorteado para o cumprimento, o qual deverá retornar ao endereço no dia útil imediatamente posterior ao término do prazo, a fim de efetuar a DESOCUPAÇÃO e reintegrar a parte autora na posse do imóvel. Expedientes em um só mandado.

Intimação com urgência, em regime de plantão.

Cite-se a parte ré para contestar o feito no prazo legal.

Fortaleza, 9 de março de 2015.

KARLA DE ALMEIDA MIRANDA MAIA

Juíza Federal da 7ª Vara

Processo Judicial Eletrônico:

https://pje.jfcejus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.sea...



Número do processo: **0801474-19.2015.4.05.8100**

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:

TRICIA MAGDALA CUNHA DE OLIVEIRA

Data e hora da assinatura: 09/03/2015 17:37:33

Identificador: 4058100.685477



15030917365815300000000685911

<https://pje.jfcejus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ANEXO D – RESOLUÇÃO Nº 09/2016/CONSUNI**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

RESOLUÇÃO Nº 09/2016/CONSUNI, DE 13 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a instituição do Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (CEIAFRICA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 120, de 12 de fevereiro de 2015 e o Estatuto desta Universidade aprovado pela Resolução nº 004 de 22 de março de 2013,

CONSIDERANDO:

As missões institucionais da UNILAB estabelecidas na Lei 12.289/2010, em especial a de desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária, visando a integração entre o Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

Os princípios e objetivos estatutários, especialmente os que dizem respeito à produção e à difusão de conhecimentos no contexto da integração acadêmica entre as instituições acadêmicas de países dos países da CPLP;

As recomendações das Diretrizes Gerais da UNILAB, sobre a produção de conhecimento acerca dos países lusófonos e a busca da integração internacional;

As contribuições colhidas em diversos contatos com as comunidades acadêmicas do *Campus* da Liberdade e dos Malês sobre pesquisa, ensino e extensão relacionados a África e suas diásporas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

Os estudos e consultas realizadas pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais (PROINST);

As contribuições do conjunto das Pró-Reitorias;

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILAB para o período 2016-2021; e a conveniência de tornar mais célere sua criação e implantação.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, *ad referendum* do Conselho Universitário, o Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (CEIAFRICA) como Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, com a finalidade de facilitar o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas relacionadas a estudos da história, da cultura e da contemporaneidade do continente africano sob todos os seus aspectos, bem como a compreensão dos processos históricos dos movimentos migratórios de seus povos e suas consequências para a formação das sociedades e culturas transatlânticas.

Art. 2º O CEIAFRICA terá uma sede nos Municípios de Redenção/Acarape, no Estado do Ceará, e outra no Município de São Francisco do Conde, na Bahia, com mesmo status institucional.

§ 1º. Cada uma das sedes será coordenada por um comitê gestor próprio e presidido por um de seus integrantes, escolhido pelo Reitor.

§ 2º. Cada uma das sedes terá autonomia de gestão de recursos materiais e financeiros que venha a captar mediante projetos específicos apresentados a agências nacionais ou internacionais de fomento, ou mediante convênio, acordo ou outro mecanismo, observadas as normas pertinentes da UNILAB, quando couberem.

§ 3º. Quando houver interesse comum a ambas as sedes que impliquem tomada decisão colegiada, será constituída, para esse fim, comissão paritária específica formada por representação de ambas as sedes, presidida pelo Reitor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

Art. 3º São objetivos do CEIAFRICA:

- I – produzir e difundir conhecimentos sobre a África nos seus aspectos históricos e da contemporaneidade científica, cultural, econômica, política, social e tecnológica considerada a diversidade que os caracterizam.
- II – produzir e difundir conhecimentos sobre os movimentos migratórios que envolveram e envolvem os povos africanos visando à compreensão de seu processo histórico e as consequências de sua ocorrência para a formação das populações, sociedades e culturas transatlânticas.
- III – reunir, sob a forma de acervo permanente, informações concernentes à história e cultura dos povos africanos e sobre a África contemporânea, considerada sua diversidade.
- IV – promover a difusão de conhecimentos e epistemologias nacionais e internacionais oriundos de estudos e pesquisas sobre a África e as diásporas que envolveram historicamente os povos africanos.
- V – promover estudos e difusão de conhecimentos sobre os diferentes tipos de racismo e outras formas de discriminação que afetaram ou afetam a população afro-descendente no mundo transatlântico, em especial a população brasileira.
- VI – promover estudos e difusão de conhecimentos sobre as iniciativas nacionais e ou internacionais visando à igualdade racial e étnica no mundo transatlântico, especialmente na sociedade brasileira.
- VII – promover a articulação entre os diversos institutos, centros e núcleos nacionais e internacionais dedicados aos estudos sobre África e diásporas nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que envolvem populações afro-descendentes no Brasil e demais países americanos.
- VIII – promover o intercâmbio acadêmico entre a UNILAB e as Instituições de Ensino superior públicas integrantes da rede RIPES visando aos objetivos do CEIAFRICA.
- IX – articular, junto às Unidades e comunidade acadêmica, a realização de projetos acadêmicos referentes às finalidades do CEIAFRICA para apresentação a agências de fomento nacional e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

internacional, visando à construção da infraestrutura física e de equipamentos necessários ao cumprimento de seus objetivos.

X – articular junto às Unidades e comunidade acadêmica, a elaboração de projetos acadêmicos específicos de ensino, pesquisa, extensão e cultura para obtenção de fundos necessários a sua realização.

Art. 4º Compete ao CEIAFRICA:

I - dar suporte acadêmico e administrativo à realização de atividades de extensão e cultura, de pesquisa e de ensino que tenham a África e as diásporas africanas como tema.

II – organizar, no seu âmbito, setor específico para desenvolvimento das atividades mencionadas no inciso anterior relacionadas ao Timor Leste e aos territórios lusófonos localizados no continente asiático.

III – integrar-se, para realização de seus objetivos e mediante acordos e convênios, às demais instituições que formam a rede RIPES.

IV – observadas as regras institucionais pertinentes, propor projetos, acordos e convênios com entidades de fomento nacionais e internacionais, aos demais países integrantes da CPLP, e a outros países que se dispuserem a apoiar a realização dos seus objetivos nos campos das ciências naturais, agrárias, humanas e sociais, saúde, linguística, literatura, tecnologia, cultura, arte, filosofia, educação e divulgação do conhecimento, em especial, sobre o continente e as diásporas africanos.

V – organizar acervo temático de documentos e fontes impressas, digitais (ou digitalizadas), virtuais e iconográficas tais como livros, publicações e revistas especializadas, teses, dissertações, jornais, filmes, áudios, vídeos, documentários, registros pictóricos e em esculturas relacionados às finalidades e objetivos do CEIAFRICA.

VI – tornar disponível o acervo temático referido no inciso anterior à consulta das comunidades acadêmicas da UNILAB, de outras universidades públicas e privadas, bem como das redes de ensino básico dos dois Estados, da sociedade civil cearense e baiana, aí incluídos os movimentos sociais e entidades empresariais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

VII – propor acordos e convênios de cooperação com centros e organismos similares de outras instituições culturais, de ensino e pesquisa brasileiras, africanas, portuguesas e timorenses.

VIII – organizar ou participar da organização de eventos sobre temas relacionados a sua finalidade, tais como os abaixo indicados - entre outros, em conjunto com Unidades Acadêmicas ou Pró-Reitorias, observadas as normas acadêmicas e administrativas pertinentes:

- a) Cursos de especialização
- b) Cursos de extensão
- c) Seminários
- d) Pesquisas
- e) Simpósios
- f) Exposições
- g) Festivais de arte e cultura
- h) Assessorias e Consultorias.

Parágrafo único – Para a realização das atividades previstas no inciso anterior, projetos específicos deverão ser elaborados e aprovadas nas instâncias acadêmicas e administrativas adequadas.

IX – receber em doação ou comodato, bens móveis e imóveis de entidades públicas ou privadas destinadas ao desenvolvimento de suas finalidades, observadas as normas da UNILAB e a legislação federal pertinentes.

Art. 5º O Comitê Gestor do CEIAFRICA será constituído, em cada sede, por cinco membros, a serem indicados pelo Reitor, ouvidos o *Campus* dos Malês, as Unidades Acadêmicas e as Pró-Reitorias.

Art. 6º Os mandatos dos membros do Comitê Gestor serão de dois anos, permitida a recondução.

Art. 7º O CEIAFRICA proporá ao Conselho Universitário seu Regimento Interno.

Art. 8º Em cooperação com as Unidades Acadêmicas e Pró-Reitorias, organizar ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

participar da organização e da realização de festivais ou eventos culturais em cidades do Maciço do Baturité e ou do Recôncavo da Bahia relacionados a temas africanos ou diaspóricos.

Art. 9º A UNILAB consignará dotação própria no seu orçamento para manutenção do CEIAFRICA.

Art. 10 A UNILAB diligenciará junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como junto à iniciativa privada, no sentido da obtenção dos recursos necessários à construção, cessão ou doação de imóveis nos quais se instalem os edifícios-sede do CEIAFRICA nos Estados da Bahia e do Ceará, respectivamente.

Art. 11 O Comitê Gestor, ouvidas as Unidades Acadêmicas, comunidade acadêmica da UNILAB e de instituições parceiras, bem como especialistas nacionais e internacionais, proporá um plano anual e plurianual de atuação incluindo medidas necessárias à sua gradual implantação bem como à organização de atividades relacionadas a suas finalidades.

Art. 12 O CEIAFRICA coexistirá e colaborará com os núcleos e grupos de estudos existentes na UNILAB sobre a mesma temática ou similar.

Art. 13 Considerada a gradualidade de sua implantação, esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Prof. Tomaz Aroldo da Mota Santos
Presidente do Conselho Universitário

ANEXO E – CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DO ESTUDO DO REGIME TRIMESTRAL



Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DO ESTUDO DO REGIME TRIMESTRAL

A comissão instituída pela Portaria GR N° 578, de 12 de julho de 2015, realizou seis reuniões na sala de videoconferência do Campus da Liberdade, com transmissão para o Campus dos Malês. Como produto das reuniões foram elaboradas as atas, o levantamento de vantagens e desvantagens do regime trimestral por Instituto, a simulação de calendário acadêmico para o regime trimestral sem o Trimestre da Integração Acadêmico Cultural (TIAC), os posicionamentos e simulação de mudança na grade curricular para cursos que consideraram a mudança para o regime semestral favorável, uma planilha para cálculo de mudança de carga horária de disciplina e de professores para o regime semestral (anexo em CD) e um modelo de formulário a ser aplicado em eventual consulta ao corpo discente.

Todos os membros da comissão consideram que o TIAC não deveria ser ofertado como período letivo e que suas atividades poderiam ser distribuídas ao longo dos demais períodos letivos bem como nos recessos. A comissão sugere que esta mudança seja implantada de forma imediata.

Os membros representantes dos cursos do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), do Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (IEDS) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) são favoráveis, em unanimidade, à mudança do regime trimestral para o regime semestral. Para justificar esse posicionamento, realizaram a consulta ao corpo docente e a simulação da mudança da grade curricular.

O Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) posicionou-se desfavorável à mudança por conta da necessidade de que as disciplinas de práticas agrícolas sejam ofertadas em regime trimestral a fim de se adequarem aos ciclos do calendário agrícola.

O Instituto de Humanidades e Letras (IHL) relatou que não há consenso entre seus docentes em relação a um modelo de regime adequado e afirmou, ainda, que a mudança implicaria na necessidade de realizar mudanças profundas nos Projetos



Ministério da Educação
 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
 Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
 Pedagógicos dos Cursos (PPC) alocados no IHL, em especial no PPC do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e nos de suas terminalidades.

A Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) e a Diretoria de Tecnologia da informação (DTI) afirmaram que a mudança para o regime semestral é viável e que o sistema terá que ser preparado caso isso venha a ocorrer. A DTI ressaltou, contudo, que é inviável manter dois regimes em um mesmo Instituto, caso haja a mudança para o regime semestral e algum aluno deseje se manter no regime trimestral; a não ser que haja um grande esforço da equipe e uma grande alteração do código-fonte do sistema. As possibilidades que o sistema comporta atualmente são: migração total dos alunos para o regime semestral ou adequação para a existência concomitante do regime trimestral para veteranos e semestral para os calouros. Esta concomitância resultaria em sobrecarga de trabalho para os setores diretamente envolvidos com a matrícula dos veteranos.

A Nota Técnica Nº 793/2015-CGLNRS/DPR/SERES/MEC, referenciando os termos do Parecer CNE/CP nº 2/2009, esclarece que a distribuição das atividades discentes ao longo do período letivo é de competência exclusiva da Instituição de Ensino Superior (IES); que os componentes curriculares dos cursos podem ser definidos de forma autônoma por cada IES; que a autonomia conferida à IES se estende à sua alteração, devendo ser aprovada pelo colegiado superior da instituição e comunicada ao Ministério da Educação (MEC); que o aluno de IES não possui direito adquirido a uma determinada grade curricular, não há óbice legal a que a grade curricular inicialmente proposta se altere ao longo do curso; e que a IES tem a obrigação de manter as informações sobre mudanças divulgadas aos interessados. Não há referência explícita na referida nota técnica à situação de mudança de regime letivo. A comissão recomenda que a Prograd realize consulta ao Ministério da Educação a respeito do procedimento de eventual alteração do regime letivo em relação aos alunos já matriculados.

Diante do que foi discutido, as propostas resultantes do estudo realizado foram: a manutenção do regime trimestral sem o TIAC e a mudança para o regime semestral sem o TIAC.



Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

A proposta de manutenção do regime trimestral, sem o TIAC, diminuirá a quantidade de dias letivos de 245 para cerca de 200. Ela, contudo, não desconsiderará a realização de muitas atividades acadêmicas normalmente realizadas no chamado quarto trimestre. Estas poderão ser planejadas para os interstícios dos períodos letivos ou mesmo para o decorrer deles. Na prática, com a adoção de tal proposta, ocorrerão três trimestres letivos por ano, em lugar de quatro, com os quais será possível uma melhor organização das atividades acadêmicas para os docentes e discentes. A distribuição dos 200 dias letivos mínimos em três trimestres sem o TIAC permitirá intervalos maiores entre os períodos de aulas, inclusive um que poderá abranger grande parte do mês de julho, o que atenuaria algumas complicações relativas à restrição de tempo para a preparação e realização das atividades de ensino. Além disso, a proposta confere a oportunidade de uma melhor adequação do ano letivo ao ano civil, em comparação com o regime de 245 dias. É fato também que o regime trimestral sem o TIAC viabiliza a distribuição anual da carga horária de tal modo que os docentes poderão alternadamente concentrar suas atividades em sala de aula em dois períodos letivos e utilizar um terceiro exclusivamente para atividades de pesquisa e extensão, a exemplo do que acontece em outras universidades federais e conforme art. 3º da resolução 32/2013 da UNILAB. Por outro lado, a proposta de manutenção do trimestre ampara-se na percepção de que muitas queixas relatadas por discentes e docentes relacionadas ao regime trimestral — tal como ele vem sendo realizado atualmente — podem estar mais ligadas aos projetos dos cursos do que propriamente ao regime letivo adotado pela universidade. Desse modo, é possível deduzir que muitas dificuldades apontadas poderiam ser resolvidas por meio de alterações nos projetos, que podem ser conduzidas no ritmo normal de avaliação contínua dos PPCs pelos NDEs dos cursos. Ademais, o ajuste da trimestralidade para o funcionamento sem o TIAC representaria um esforço de resolução de muitas complicações percebidas sem o encargo da realização de modificações profundas na estrutura acadêmica vigente, que fatalmente acarretará ônus ao trabalho regular de todos os institutos e demais setores da universidade. Ao mesmo tempo, vislumbra-se que ela significará amadurecimento e fortalecimento da proposta político-pedagógica que vertebra a universidade.



Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

As discussões que pautaram a defesa da semestralidade apontam o tempo reduzido para professores e alunos desenvolverem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atividades extracurriculares não estão sendo realizadas a contento tendo em vista o pouco intervalo de tempo do aluno entre as disciplinas a serem cursadas na trimestralidade. Com a proposta semestral, os alunos e docentes iriam desfrutar de mais tempo na semana e de um intervalo entre os períodos acadêmicos mais confortável para capacitação, revisão de disciplinas e ações de pesquisa e extensão. Muitas disciplinas dos cursos estão subdivididas como mecanismo de atender o conteúdo das mesmas, fato que poderia ser minimizado com a semestralidade. Sobre a logística da semestralidade observamos uma redução no número de matrículas dentro do ano letivo, de quatro para duas matrículas anuais, e a oportunidade de oferta das disciplinas de forma contínua, fato que reduziria parte do atraso na formação acadêmica dos alunos (no caso de disciplinas que são pré-requisitos na grade curricular). Os membros da equipe que defendem a semestralidade apresentaram as mudanças na grade curricular que viabilizam essa possibilidade.

Caso ocorra a mudança para o regime semestral sem o TIAC, será necessário tempo para alteração de todos os PPCs e para as adequações do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Na situação de manutenção do regime trimestral sem o TIAC, a mudança não exigirá alteração no SIGAA e eventuais modificações nos PPCs poderão ser realizadas conforme conveniência do Núcleo Docente Estruturante e em conformidade com a Resolução específica vigente.

A comissão recomenda ciclo de discussões sobre vantagens e desvantagens com o corpo discente, bem como posterior consulta à documentação complementar citada nesta síntese e disponível no Gabinete da Reitoria.

Acarape, 16 de outubro de 2015.

Profa. Dra. Leilane Barbosa de Sousa
Presidente da Comissão para Estudo do Regime Trimestral

APÊNDICE A – RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS

Questão 1 e respectivo quadro-resumo

“Porque a decisão pela UNILAB, no Brasil? Você está satisfeito com o curso escolhido? Que pretensões tem sobre ele? Qual a relação entre a sua formação aqui e o seu país”?

Quadro 4 – Categoria: UNILAB. Subcategorias: decisão da escolha, satisfação do curso, pretensões com o curso e relação entre a formação aqui e país de origem

Categoria UNILAB	Decisão	Satisfação curso	Pretensões com o curso	Relação aqui e país de origem	Outra
Aluno 1	Adquirir conhecimento	Sim	Cuidar das pessoas de forma holística	(-)	Importância para cuidar das pessoas
Aluno 2	Oportunidade	Sim	Contribuir para ajudar as pessoas a recuperar a saúde	Diploma reconhecido e forma de atuar no mercado de trabalho	Honestidade
Aluno 3	Política de Integração	Sim	Prosseguir com os estudos: Mestrado e Doutorado	Necessidade de formados na área	
Aluno 4	(-)	Sim	Dar melhor contribuição com seu país, uma vez que sempre sonhou com o curso	Formação aqui é muito diferente do país de origem, em termos de ensino	

Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos, no quadro acima que cada aluno apresenta uma decisão diferente ou não cita, como no caso do aluno 4. Salientamos que quando o aluno de nenhuma maneira expressa sua resposta, colocamos em forma de parênteses com um traço dentro (-).

Questão 2 e respectivo quadro-resumo

“Você considera que acontece integração entre alunos de várias nacionalidades? Aponte aspectos positivos e negativos”.

Quadro 5 – Categoria: Integração

Categoria Integração	Existência	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Outros
Aluno 1	Não	Poder conhecer um pouco de cultura, forma de falar e comportamento das diferentes nacionalidades	Cada nacionalidade no seu canto	Não existe ambiente de interação entre nacionalidades diferentes
Aluno 2	Não	Auxílio e Bolsa igual para todas as nacionalidades	Cada nacionalidade se exclui, interagindo apenas entre si	A interação entre turma acontece, dificilmente.
Aluno 3	Não	Estudar no Brasil para depois servir ao País de origem	As pessoas não entenderem o sentido da integração.	
Aluno 4	(Não)	“Não sente muito preconceito e discriminação”	Separação entre brasileiros e estrangeiros; cada um fica no seu canto, inclusive em sala de aula	

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a categoria “Integração”, verificamos se existe ou não, na visão dos estudantes no sentido agostiniano e pedimos para que apontassem aspectos positivos e negativos. Numa visão rápida, do quadro, observamos de plano, que todos os respondentes não consideraram existir, dentro da UNILAB, integração no sentido que eles entendem.

Questão 3 e respectivo quadro-resumo

“Você se sente em um ambiente em que existe uma cooperação mútua, que cultiva a solidariedade e fraternidade entre povos”?

Quadro 6 – Categoria: Cooperação. Subcategorias: Fraternidade e solidariedade

Categorias	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
Cooperação	Sim	Não	Não	Sim
Solidariedade	(sim)	(não)	(não)	Sim
Fraternidade	(sim)	(não)	(não)	Sim
Outros	“[...] criar laços de amizades”; “reforça a integração”	“[...] a cooperação está em processo de construção [...] a presença de corpos diplomáticos de diferentes países é muito difícil aqui na UNILAB”	“[...] ainda falta muito para promover esse ambiente”	Para o aluno a presença de africanos no Brasil resulta desses três princípios (presença baseada na legalidade, no Direito)

Fonte: Elaborado pela autora.

A cooperação aqui entendida é um princípio do Direito Internacional, tanto é assim, que está insculpada como um dos princípios que compõem a própria CPLP. Não discutimos o que vem a ser cooperação. Partimos do entendimento apenas que é um princípio, que dá fundamento, diretrizes, que é base. Como princípio, também se encontra dentro do

Estatuto da UNILAB, por isso que elegemos como categoria. A solidariedade e fraternidade estão imbricadas, no nosso entendimento, dentro desta categoria. Lembramos que fraternidade é uma categoria presente em Agostinho da Silva.

Questão 4 e respectivo quadro-resumo

“Você conhece o termo LUSOFONIA? O que sabe sobre isso”?

Quadro 7 – Categoria: Lusofonia

Categoria Lusofonia	Conhece	O que sabe	Outros
Aluno 1	Sim	“[...] são comunidades diferentes [...] compartilham a mesma língua que é a portuguesa [...]”	“[...] estabelecimento de cooperação em diferentes áreas.”
Aluno 2	Sim	“[...] são países ou Comunidades que falam a mesma língua que é a língua portuguesa [...]”	“[...] facilitando mais a cooperação entre os países.”
Aluno 3	Sim	“A lusofonia é a unidade, ou seja, a união resultante da língua portuguesa.”	
Aluno 4	Sim	“[...] são comunidade dos países da língua portuguesa [...]”	

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos sabem definir, de forma muito próxima o que compreendem sobre lusofonia. Analisemos, pois a colaboração de cada um dos alunos sobre a categoria e as subcategorias, respectivamente: conhece, não conhece, outros.

Questão 5 e respectivo quadro-resumo

“O que você acha do ensino na UNILAB? Você consegue compreender bem as aulas e os conteúdos, em função das regras gramaticais da língua no Brasil”?

Quadro 8 – Categoria: Currículo. Subcategorias: compreensão e conteúdo de textos, História e Cultura brasileira

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
Compreensão ensino	Sim	(Sim)	Sim	Sim
Conteúdo	Bom	Qualidade	Em aperfeiçoamento	Bom ensino
Outros	“[...] o volume de matéria que é dado, levando em conta o tempo de preparação az com q. as coisas fiquem um pouco difícil”.	“[...] o ensino é facilitante, é de qualidade [...] porque em comparação ao nosso é melhor.”		“Eu consigo compreender maior parte, as vezes quando o professor fala não consigo compreender por ter palavras que eles usam dificulta a percepção”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para esta categoria, o objetivo foi verificar o nível de compreensão dos estudantes e, por acaso, se tinham dificuldade, devido mesmo a variação linguística.

Questão 6 e respectivo quadro-resumo

“Em seu país de origem você fala e escreve em português? Existe muita diferença entre a (s) língua (s) de seu país e a do Brasil?”

Quadro 9 – Língua portuguesa país/origem e relação com o Brasil – subcategorias: oralidade, escrita, metodologia, diferenças

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
Língua Portuguesa País/origem e relação com o Brasil				
Oralidade: fala	Sim	Sim	Sim (muito mais na oralidade)	Não
Escrita	Sim	Sim	Pouco em escrita	Sim
Metodologia prof. UNILAB	(Sim), de forma genérica, mas não diz a metodologia	(-)	Metodologia do ensino brasileiro	(-)
Diferença	Fonética e algumas palavras fora do padrão normal	Gramática	Existe diferença	Palavras diferentes que não usa
Outros		Menciona as línguas étnicas	“[...] a gente corre atrás para adaptar.”	Fala o crioulo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Questão 7 e respectivo quadro-resumo

“Por quais aspectos culturais brasileiros você se interessa?”

Quadro 10 – Categoria interesse pela cultura brasileira

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
Interesse cultura brasileira	Não	Gastronomia do Ceará	Música	Música e novela
Outros	“É que dizendo a verdade não tenho nenhum”	“[...] mas o nome não me lembro”		“os brasileiro canta muito bem”

Fonte: Elaborado pela autora.

Nossa pretensão foi verificar se os estudantes têm interesse na cultura brasileira, até mesmo para relacionar com a integração e lusofonia.

Questão 8 e respectivo quadro-resumo

“Você já ouviu falar do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)? Ou algum outro em relação à africanidade/estudos culturais em afrodescendência? O que você sabe a esse respeito”.

Quadro 11 – Categoria: CEAO (estudos culturais em afrodescendência)

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
CEAO	Não	Não	Não	Não
Estudos culturais em afrodescendência	Não	Não	Não	Não
Outros			“Nunca tinha ouvido falar”	

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta categoria todos os alunos respondentes simplesmente responderam “não” e um respondeu que “nunca tinha ouvido falar”. Também afirmaram, alguns deles, em conversa informal, desconhecer que existisse dentro da universidade, núcleo de estudos especializados em estudos africanos. Sentimos que para eles isso não tinha importância. Aliás, o sentimento daqueles estudantes é de estudar, com muito esforço e obter aprovações nas disciplinas, que eles consideram bem puxado.

Questão 9 e respectivo quadro-resumo

“Seus estudos na UNILAB favorecem conhecimentos sobre cultura brasileira (Arte, Literatura, Música, Cinema, Economia, Política, História do Brasil, etc.)?”

Quadro 12 – Categoria – Currículo

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
Currículo na UNILAB abrange a história e cultura brasileira	Sim	Sim	Sim	Sim
Outros	“Permito me conhecer alguma história do Brasil e música”	“No [...] Curso de enfermagem não favorece muito, mas pelo menos um pouco porque, tínhamos uma disciplina falando dessas coisas da cultura brasileira. Mas, os alunos das Ciências Humanas interagem muito com essas coisas		“Só favorece um pouco, porque eu enteraço muito pouco com os brasileiros, isso dificulta para ter conhecimento da cultura brasileira”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na essência, consideramos que esta categoria, embora se refira ao currículo, acaba se relacionando também com a categoria integração.

Questão 10 e respectivo quadro-resumo

“Fale sobre sua experiência de estudar na UNILAB”.

Quadro 13 – Categoria UNILAB como experiência para a vida

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
UNILAB como experiência para a vida	A experiência é boa porque permite conhecer outra realidade do mundo fora, cultura e outras”.	“Em relação a minha experiência, eu diria que a convivência é diferente, a cultura é diferente, a gastronomia é diferente, então tudo isso acabo em experimentar aqui.	(-)	“A minha experiência aqui na UNILAB foi boa desde que eu cheguei aqui eu aprendi muita coisa do brasil, apesar do preconceito mas foi muita coisa boa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta análise constatamos o que alguns autores relatam quanto ao uso do questionário como fonte segura para análise de dados. Não podemos aferir ao certo o quanto a experiência em estudar na UNILAB é realmente boa. Primeiro, em que sentido eles estão considerando o adjetivo “boa”? É com relação à qualidade de ensino? Quando relatam que é diferente, realmente concordamos que tudo seja, a começar pela ortografia e sentido das palavras. Notamos que há muitos erros ortográficos, no modo como eles escrevem. Existe também outro ponto a considerar, que diz respeito ao preconceito. O aluno 4 fala em preconceito, mas em outro momento de suas respostas ele salienta que o preconceito é menor do que ele imaginava.

Questão 11 e respectivo quadro-resumo

“Você já ouviu falar sobre Agostinho da Silva. O que sabe”.

Quadro 14 – Categoria: Agostinho da Silva

Categoria	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
Conhecimento sobre Agostinho da Silva	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Para esta categoria, verificamos que nenhum dos respondentes conhece Agostinho da Silva. Não foi nenhuma surpresa a resposta, já que todos os sujeitos da pesquisa não conhecem a teoria de Agostinho da Silva.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: História da Educação Comparada

ORIENTADORA: Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa

PESQUISA: A Lusofonia em Agostinho da Silva: dos ideais de uma Comunidade de Língua Portuguesa à Criação da UNILAB

PESQUISADORA: Francisca Dulcelina Feitosa Cavalcante

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS ESTRANGEIROS

Questionário nº []

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nacionalidade:.....

Idade:

Sexo:

Curso:.....

1. Porque a decisão pela UNILAB, no Brasil? Você está satisfeito com o curso escolhido? Que pretensões tem sobre ele? Qual a relação entre a sua formação aqui e o seu país?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2. Você considera que acontece integração entre alunos de várias nacionalidades? Aponte aspectos positivos e negativos.

.....
.....
.....
.....
.....

3. Você se sente em um ambiente em que existe uma cooperação mútua, que cultiva a solidariedade e fraternidade entre povos?

.....
.....
.....
.....
.....

4. O que você acha do ensino na UNILAB? Você consegue compreender bem as aulas e os conteúdos, em função das regras gramaticais da língua no Brasil?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

5. Se sim, o que os professores consideram essas diferenças, que metodologias utilizam para isso? (em caso de resposta afirmativa à questão anterior)?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

6. Em seu país de origem você fala e escreve em português? Existe muita diferença entre a(s) língua(s) de seu país e a do Brasil?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

7. Por quais aspectos culturais brasileiros você se interessa?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

8. Por quais aspectos culturais brasileiros você se interessa?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

9. Seus estudos na UNILAB favorecem conhecimentos sobre cultura brasileira (Arte, Literatura, Música, Cinema, Economia, Política, História do Brasil, etc.)?.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

10. Fale sobre sua experiência de estudar na UNILAB.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

11. Você já ouviu falar sobre Agostinho da Silva. O que sabe sobre ele.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÕES**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LINHA DE PESQUISA: História da Educação Comparada

ORIENTADORA: Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa

PESQUISA: A Lusofonia em Agostinho da Silva: dos ideais de uma Comunidade de Língua Portuguesa à Criação da UNILAB

PESQUISADORA: Francisca Dulcelina Feitosa Cavalcante

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÕES

Eu, _____ concedi entrevista para o estudo “A Lusofonia em Agostinho da Silva: dos ideais de uma comunidade de língua portuguesa à criação da UNILAB, realizado por Francisca Dulcelina Feitosa Cavalcante, aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará sob a orientação da Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa. O depoimento que abordou informações sobre a temática, será, posteriormente, transcrito e analisado. Ciente de seu conteúdo, autorizo sua utilização como material de análise para fins acadêmicos.

Assinatura do entrevistado(a)

Fortaleza, _____ de _____ de 2016.